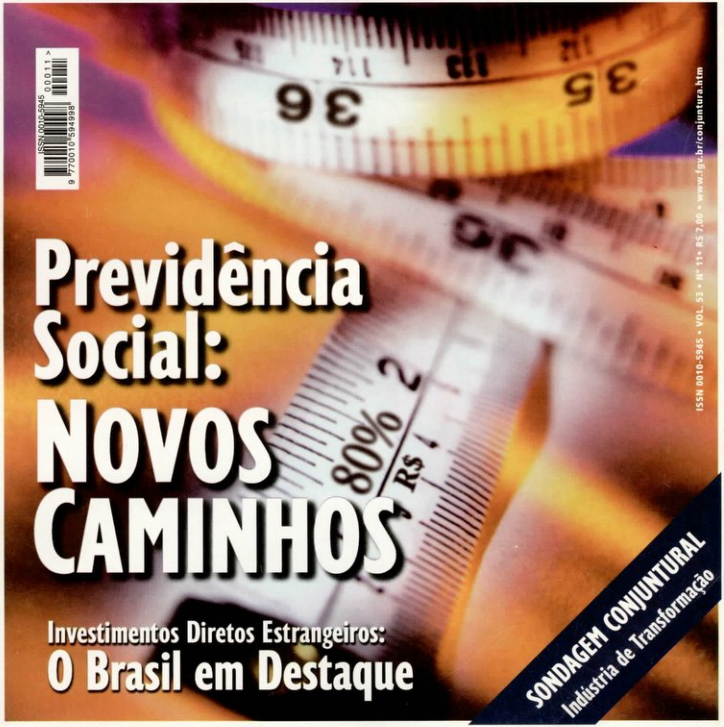
FUTEBOL: UM NEGÓCIO DE MILHÕES

CONJUNTURA ECONÔMICA

Fundação Getulio Vargas • Instituto Brasileiro de Economia • Novembro 1999



Previdência Social: NOVOS CAMINHOS

Investimentos Diretos Estrangeiros: O Brasil em Destaque

SONDAGEM CONJUNTURAL Indústria de Transformação

ISSN 0010-5945 • VOL. 53 • Nº 11 • R$ 7,00 • www.fgv.br/conjuntura.htm

ALGUMAS INFORMAÇÕES VALEM OURO. APROVEITE QUE POR ESTA NÃO ESTAMOS COBRANDO NADA.



* Válido somente para empresas ainda não filiadas.

SCI, O MAIOR BANCO DE DADOS DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS DA AMÉRICA LATINA, SE UNIU À EQUIFAX, LÍDER MUNDIAL DO SETOR.

SCI, o maior banco de dados da América Latina, 25 anos de experiência, 25 mil clientes em todo o Brasil, se uniu à Equifax, 100 anos de atividades no mundo, prestando os melhores serviços de informações comerciais do mercado. E somando essas duas forças que você hoje tem a garantia dos maiores líderes no assunto, trabalhando para oferecer maior segurança aos seus negócios. A partir de agora, você vai poder contar com a SCI/Equifax sempre que precisar de informações sobre o comportamento comercial de empresas e pessoas, tanto do Brasil quanto do exterior. Já pensou o quanto você sai lucrando só com uma simples informação? Mas esta a gente deixa barato.

Ligue e receba 5 consultas grátis*
www.equifax.com.br – 0800-11-8854

SCI

EQUIFAX

Mudando a Forma do Comércio Global

CONJUNTURA ECONÔMICA

VOL. 53 • Nº 11 • NOVEMBRO DE 1999 • ISSN 0010-5945

http://www.fgv.br/conjuntura.htm

A volta do cartel

Os preços do petróleo voltaram a subir em dólar extraordinariamente, acumulando no ano um aumento nas cotações do Brent superior aos 100% em relação aos preços de janeiro. Embora se saiba que o cartel do petróleo já não possui a mesma força dos anos 70, é preciso tomar cuidado com a nova realidade e evitar os erros do passado. A incorporação dos custos internacionais aos domésticos é inevitável. Leia a Carta do IBRE, na p. 3.

Exclusivo: os novos caminhos da previdência

O ministro Waldeck Ornelas e a economista Solange P. Vieira analisam as novas regras do sistema previdenciário, a partir de um fenômeno de nosso tempo: o envelhecimento da população, associado a uma taxa de fecundidade decrescente, produziu perigoso descompasso entre o fluxo dos pagamentos e a entrada de recursos para o INSS. A reforma já iniciada vai permitir maior flexibilização do sistema e mais segurança para os segurados. Leia na p. 18.

Em paz com o FMI

Bem ao contrário do que supunham os analistas, o governo central vem cumprindo as metas fiscais acertadas com o FMI. Nesse sentido, os superávits primários do setor público, pelo menos nó que diz respeito à área federal, estão dissipando eventuais dúvidas. Até mesmo os déficits da previdência social têm sido inferiores aos inicialmente esperados. Leia a análise da política fiscal na p. 7.

Brasil é destaque no mundial do investimento

Documento da ONU mostra que o Brasil ocupa a quinta colocação no *ranking* do fluxo de investimentos estrangeiros, depois de estar na décima sexta posição no início do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Entre os países em desenvolvimento, a posição brasileira é ainda mais notável: o segundo lugar, depois da China. Na América Latina, os países do Mercosul foram os mais beneficiados. Leia na p. 13.

Futebol, um negócio de bilhões

Cerca de US$250 bilhões são gerados pela mais apaixonante indústria de entretenimento mundial, o futebol. Mas o Brasil, apesar de campeoníssimo no também chamado esporte bretão, desfruta de reduzida parcela dessa fantástica galinha de ovos de ouro: apenas US$1 bilhão. Como funciona a dinâmica dessa atividade econômica bastante intensiva em matéria de mão-de-obra? Leia na p. 28.

América Latina, uma corrida de obstáculos

Há anos, cinco países da região — Chile, México, Uruguai, Paraguai e Bolívia — vêm trabalhando com rigor para pôr a casa em ordem, a partir do combate à inflação e da prática de uma séria disciplina monetária. Mas ultimamente, além das pressões internas decorrentes dos interesses contrariados, tiveram que se defrontar com as turbulências provocadas pela crise do sistema financeiro internacional. Leia na p. 38.

Estados Unidos: protecionismo à vista?

A análise da balança comercial norte-americana mostra que para 1999 espera-se um saldo negativo de cerca de US$300 bilhões. Ante esse cenário, não faltam prognósticos da volta do discurso protecionista. Até que ponto uma elevação das taxas de juros teria o poder de melhorar o desempenho comercial dos Estados Unidos? Leia na p. 43.

Carta do IBRE

3 Petróleo: sem choque

Cartas

6

Macroeconomia

7 Política Fiscal: Consolida-se o ajuste

10 Comércio Exterior: Horizonte menos sombrio

12 Projeções Macroeconômicas: De olho na inflação

Ensaio

13 Investimentos diretos estrangeiros: o Brasil em destaque

Especial

18 As novas regras da previdência social

Finanças

23 Mercado de Ações: Proteção aos minoritários

Temas Sociais

25 Lazer, a indústria do novo milênio

Negócios

28 Esportes: Futebol como negócio

A dinâmica da indústria do futebol

31 Habitação: Novos rumos para a construção civil

32 Hotelaria: Maior ocupação em outubro

33 Empresas de Saúde: FGV estima encargos sociais e trabalhistas

35 Sondagem da Indústria de Transformação: Recobrando o fôlego

Internacional

38 América Latina: Corrida de obstáculos

43 EUA: O déficit da balança comercial dos anos 90

46 Conjuntura no Mundo

Ciência & Tecnologia

48 Um coração portátil

52 **Livros & Idéias**

Conjuntura, 51 anos

53 Previdência, um déficit histórico

Entendendo Macroeconomia,

Conjuntura Estatística e Índices Econômicos (Encarte)

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

CONJUNTURA ECONÔMICA

A seguridade social brasileira vem se tornando fonte crescente de desajuste das contas públicas. Ela não é calcada em regime de capitalização, com contas individualizadas, e gerida por operadores privados da livre escolha dos segurados. O sistema de repartição em vigor não atende a nenhum desses critérios, induz à malversação dos recursos e à corrupção e não protege o trabalhador, seja ele assalariado do mercado formal, autônomo ou empregador.

Sua revisão é necessária e urgente. Como também o é a regulamentação da reforma da previdência, ajustando benefícios por tempo de contribuição nas aposentadorias com os montantes de contribuições de cada segurado. O artigo especial do ministro Waldeck Ornelas e da economista Solange Vieira discute como o fator previdenciário pode contribuir para o equilíbrio financeiro da previdência contributiva atual.

O ano aproxima-se de seu final com resultados melhores e piores que os esperados pela maioria dos analistas no início do ano. Os resultados melhores ficam por conta do ajuste fiscal.

Os resultados piores ficaram por conta do saldo comercial. Embora a flutuação do real em janeiro tenha produzido ao longo do ano desvalorização nominal da ordem de 60%, as exportações não reagiram com a velocidade esperada, frustrando todas as estimativas de saldo positivo para 1999.

A consolidação de tendência de aumento nas quantidades exportadas e a recuperação, no exterior, dos preços de nossos principais produtos de exportação, se persistirem, levarão a saldos comerciais positivos, que se somarão ao influxo de investimentos externos para mais que cobrir o saldo negativo em conta corrente do balanço de pagamentos em 2000.

ROBERTO FENDT JR.
Redator-chefe

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, bem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro – RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591, CEP 22257-970. Tel.: (21) 559-6000.

Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Diretor Geral: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres

Vice-Presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Carlos Ivan Simonsen Leal e Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque.

Demais Vogais: Celina Vargas do Amaral Peixoto, José Luiz Miranda, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos e Roberto Paulo Cezar de Andrade.

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Carlos Braga Lemgruber, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Daniel Dantas, Geraldo José Carbone, José Julio de Almeida Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques e Oswaldo Antunes Maciel.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio

Vice-Presidente: Armando Klabin

Demais Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz SA), Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grello, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Estado da Bahia, Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco – União de Bancos Brasileiros SA), Heitor Chagas de Oliveira, Ivan Ferreira Garcia (S/A White Martins), João Carlos Rocha e Washington Luiz Machado (Banco CCF Brasil SA), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau SA), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco SA), Marco André Guimarães Carvalho (Sindicato de Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade SA), Paulo Oscar Franga (Instituto de Resseguros do Brasil – IRB), Paulo Rabello de Castro, Sérgio Franklin Quintella, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Theodoro Arthou e Walber José Chavantes (Associação de Bancos do Estado de São Paulo).

Suplentes: Cristiano B. Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen SA), Guilherme Augusto Frering (Caemi Mineração e Metalurgia SA), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga SA), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimento Garantia SA), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Luiz Roberto do Nascimento e Silva, Márcio João de Andrade Fortes, Pedro de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes – Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM SA), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda SA) e Rui Manuel de Medeiros D'Espiney Patrício (Banco Boavista Interatlântico SA).

CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Eliezer Batista, Estado de Minas Gerais, Gilberto Duarte Prado e Roberto H. Gusmão.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Diretor: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

VICE-DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS
Istvan Karoly Kasznar

CENTRO DE ESTATÍSTICAS E ANÁLISES ECONÔMICAS
Salomão L. Quadros

CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS
Ignez Vidigal Lopes

CENTRO DE ESTUDOS DE PREÇOS
Paulo Sidney de Melo Cota

CENTRO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS E FINANCEIROS
Ricardo Simonsen

COORDENADORIA DE PROJETOS
Fernando de Albuquerque

REVISTA CONJUNTURA ECONÔMICA
Roberto Fendt Jr.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA
Fernando de Albuquerque

Revista mensal da Fundação Getulio Vargas editada pelo Instituto Brasileiro de Economia

Fundador: Richard Lewinsohn

EXPEDIENTE

Redator-chefe: Roberto Fendt Jr.

Redator-assistente: Ib Teixeira

Redatores: Afonso Duarte de Paiva, Elena Sohiet, Lauro Vieira de Faria, Lia Valls Pereira, Paulo Sidney de Melo Cota, Salomão L. Quadros, Tatiana Deane e Virene Roxo Matesco

Colaboradores: Edgard Diniz, Eliane Penha da Silva, Fabio Giambiagi, Fernando Gonçalves Carneiro, Leonardo Lenz Cesar, Maria Lúcia Moraes Lehwing, Marinilha Machado, Solange P. Vieira e Waldeck Ornelas.

Copidesque: Hamilton Magalhães Neto

Projeto gráfico/diagramação: José Gil Dieguez Neto

Diagramação: Ana Elisa Calvão

Editoração eletrônica/operadores: Fátima Araujo de Oliveira e Newton Alves de Souza

Capa e ilustrações: Comunicação Total

Revisão: Ademilson Coutinho e André Pinheiro

Produção gráfica: Actair Graneiro

As matérias assinadas por colaboradores, mesmo do IBRE, quando desvinculadas de sua posição funcional, não refletem, necessariamente, posição deste Instituto ou da Revista de *Conjuntura Econômica*, embora sejam consideradas úteis para o debate de idéias econômicas.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta Revista, desde que seja citada a fonte.

Redação: Praia de Botafogo, 190, sala 924 – CEP 22253-900 – Rio de Janeiro, RJ. Tel.: (21) 559-5565 – Fax: (21) 551-2799 – E-mail: cecon@fgv.br

Comercialização: Editora da Fundação Getulio Vargas, **Setor de Vendas e Atendimento ao Assinante:** Praia de Botafogo, 190, s/ 607 – CEP 22253-900 ou CP 62.591 – CEP 22257-970 – Rio de Janeiro, RJ. Tels.: (21) 559-5544 e 559-5543 – Ligue grátis: 0800-21-7777 – Fax: (21) 559-5541 – E-mail: assine@fgv.br

Assinaturas: Elsa Saboia Stephan – E-mail: assine@fgv.br

Publicidade:

Rio: Triunvirato Comunicação Ltda.– Milla de Souza – Rua México, 31 – 14º andar – gr. 1.403 – CEP 20031-144 – Tel. e Fax: (21) 533-3121

São Paulo – SP: Mix Mídia Comunicações Ltda. – Nilson Trivelli – Rua da Consolação, 3.064 – 241-C – CEP 01416-000 – Tel.: (11) 3061-9754 e Fax: (11) 3063-2126 – E-mail: mixmidia@uol.com.br

Brasília – DF: Letra & Arte Com. Repres. Ltda. – Joaquim Barroncas – SHIN – QI 8, Cj 3, CASA 17 – Lago Norte – CEP 71520-230 – Tel.: (61) 226-5326 e Fax: (61) 273-4780.

Editorada eletronicamente no IBRE/FGV.

Fotolito: Ponto da Arte. **Impressão:** Editora Gráfica Serrana Ltda.

Distribuição: Fernando Chinaglia Distribuidora SA – Rua Teodoro da Silva, 907 – CEP 20563-900 – Tel.: (21) 575-7766

ISSN 0010-5945

CONJUNTURA ECONÔMICA. - Vol. 1, n. 1 (nov. 1947)

-.- Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1947-
v. il.; 28cm

Mensal.

Órgão oficial de: Instituto Brasileiro de Economia. Diretores: Nov. 1947-mar. 1952, Richard Lewinsohn. Maio 1952-dez. 1968, José Garrido Torres. Jan. 1969-mar. 1974, Sebastião Marcos Vital. Abr. 1974-mar. 1979, Antonio Carlos Lemgruber. Abr. 1979-abr. 1994, Paulo Rabello de Castro. Maio 1994-set. 1999, Lauro Vieira de Faria. Out. 1999, Roberto Fendt Jr.

ISSN 0010-5945

1. Economia - Periódicos. 2. Brasil - Condições Econômicas - Periódicos. 1. Fundação Getulio Vargas. II. Instituto Brasileiro de Economia.

CDD 330.5

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

CARTA DO IBRE

Petróleo: sem choque

As seguidas altas do preço do petróleo no mercado internacional estão suscitando certo temor de uma nova crise dessa importante fonte de energia. De dezembro de 1998 até setembro deste ano, o preço do petróleo do tipo Brent subiu 128%, passando de US$10,5 para US$24 por barril. Outros tipos seguiram tendência semelhante. Trata-se de elevação inaudita desde que a Opep quadruplicou os preços em 1973-1974 e os triplicou em 1979-1980.

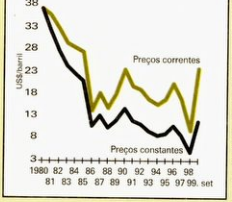
Razões do aumento

No entanto, não devemos exagerar os motivos de preocupação. O acréscimo atual de preços é menor do que os citados e decorre de fatores localizados que não devem persistir a médio e longo prazos. Os preços subiram exageradamente em 1999 porque tinham caído muito em 1998. Trata-se, portanto, em boa medida, de um reajuste *técnico* das cotações. Sua diminuição contínua nos últimos anos decorre do excesso de oferta, mas o processo se agravou, no outono de 1998, devido à significativa redução da demanda de petróleo por parte das economias asiáticas, atingidas duramente pela recessão. Desde 1973, não se via preços tão baixos no mercado internacional como os de fins de 1998, mesmo sem levar em conta a inflação (ver gráfico 1).

VÃO LONGE OS TEMPOS EM QUE, COMO NO AUGE DO CHOQUE PETROLÍFERO DA DÉCADA DE 70, AS COMPRAS EXTERNAS DE ÓLEO CORRESPONDIAM A 30% DA PAUTA DE IMPORTAÇÕES.

Frente a tal quadro, as empresas e os consumidores reagiram da forma esperada. Por motivos óbvios, o petróleo tem uma demanda inelástica.

Gráfico I – Preços do petróleo de tipo Brent
Em valores correntes e em dólares de 1980 (deflator: IPC-EUA)



Isso significa que a cartelização dos produtores pode ter sucesso na subida dos preços e das receitas da indústria. Atualmente, os países-membros da Opep detêm cerca de 40% da oferta mundial e parcela ainda maior (mais de 70%) das reservas globais de petróleo. Se chegarem a um acordo que garanta um corte coordenado da produção, estarão em condições de influenciar fortemente os preços, pelo menos, no curto prazo. E assim tem sido.

Desde março de 1998, a Opep e alguns outros países de fora do cartel concordaram em adotar seguidas medidas de redução da produção, de forma a obter aumentos de preços. Segundo estimativas do Departamento de Energia do governo dos Estados Unidos, tais acordos implicaram diminuições significativas da produção, a maior parte projetada para acontecer no segundo e terceiro trimestres de 1999. Daí se explica, em boa parte, o acréscimo de preços atual.

Outro fator nessa direção foi a estabilização da oferta de petróleo fora da área da Opep, decorrente de diversas reestruturações (*mergers*) que ocorreram entre as empresas do setor. Dignos de nota foram os anúncios de fusões entre a Exxon e a Mobil e entre a British Petroleum e a Amoco e as reestruturações no âm-

bito das empresas da Europa Central e da Noruega. Embora os novos gigantes tenham visto suas reservas de óleo aumentarem, eles fecharam os poços antieconômicos e não empreenderam esforços de acréscimo da produção, o que é compreensível, dada a situação de preços aviltados verificada até recentemente.

Por último, houve acréscimo na demanda mundial em 1999 devido à recuperação das economias asiáticas e às maiores taxas de crescimento dos PIBs dos países da União Européia.

Em suma, esses fatores, operando conjuntamente, levaram à situação presente, em que se pode dizer que oferta e demanda se encontram ajustadas no intervalo de preços variando entre US$20 e US$25 por barril.

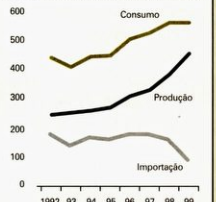
Tab. 1 – Comparação de projeções de preços de petróleo

Em dólares de 1997 – por barril

	2000	2005	2010
DOE	13,11	19,25	21,30
IEA	20,27	20,27	20,27
PEL	14,31	13,42	12,03
GRI	17,87	16,86	16,81
BTA	15,00	18,00	18,00

Fonte: International Energy Outlook 1999, DOE.
Notas: DOE: U.S. Department of Energy;
IEA: International Energy Agency;
PEL: Petroleum Economics Ltd.; GRI: Gas Research Institute; BTA: BT Alex Brown Inc.
Projeções feitas no final de 1998 e início de 1999.

Gráfico II – Produção, importação e consumo de petróleo no Brasil (milhões de barris/ano)



Perspectiva de preços comportados

As chances de um novo choque do petróleo como os da década de 70 são, portanto, baixas. E diversos fatores contribuem para aumentar a oferta mundial e reduzir a demanda no médio e longo prazos.

Como se viu nas décadas de 70 e 80, nesse intervalo de tempo, cartéis como a Opep tendem a ser malsucedidos. Isso porque quanto maior o preço do mineral, maior a tentação dos países integrantes do cartel em expandir suas produções além da cota que lhes foi destinada, pois isso significa, individualmente, enormes ganhos monetários. Inversamente, preços aviltados dificultam as tentativas de renovação do cartel. Ademais, embora a Opep controle boa parte da produção, os países que a integram têm baixa capacidade de refino e de distribuição. Esse é um ponto fraco do cartel, pois ele depende da indústria dos países consumidores para transformar o óleo cru em produtos de maior valor agregado.

Além disso, devido ao progresso tecnológico, novas áreas e reservas são adicionadas a cada ano, impactando positivamente a produção mundial de petróleo. A tecnologia de prospecção em águas profundas, importante no Mar do Norte, em partes da Ásia e no Brasil, é um exemplo de avanço tecnológico bem-sucedido nessa indústria. Por outro lado, a ciência aplicada à produção tem permitido também a substituição de fontes energéticas tradicionais, poluentes e caras, por outras mais baratas e menos agressivas do ponto de vista ecológico, o que é importante nos tempos atuais de preocupação com o meio ambiente.

Um fato importante na década de 90 foi a flexibilização das legislações nacionais relativas à exploração, refino e distribuição de petróleo e a abertura aos investimentos estrangeiros em muitos países emergentes. Isso permitiu o acréscimo das produções domésticas onde antes havia enorme dependência do estrangeiro. Na América Latina, por exemplo, os *experts* do setor reconhecem que, em cinco anos, o Brasil e a Colômbia podem entrar para o clube seleto de países que produzem mais de 1 milhão de barris por dia. Perspectivas igualmente favoráveis também são esperadas na Argentina, no Equador e em partes da América Central.

Em vista desses fatores, projeta-se o equilíbrio entre a oferta e a demanda mundiais nos próximos anos, com ambas crescendo cerca de 2% ao ano. Por conseguinte, prevê-se também preços do petróleo razoavelmente bem comportados.

Como se vê na tabela 1, na virada de 1998 para 1999, o Departamento de Energia dos Estados Unidos tinha apurado um intervalo de previsões entre US$13 e US$21 por barril para 2000. Obviamente, tais projeções devem ser vistas com cautela, pois elas tomam como referência situações de normalidade econômica e política nos países produtores e consumidores. Contudo, devido às graves implicações geopolíticas do petróleo, a alta volatilidade é uma característica inerente a esse mercado, particularmente no que concerne às condições de oferta.

Os reflexos no Brasil

Se os países consumidores têm pouca razão para se preocupar, menos ainda teria o Brasil.

Com a flexibilização do monopólio estatal e a atuação mais dinâmica da Petrobras, a produção interna tem batido seguidos recordes de crescimento. Entre 1992 e 1998, ela aumentou 7,7% em média anual e, no acumulado de 1999 (até agosto), registrou alta de 18% (ver gráfico 2). Tais incrementos permitiram que as despesas com importações de petróleo descessem a apenas US$2 bilhões em 1998 (cerca de 3% do total de importações), podendo cair a US$1,8 bilhão em 1999, se os preços no mercado internacional ficarem na média de US$18 por barril.

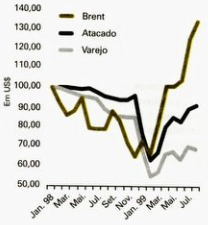
Portanto, vão longe os tempos em que, como no auge do choque petro-

Tab. 2 – Produção e reservas de petróleo em 1997

	Produção		Reservas	
	Mil barris/dia	% total	Bilhões de barris	% total
Brasil	869	1,3	7	0,7
Arábia Saudita	9.375	12,9	262	25,2
Estados Unidos	8.255	10,9	30	2,9
Mundo	72.229	100,0	1.040	100,0
Opep	29.920	41,3	797	76,7
Não-Opep	42.295	58,7	243	23,3

Fonte: *Perfil da economia brasileira*, 1998, CBMM, p. 52.

Gráfico III – Índices de preços de combustíveis no mercado interno e do petróleo Brent (jan. 98 = 100)



lífero da década de 70, as compras externas de óleo correspondiam a 30% da pauta de importações.

Há, certamente, o problema do impacto da alta dos preços internacionais sobre a inflação doméstica e sobre o pretendido ajuste fiscal, se os preços domésticos não refletirem integralmente o encarecimento do insumo importado. Sobre isso, é preciso reter em mente alguns conceitos essenciais.

Em primeiro lugar, altas transitórias em determinados preços só se transformam em inflação se forem *acomodadas* por uma política monetária frouxa. E tal política é facilitada em economias nas quais existe alto grau de correção monetária dos salários e preços. Pois a inflação se caracteriza, justamente, pela elevação contínua e generalizada de preços. Isso só é possível numa situação em que os saldos de moeda, por causa da indexação ou por outras razões, são continuamente expandidos pelo governo.

Não temos hoje nem uma coisa nem outra. As taxas reais de juros no Brasil caíram muito e as condições de crédito melhoraram recentemente, mas ainda nos encontramos longe de uma política monetária minimamente expansionista. Quanto à indexação, desde o Plano Real, houve diminuição a olhos vistos, inclusive no mercado de derivados de petróleo, onde o varejo não conseguiu repassar totalmente os aumentos de preços ocorridos no atacado (ver gráfico 3).

Em segundo, o Brasil não tem outra opção senão repassar, integralmente, para as refinarias os preços do óleo cru determinados no mercado internacional. A tabela 2 mostra que, apesar de estarmos nos aproximando da auto-suficiência, nossa participação na produção mundial e nas reservas globais é mínima — apenas 1,3% no primeiro caso e 0,7% no segundo. Adotar outra política, fazendo descolar os preços internos dos externos, seria despediçar um recurso cuja escassez está fora de questão para o país, criar um subsídio contraproducente e prejudicar as metas de equilíbrio fiscal.

Em terceiro, por motivos similares, as refinarias nacionais devem apresentar aos varejistas e consumidores derivados de petróleo cujos preços (líquidos de impostos indiretos) precisam estar em linha com os preços praticados no mercado internacional. Pois é um fato conhecido a existência de elevada capacidade ociosa de refino no mundo e sua inexistência no Brasil. Alguma discrepância pode ocorrer no caso da gasolina, pois adicionamos a ela 24% de álcool. Mas é só. Infelizmente, tal parece não estar ocorrendo.

O gráfico 3 mostra uma interessante regularidade: os preços dos derivados de petróleo no mercado doméstico não acompanham minimamente os do óleo cru nem nos períodos de baixa (quando permanecem relativamente elevados), nem nos de alta (quando se defasam). Entre janeiro e dezembro de 1998, enquanto o óleo teve uma baixa de 35% em dólares, os preços dos derivados caíram apenas 5% no varejo e 4% no atacado; o inverso ocorreu em 1999. Daí que o consumidor tem razão em reclamar, pois, como as autoridades lhe negam os benefícios em termos de aumento da renda real nos períodos de preços cadentes, ele não se sente solidário em pagar plenamente a conta nas fases de alta de preços.

É preciso, pois, uma política transparente de incorporação dos custos internacionais nos preços domésticos de petróleo e derivados. Tal política não tem por que repassar imediatamente as variações observadas no mercado internacional, mesmo porque a volatilidade costuma ser elevada no caso dessa *commodity*. Mas, sem dúvida, deve fazê-lo gradativamente num horizonte de médio prazo.

A culpa do presidente

O artigo do professor Ib Teixeira "A culpa do presidente" obriga-nos a uma reflexão. Embalados pela mídia, de fato temos formulado conceitos equivocados sobre o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. O quadro de indicadores sociais reflete uma realidade totalmente obscurecida pela mídia diária.

Mais uma vez, *Conjuntura Econômica* empresta contribuição singular ao debate. A matéria, como abordada, permite uma colocação. O desgaste público do presidente teria algum sentido estivesse ele adotando, em nome de um governo melhor, medidas antipáticas ou impopulares. Nada disso tem ocorrido. O desgaste do presidente tem sido obra de seus ministros e colaboradores. Permanentemente, tentam passar à sociedade a imagem de um presidente sem autoridade e sem objetivos. Mas a reforma ministerial acontecida agora promete muito no campo político e de formação da imagem do presidente.

O artigo do professor Ib Teixeira, indiscutivelmente, tem a capacidade de reformar conceitos. Parabéns a *Conjuntura Econômica*.

Jackson Luiz Santos Vasconcelos
Pela Internet

Resposta *— Nosso agradecimento pelas referências elogiosas do leitor Jackson Vasconcelos. Pesquisa recente da Confederação Nacional da Indústria mostra que a opinião pública começa a perceber a importância da atual política econômica de Fernando Henrique Cardoso. Além disso, 50% dos entrevistados consideram que as questões do desemprego, da saúde e da educação, por sua gravidade, não dependem apenas do presidente, mas constituem uma responsabilidade de toda a nação.* (Ib Teixeira)

Índices de preços

Gostaria de solicitar que voltassem a divulgar os índices com as três casas decimais. Como é do conhecimento, os bancos de dados construídos por grande maioria dos assinantes são calcados nos índices de preços, derivando posteriormente a elaboração dos períodos de variações percentuais de acordo com os interesses de cada estudo. Ao adotar os índices com apenas uma casa decimal, gera-se distorções nas variações de períodos acumulados e violentas distorções no mês. Por exemplo, o IGP-M de setembro (165,6) em relação ao de agosto (163,1) cresceria 1,53%, quando o correto é 1,56%, apresentando um desvio de 1,96 (1,56% / 1,53%), que, em termos econômicos, é considerado excessivo. No IGP-DI, a mesma coisa: 164,6 / 162,3 = 1,42%, quando o correto é 1,45%, com um desvio de 2,11%.

Esse novo critério não permite trabalhar com segurança seja com os índices, seja com as variações percentuais. Isso obrigará a periodicamente efetuarmos ajustes que não poderão ser lançados em um único mês, e sim distribuídos em todo um determinado período, dificultando e colocando em dúvida os dados da fonte de informações (FGV/IBRE) e os resultados dos trabalhos. Pedimos, encarecidamente, que retornem ao sistema anterior ou, pelo menos, na Internet (arquivos para *download*), que disponibilizem tais dados com as três casas decimais.

Jairo Duro
Pela Internet

Resposta *— Agradecemos pela sua sugestão de que os índices de preços voltem a ser apresentados com três casas decimais. No entanto, como a edição de outubro já havia sido fechada, a alteração será feita somente a partir desta edição de* Conjuntura Econômica. *Gostaria apenas de ressaltar que a seção Índices Econômicos continuou apresentando os dados com as três casas decimais e que as variações dos índices no mês, no ano e em 12 meses apresentadas na seção Conjuntura Estatística foram calculadas levando-se em conta todas as casas decimais, não estando, portanto, distorcidas. Por outro lado, cálculos feitos a partir de índices com apenas uma casa decimal realmente podem gerar distorções.* (Tatiana Deane)

Preços da terra

Gostaria de saber como proceder para utilizar esse índice na deflação de preços da terra (meu objeto de estudo) nos anos 60. Tentei fazer essa deflação dividindo o preço pelo IGP-DI e depois multiplicando o resultado por 100. Porém, os resultados ficaram muito estranhos, ou seja, muito altos, chegando a ter 16 zeros. Gostaria de saber se procedi corretamente, caso esteja errado como realizo a deflação correta?

Juliano Costa Gonçalves
Universidade Federal de São Carlos
São Carlos, SP

Resposta *— Os preços da terra pesquisados pela FGV são levantados em valores reais nos meses de junho (referidos como primeiro semestre) e dezembro (segundo semestre). Portanto, a deflação deve considerar o índice de preços (IGP) do mês correspondente ao da coleta do preço da terra e o IGP mais recente, se o objetivo é converter a série de preços para valores atuais. Observe que é preciso trabalhar com a série de IGP em número-índice, e não em termos de variação percentual. Por exemplo, trazer para valores de setembro de 1999 o preço da terra em junho de 1965: (IGP de set. 99/IGP jun. 65) x preço da terra jun. 65.* (Regis Alimandro, redator-chefe da revista *Agroanalysis*, da FGV)

Contas Nacionais

Fico grato pelo respeito com que foi tratado o meu problema, por parte desta publicação. Agradeço a oferta que me foi feita, que com certeza muito me será útil para o bom desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso.

Mozar Leandro Ness
Caxias do Sul, RS

CONJUNTURA ECONÔMICA

CARTAS podem ser dirigidas à *Conjuntura Econômica*, Praia de Botafogo, 190 – sala 924 – CEP 22253-900, Rio de Janeiro, ou à Caixa Postal 62.591, CEP 22253-970, ou pelo Fax (21) 551-2799.

Ou ainda pelo e-mail: cecon@fgv.br

Consolida-se o ajuste

O anúncio do novo orçamento e as medidas compensatórias diante da decisão do Supremo Tribunal Federal tornaram mais densa a agenda de votações importantes que o Congresso deverá encarar no último trimestre do ano.

COM a divulgação do Orçamento Geral da União para o ano 2000 em agosto, dissipou-se parcialmente o temor — muito difundido entre a maioria dos analistas em meados do ano — de que o Brasil, após o provável cumprimento das metas fiscais acertadas com o FMI para 1999, não teria condições de cumprir com aquelas acertadas para o ano 2000, consideradas mais ambiciosas. O governo se mostrou em boa parte convincente na tentativa de explicar a viabilidade das metas definidas para o governo central, em que pese a necessidade de aprovar um conjunto de medidas para garantir o cumprimento dos objetivos traçados.

Por outro lado, a decisão do Supremo Tribunal Federal acerca da contribuição dos servidores foi um retrocesso, do ponto de vista das contas públicas. Nesse contexto, o foco das preocupações se desloca, a curto prazo, para as votações do Congresso Nacional ligadas ao projeto de orçamento e à prorrogação de receitas temporárias.

Resultados de 1999: sem surpresas

O superávit primário do setor público consolidado em julho, da ordem de R$5 bilhões, praticamente acabou por dissipar as dúvidas remanescentes sobre o cumprimento das metas primárias negociadas com o FMI para 1999, pelo menos no âmbito do governo central. Com o resultado de agosto, sem considerar a chamada "discrepância estatística", o governo central acumula um superávit primário de R$16,7 bilhões.

Esse resultado, somado aos obtidos pelos estados e municípios e pelas empresas estatais até julho, implica um superávit consolidado de R$20,8 bilhões. Ou seja, bem próximo da meta acertada com o FMI para o período janeiro-setembro envolvendo o setor público como um todo, de R$23,8 bilhões (sendo que a meta anual é de R$30,2 bilhões).

No caso do governo central, nos últimos meses tem se acentuado o papel preponderante representado pelo acréscimo de receitas, na comparação dos dados de 1999 com os de 1998. Isso se deve não só ao fato de que, a partir de junho, voltou a ser cobrada a CPMF, aumentando, em conseqüência, a arrecadação no ano em curso em aproximadamente R$1,2 bilhão por mês. Também nos últimos meses, as chamadas "outras despesas de custeio e capital" (OCC) — isto é, a tradicional variável de ajuste do gasto, excetuadas as despesas com transferências, pessoal, aposentadorias e pensões e juros da dívida pública —, têm se revelado muito mais próximas dos níveis observados nos mesmos meses do ano passado, contrariamente ao que se verificara com os pesados cortes registrados no início do ano.

De qualquer forma, a despesa total, afora as transferências, mesmo tendo acumulado até agosto um valor nominal ligeiramente superior (0,6%) ao dos primeiros oito meses do ano passado, apresentou queda real de 7%, considerando-se a inflação de 8,2% do IGP-DI médio de janeiro a agosto de 1998, em relação à do mesmo período do ano passado.

Um fato relativamente auspicioso nesse contexto fiscal difícil, associado à vigência de grandes déficits da previdência social, tem sido a verificação de déficits do INSS inferiores aos inicialmente esperados. Isso decorre da combinação de dois fatores:

- o aumento da ordem de 4% na receita nominal do INSS (ligado à melhoria do sistema de cobrança de dívidas), apesar da crise de desemprego e da queda dos salários; e

Resultado primário do governo central – janeiro-agosto (R$ milhões correntes)

Discriminação	1998	1999	Contr. p/ajuste
Receita total	122.609	135.592	12.983
Tesouro	93.412	105.351	11.939
Previdência social	29.197	30.241	1.044
(-) Transferências a estados e municípios	18.367	21.353	-2.986
Receita líquida	104.242	114.239	9.997
Despesa total	96.533	97.121	-588
Pessoal e encargos	31.114	31.688	-574
Benefícios previdenciários	32.139	35.332	-3.193
Outras despesas[1]	33.280	30.101	3.179
Déficit do Banco Central	395	459	-64
Superávit primário – critério da STN[2]	7.314	16.659	9.345
Discrepância estatística[3]	821	2.083	1.272
Superávit primário – critério do BC[4]	8.135	18.752	10.617
% do PIB	1,35	2,89	

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Banco Central.
[1]Inclui subsídios e subvenções. [2]Dado divulgado pelo Tesouro Nacional, abrangendo Tesouro Nacional, INSS e Banco Central. Refere-se ao dado "acima da linha". [3]Diferença entre os dados da STN e do INSS e o resultado oficial do governo central divulgado pelo BC até julho. Um resultado positivo indica aumento do superávit primário. [4]Resultado da STN e INSS até agosto, combinado com a discrepância estatística acumulada até junho.

- a acomodação do aumento do *quantum* de aposentadorias e pensões em 12 meses em torno de 4% ao longo dos últimos meses, taxa elevada mas inferior à prevista no início do ano pelo próprio governo.

No entanto, convém voltar a chamar a atenção para o tamanho da "discrepância estatística" acumulada entre os dados "acima da linha" — cotejo de receitas e despesas — da Secretaria do Tesouro Nacional e do INSS, de um lado, e a estatística "abaixo da linha", relativa à variação da dívida líquida do mesmo universo, divulgada pelo Banco Central. Essa rubrica, também denominada "erros e omissões", atingiu mais de R$2 bilhões no acumulado até julho, contribuindo com 0,4% do PIB para o superávit primário do período.

No caso do setor público, mesmo sem considerar o resultado de estados e municípios e das empresas estatais em agosto — ainda não disponíveis —, nem a já citada discrepância estatística, o cumprimento da meta fiscal acertada com o FMI para o ano implicaria gerar um superávit primário médio de R$2,4 bilhões por mês no período setembro-dezembro. À luz dos resultados já alcançados, esse é um resultado razoavelmente factível.

Cabe ressaltar, por fim, que os estados e municípios apresentaram, até julho, superávit primário de 0,4% do PIB, de magnitude similar ao obtido pelas empresas estatais. Em ambos os casos, o resultado ficou ligeiramente acima do percentual de 0,3% do PIB, definido nos termos do acordo com o FMI para cada uma dessas duas esferas.

O orçamento de 2000: aumento do superávit primário

Antes da divulgação do projeto de orçamento para o ano 2000, havia muitas dúvidas entre a maioria dos analistas acerca da viabilidade do cumprimento das metas fiscais para tal ano. Isso levando-se em conta que o que foi acertado com o FMI envolve uma ampliação do superávit primário consolidado do setor público de 3,1% do PIB, em 1999, para 3,25% no próximo ano. Em um contexto de redução de receitas extraordinárias, como as oriundas de concessões, e de fim do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), essa meta era considerada muito difícil de cumprir.

O governo, entretanto, com a divulgação do novo orçamento, mostrou-se, em um primeiro momento, bastante convincente na tarefa de persuadir os analistas de que o objetivo é viável. Cabe notar que o delta de variação de 0,15 pontos percentuais do PIB para o superávit primário entre 1999 e o ano 2000 deverá ser alcançado integralmente. O resultado do governo central passaria de 2,5% para 2,65% do PIB, já que a meta agregada da soma de superávit de estados e municípios e das empresas estatais é conservar o nível previsto para 1999, de 0,6% do PIB.

Para esse convencimento inicial, contribuíram dois elementos. O primeiro foi o esforço do governo no sentido de mostrar que a redução de algumas receitas extraordinárias deverá ser compensada pelo efeito do aumento de outras receitas, particularmente as receitas ordinárias — afetadas pelo incremento nominal de 10% previsto para o PIB — e a CPMF. Esta, pelo fato de não ter vigorado durante cinco meses neste ano, terá sua receita prevista aumentada de pouco menos de 1% do PIB no ano em curso para, aproximadamente, 1,6% no próximo exercício.

O segundo elemento foi o anúncio — até então inesperado — de que o governo procuraria aprovar no Congresso três medidas visando conservar três componentes temporários de ajustamento:

- a prorrogação, até 2002, do adicional de 2,5 pontos percentuais da alíquota superior do imposto de renda da pessoa física, com receita prevista de 0,1% do PIB;
- a prorrogação, também até 2002, da alíquota extraordinária da contribuição sobre o lucro líquido, com receita prevista de 0,3% do PIB; e
- a prorrogação do FEF sem o componente que afeta as transferências a estados e municípios, o que, se aprovado, implicaria conservar uma receita líquida de 0,1% do PIB em relação à hipótese de extinção completa desse fundo.

Receita federal – janeiro-setembro (R$ milhões constantes de setembro de 1999)

Discriminação	1998	1999	Variação (%)
IPI	13.900	12.214	-12,1
Imposto de renda	39.553	40.249	1,8
Rendimentos de capital	10.038	11.128	10,9
Outros	29.515	29.121	-1,3
CPMF	6.947	4.318	-37,8
Cofins	16.030	23.687	47,8
Contribuições sobre lucro	6.574	5.933	-9,8
Contribuições de servidores	2.138	2.364	10,6
Demais receitas	32.402	27.237	-15,9
Total	117.544	116.002	-1,3

Fonte: Secretaria da Receita Federal. Deflator: IGP.

Resultado primário do setor público – janeiro-julho (R$ milhões correntes)

Discriminação	1998	1999
Governo Central	8.135	18.752
Tesouro[1]	11.077	23.843
INSS	-2.942	-5.091
Estados e municípios[2]	-214	2.048
Estados	-1.601	1.196
Municípios	1.387	852
Empresas estatais[2]	-914	2.105
Federais	-99	2.354
Estaduais	-654	-4
Municipais	-161	-245
Total[3]	7.007	22.905
% do PIB	1,16	3,53

Fonte: Banco Central.
[1]Inclui o resultado do Banco Central e a discrepância estatística registrada até julho entre os dados do BC e do Tesouro. [2]Dados até julho. [3]Supondo um resultado primário nulo de estados e municípios e das empresas estatais em agosto.
(-) = Déficit.

Conseqüentemente, o orçamento contempla uma receita líquida extra de aproximadamente 0,5% do PIB, receita essa que, até então, não vinha sendo considerada nas análises prospectivas para o ano 2000.

É preciso chamar a atenção para o fato de que parte da viabilidade da ampliação do superávit primário repousa na perspectiva de aumento real do PIB de 4%, com a qual o governo trabalhou na elaboração do orçamento. Isso porque a concretização dessa hipótese viabilizaria a queda prevista da despesa (sem contar as transferências), como percentagem do PIB, de 16,1% em 1999 para 15,6% no ano 2000.

É importante destacar também a hipótese de manutenção, no orçamento original, do coeficiente, em relação ao PIB, das chamadas "outras despesas de custeio e capital". Isso implicaria a previsão de crescimento real de 4%, em linha com o PIB, pondo um ponto final aos cortes praticados no ano em curso em relação a 1998.

A decisão do STF e o "minipacote"

A boa acolhida do orçamento da União foi, poucas semanas depois, prejudicada pela decisão do STF contra a cobrança tanto das contribuições incidentes sobre as aposentadorias e pensões de inativos do serviço público federal, como de um adicional de contribuição dos ativos. Cabe lembrar que em janeiro o Congresso tinha aprovado proposta, com efeitos a partir de junho, de cobrança de contribuição previdenciária dos inativos civis — que até então não recolhiam essa contribuição —, com alíquotas progressivas de 11%, 20% e 25%, excetuada uma faixa inicial isenta, de até R$600. Na mesma lei, aumentava-se a alíquota dos ativos para até 20% ou 25%, dependendo da faixa, mantida uma faixa básica de 11%. O que o STF julgou foi o *princípio* da cobrança de *inativos* e a *progressividade* da cobrança de *ativos*, em ambos os casos concluindo pela inconstitucionalidade das medidas.

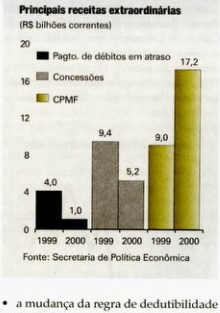
Como há alguns meses diversas liminares vinham sendo concedidas impedindo a cobrança prevista na legislação aprovada em janeiro, o governo procurou se precaver contra eventuais imprevistos. Na programação para o ano que vem, ele orçou um valor da receita, por conta dessas duas medidas, de R$2,4 bilhões, muito inferior aos R$4,3 bilhões previstos para o ano 2000 no Programa de Estabilidade Fiscal, anunciado em outubro de 1998. Em conseqüência, a necessidade de ajustamento à nova situação, para garantir o cumprimento das metas fiscais, será menor do que se no orçamento para 2000 constasse toda a receita potencial passível de ser arrecadada caso o governo tivesse ganho as duas causas em disputa no STF.

A reação oficial diante da frustração de receita associada à decisão do STF foi anunciar um *minipacote* que gere a mesma arrecadação inicialmente orçada. Ele consistiu basicamente de duas medidas, cada uma delas de R$1,2 bilhão, de modo a compensar a perda de R$2,4 bilhões:

Orçamento geral da União para 2000 (% do PIB)

Discriminação	1999	2000
Receita total	21,68	21,34
Tesouro	16,69	16,41
Concessões	0,96	0,49
Parcela do preço dos combustíveis	0,33	0,32
Contribuição dos servidores	0,38	0,64
Outras	15,02	14,96
Previdência social	4,99	4,93
(-) Transferências constitucionais e legais	3,11	3,05
Receita líquida	18,57	18,29
Despesa total	16,07	15,64
Pessoal e encargos sociais	5,07	4,83
Ativos e transferências de pessoal	2,69	2,62
Inativos	2,38	2,21
Benefícios previdenciários	5,97	5,86
Subsídios e subvenções	0,29	0,30
Outras vinculações[1]	1,07	0,98
Outras despesas	3,67	3,67
Superávit primário	2,50	2,65
Tesouro, exclusive servid. federais	3,48	3,58
Tesouro, exclusive serv. federais	-2,00	-1,57
Previdência servid. federais[2]	5,48	5,15
INSS[2]	-0,98	-0,93

[1]Considera FAT, sentenças judiciais, emissão de Títulos de Dívida Agrária e efeitos da Lei Complementar 87. [2](-) = Déficit.



Fonte: Secretaria de Política Econômica

- a mudança da regra de dedutibilidade da Cofins em relação à contribuição social sobre o lucro líquido, o que, mediante a redução do espaço para deduções, amplia a carga de impostos a ser paga pelas empresas; e
- cortes na rubrica de OCC *em relação à proposta orçamentária*. (Esse detalhe é particularmente importante: como no orçamento da União a despesa orçada de OCC para o ano 2000 é da ordem de R$40 bilhões, 1% disso corresponde aproximadamente a R$400 milhões e, portanto, R$1,2 bilhão representam 3% da OCC orçada. Ora, se a OCC, no projeto orçamentário, iria aumentar 4% em termos reais e agora prevê-se um corte de 3% em relação à proposta orçamentária, constata-se que, por definição, a OCC estaria *aumentando*, em termos reais, no ano que vem em relação ao atual, ainda que apenas 1%, em vez de ser novamente cortado como em 1999, como parte do noticiário tem dado a entender.)

Com a frustração de receita decorrente da decisão da mais alta corte do país e com as medidas compensatórias tomadas pelo governo, a previsão de contribuição de servidores diminui e a receita total do governo no ano 2000 cairia 0,11% do PIB em relação ao que consta do orçamento da União, já que os novos impostos não compensam a referida frustração. Isso seria compensado por uma redução da OCC prevista, de 3,67% para 3,56% do PIB, também em 2000.

Agenda cheia

O anúncio do novo orçamento, combinado com as medidas compensatórias diante da decisão do STF, embora tenha tido o benefício de desanuviar parcialmente o horizonte para o ano 2000, tornou mais densa a agenda de votações importantes que o Congresso Nacional deverá encarar no último trimestre do ano.

Agora, além das chamadas "reformas estruturais" — notadamente a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto de mudança do cálculo das aposentadorias da previdência social, a ser votado ainda pelo Senado, e a reforma tributária — e da aprovação do próprio orçamento, tem-se pela frente a votação de vários pontos. Em 1999, entrarão em votação o adicional do imposto de renda, a prorrogação da contribuição social sobre o lucro líquido e a extensão do Fundo de Estabilização Fiscal. Já possivelmente durante o ano 2000 o Congresso deverá votar o aumento da contribuição dos funcionários civis na ativa e a contribuição dos militares.

Além disso, ficam na *prateleira* de medidas para serem discutidas durante o próximo ano, e possível vigência a partir de 2001, as seguintes propostas:

Decisão do STF: frustração de receita *vs.* medidas compensatórias (R$ bilhões)

Frustração de receita		Medidas compensatórias	
Taxação de inativos	1,7	Fim de dedutibilidade da Cofins	1,2
Adicional acima de 11% dos ativos	0,7	Cortes OCC	1,2
Total	2,4		2,4

a) o aumento, mediante lei, para 14% ou 15%, da alíquota *uniforme* incidente sobre os funcionários públicos federais do meio civil, entendendo-se que a decisão do STF se refere à progressividade, mas não impediria um aumento em relação aos 11% que já eram praticados no início do ano;

b) a adoção, também mediante lei, de uma alíquota, de 7% a 11%, para a contribuição dos funcionários militares, que até agora era ínfima; e

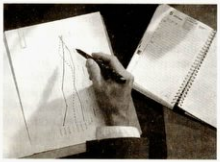
c) o envio, ainda incerto, ao Congresso Nacional, de nova proposta de emenda constitucional visando tornar constitucional a cobrança de contribuição sobre aposentados e pensionistas, cuja validade o STF negou recentemente. Nesse caso, tratar-se-ia, concretamente, de adaptar a Constituição à lei, julgada inconstitucional.

FABIO GIAMBIAGI
Economista

Comércio Exterior

Horizonte menos sombrio

São positivos os indícios de uma trajetória de crescimento das exportações, desde que as conjunturas interna e externa não se deteriorem.



O saldo da balança comercial de setembro apresentou um déficit de US$67 milhões, sendo o acumulado do ano até esse mês deficitário em US$773 milhões. A análise dos fluxos comerciais tem sugerido que é possível que tenha se iniciado uma trajetória de reversão dos saldos. A partir de setembro, o esperado efeito da desvalorização cambial sobre as exportações e importações finalmente estaria ocorrendo. Ao mesmo tempo, vale a pena lembrar por que as previsões otimistas do governo — de saldo positivo inicialmente de US$11 bilhões e depois de US$5 bilhões, caindo para US$3 bilhões — simplesmente não se verificaram. Esses dois pontos auxiliam a pensar as perspectivas da balança comercial para o próximo ano.

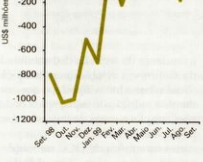
Sinais positivos

Quais são os sinais positivos de recuperação das exportações?

A variação acumulada das exportações até setembro, em relação ao mesmo período de 1998, registrou queda de 11,2%. O mesmo dado para as importações é de 16,9%. Desagregando-se pelas principais classes de produtos, todos apresentam variação negativa em termos de valor. No entanto, se forem observados os índices de variação na quantidade, os resultados sugerem melhor desempenho.

Segundo os índices estimados pela Funcex (Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior — ver *Boletim Funcex de Comércio Exterior*, outubro de 1999), na comparação entre os trimestres de 1999 e 1998, registra-se um aumento crescente do *quantum*. Por exemplo, observando-se a variação entre os terceiros trimestres, o total exportado cresce 5,8%, sendo que a variação dos manufaturados atinge 4,7%. Esse fato também é ressaltado pela *Nota à Imprensa* da Secretaria de Comércio Exterior, que chama também a atenção para a recuperação dos preços dos produtos básicos, que vinham apresentando quedas significativas desde o ano passado.

Saldo do déficit comercial brasileiro



Em termos de quantidade importada, é de 21,8% a variação do índice na comparação do acumulado até setembro, sendo a maior queda registrada no agregado de bens de consumo duráveis, de 51,4%. Considerando-se que a variação para o mesmo período é de 1,8% positiva para a quantidade total exportada, há claros indícios de que o efeito-quantidade da desvalorização está presente.

Otimismo demais

Por que o governo errou nas estimativas? Houve certamente alguma dose de otimismo quanto ao tempo necessário para que surtisse efeito o impulso positivo sobre as exportações. A análise da experiência dos países asiáticos já havia mostrado que não é possível ignorar essa defasagem (ver *Conjuntura Econômica* de maio).

Importações brasileiras

Em percentual

Produtos	Variação		Participação
	Jan./set. 99/98	Set. 99/98	
Bens de capital	-34,20	-39,40	21,15
Intermediários	-1,92	-15,80	56,25
Bens de cons. duráveis	-99,60	-68,50	4,06
Bens de cons. não-duráveis	-17,38	-38,90	9,46
Combustíveis	-1,10	8,30	9,08
Total	-16,90	-25,70	100,00

Fonte: Secex/MDIC.

Exportações brasileiras

Em percentual

	Variação (Jan./set. 99/98)	Variação (Set. 99/98)	Participação (Jan./set. 99)
Básicos	-13,32	-12,96	26,16
Semimanufatur.	-7,57	-2,42	16,62
Manufatur.	-12,02	-7,11	57,22
Total	-11,66	-7,96	100,00

Fonte: Dados da Secex/MDIC.

Também contribuíram para o adiamento das decisões de negócios relativas ao comércio exterior as incertezas quanto à trajetória do câmbio. Isso sem contar as restrições de financiamento, a queda de crescimento dos principais mercados compradores de produtos manufaturados brasileiros na América Latina e a redução de preço das principais *commodities*. O resultado só poderia ser a queda do valor exportado, mesmo que a quantidade vendida estivesse crescendo relativamente ao longo do ano.

Mesmo assim, seria possível afirmar que foi iniciado um processo de recuperação das exportações que se refletirá em aumento dos valores exportados?

Condições para a melhoria

Para isso, algumas condições precisam continuar presentes, como o acesso às linhas de crédito comercial, o que supõe a ausência de qualquer turbulência significativa que aumente de forma expressiva o risco-Brasil. As elevações da taxa de câmbio em meados de outubro, associadas em parte ao receio do impacto de aumento da taxa de juros norte-americana sobre os fluxos de capital, são um exemplo.

Até o momento, as chances de se ter um cenário similar ao do "choque de juros" da década de 80 é quase zero. A recuperação das economias asiáticas, o crescimento esperado dos países europeus e a redução controlada do crescimento econômico dos Estados Unidos apontam um acréscimo do comércio mundial de 6,2% e do produto mundial em 3,5%, o que representa, respectivamente, uma elevação de 2,5 pontos e de 0,5 ponto entre o ano 2000 e 1999. Já se anuncia que os contratos de exportação para a venda de farelo de soja para o ano 2000 aumentaram 83% entre setembro de 1999 e 1998, dado o reaquecimento da demanda asiática.

É preciso supor também que as condições de estabilidade macroeconômica interna não se deteriorem. No passado, maxidesvalorizações acompanhadas de aceleração da inflação não impediam o aumento das exportações (após a máxi de 1983, por exemplo, as exportações cresceram 23% em 1984). A dúvida no momento atual é que uma possível aceleração da taxa de inflação possa eventualmente provocar mais expectativas de desvalorização cambial e a saída de capitais, voltando-se, pois, ao tema do risco-Brasil. Novamente, considera-se baixa a probabilidade desse cenário.

Outro fator que tem sido ressaltado é uma possível mudança nos rumos da política cambial argentina, com a opção pela desvalorização. É preciso lembrar apenas que essa não é uma opção simples para o governo argentino, dada a estrutura de débitos em dólares dos agentes econômicos, além de requerer mudanças legislativas. Não é certo, portanto, que esse será o caminho escolhido nos próximos meses.

No entanto, mesmo admitindo-se que haja desvalorização do peso argentino, não devem ser esperados grandes impactos no curto prazo. Até agosto, as vendas brasileiras caíram 27% e as importações diminuíram 28%, comparando-se os acumulados do ano entre 1999 e 1998. O efeito das recessões argentina e brasileira determina em parte esses resultados. Da mesma forma, o quanto a desvalorização do peso irá prejudicar as exportações brasileiras vai depender do crescimento argentino no ano 2000. O ponto principal do impacto de possível desvalorização do peso seria, entretanto, a possibilidade de se começar a pensar em alguma coordenação para a política cambial no Mercosul. Mas isso já é uma outra história.

Na análise das perspectivas da trajetória de crescimento das exportações, os indícios são positivos, supondo-se os cenários relativamente estáveis aqui apontados.

Lia Valls Pereira
Coordenadora de Projetos do IBRE/FGV

inédito

Táticas & Estratégias em **SAÚDE**

Ações para o Século 21

24h

PÚBLICO-ALVO: ADMINISTRADORES E DIRETORES DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

- ***Cenário macroeconômico em saúde***
- ***Cenário fiscal – impacto da reforma tributária em saúde***
- ***Comportamento dos preços – medicamentos, materiais e serviços***
- ***Análise do mercado – perfil da concorrência***
- ***O porquê da tática empresarial como primeiro passo***
- ***O porquê da estratégia empresarial como segundo passo***
- ***Gestão estratégica da performance – mensurando resultados***

HORAS DE CONSULTORIA GRÁTIS PARA AS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Início: 27/11, sábados, 8:30h às 17:30h

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
Coordenador de Projetos – João Ruiz
Programa, informações e inscrições:
Praia de Botafogo, 190, sala 825
CEP 22253-900 • Tel.: 559-5561
Fax: 551-3549
E-mail: gvgestor@fgv.br

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CURSOS · SEMINÁRIOS · CONSULTORIA
FGV CONACT CONSULTORIA EM AÇÃO

CONJUNTURA ECONÔMICA

Projeções Macroeconômicas

De olho na inflação

Em outubro, as projeções das instituições financeiras quanto ao desempenho dos indicadores macroeconômicos para 1999 foram praticamente iguais às apuradas no mês anterior. Afinal, já estamos no final do ano e as projeções tendem a convergir para um mesmo resultado.

As únicas mudanças efetivas foram o resultado do déficit em conta corrente, cuja estimativa passou de US$26,2 bilhões para US$27 bilhões, e a inflação medida pelo IGP-DI, que subiu 1,3 ponto percentual. Isso pode ser explicado pela divulgação dos últimos resultados desfavoráveis no que diz respeito tanto ao balanço de pagamentos quanto ao IGP-DI.

Para 2000, menos otimismo

No entanto, para 2000, as previsões de inflação, câmbio e balança comercial apontam um cenário menos otimista em relação às pesquisas anteriores, conforme o quadro 2. A tendência acentuada de piora nos índices de inflação pode ser explicada a partir da constatação de que o esperado reaquecimento da economia (sinais de recuperação industrial apontados e medidas no sentido de facilitar o acesso ao crédito) pode ter um efeito positivo sobre a demanda do mercado consumidor.

Além disso, a recente alta do dólar contribuiu para a revisão de sua cotação para este ano, o mesmo ocorrendo para o ano 2000, influenciando no sentido de alta nos preços. Finalmente, a queda no valor projetado para a balança comercial ainda pode ser entendida como um ajuste em relação aos efeitos superestimados da desvalorização cambial sobre as exportações.

Elena Soihet e Pedro Quaresma
Economistas do IBRE/FGV
esoihet@fgv.br e quaresma@fgv.br

1. Projeções macroeconômicas	1999	2000
IGP-DI	15,8	8,5
IPCA	7,7	6,7
Variação do PIB (%)	0,1	3,4
Taxa de juros Selic		
10 de novembro	18,6	–
Dezembro	18,3	15,4
Taxa de câmbio (dezembro)	1,89	2,0
Exportações (jan./dez. 1999) – US$ bilhões	47,2	53,2
Importações (jan./dez. 1999) – US$ bilhões	48,6	49,8
Saldo da balança comercial – US$ bilhões	-1,4	3,3
Taxa de desemprego (IBGE)	7,8	7,4
Déficit em conta corrente (US$ bilhões)	27,0	24,1
Superávit primário do setor público (% do PIB)	3,1	2,9
Déficit nominal do setor público (% do PIB)	9,8	4,6

2. Projeções para 2000	Julho 99	Agosto 99	Setembro 99	Outubro 99
IPCA	5,3	5,7	5,8	6,7
IGP-DI	6,1	6,6	7,6	8,5
Taxa de câmbio (dezembro)	1,85	1,92	1,95	2,0
Saldo da balança comercial – US$ bilhões	4,8	4,5	4,1	3,3

Informações disponíveis até o dia 18 de outubro.

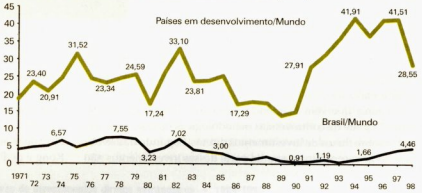
Investimentos diretos estrangeiros:

O BRASIL EM DESTAQUE

Se a **performance** *dos investimentos diretos constitui informação fundamental para avaliar o risco-país, o governo brasileiro, por ora, pode ficar tranqüilo.*

VIRENE ROXO MATESCO*

Gráfico I – Participação dos países em desenvolvimento e do Brasil nos fluxos mundiais de investimento direto absorvido – 1970-1998 (em %)



Fonte: *World Investment Report*, Unctad, 1999
Elaboração: Sobeet

FORAM recentemente divulgados pela Unctad os dados sobre investimentos diretos estrangeiros realizados em 1998 pelas empresas transnacionais no mundo, segundo sua distribuição por países e regiões.[1] A maioria desses investimentos se concentrou no Primeiro Mundo, que absorveu mais de 70%. O Brasil, em 1998, apesar de ter sofrido os reflexos da crise financeira internacional, conseguiu uma posição de destaque entre os países em desenvolvimento para onde foram dirigidos esses investimentos e mesmo entre todos os países do mundo, ficando na quinta posição.

Os fluxos mundiais

Do fluxo total de US$643,9 bilhões, 36,9% foram destinados aos países da Europa Ocidental, ou o equivalente a US$237,4 bilhões. Os destaques dessa região foram o Reino Unido (US$63,1 bilhões), a Holanda (US$31,8 bilhões) e a França (US$28 bilhões).

Isoladamente, os Estados Unidos foram o país que mais recebeu este tipo de capital estrangeiro, perfazendo US$193,3 bilhões, ou 30%. Esse montante foi superior aos investimentos realizados pelas transnacionais em todos os países em desenvolvimento — o que envolve 148 países e um montante de US$165,9 bilhões — e na Europa Central e Oriental, com 15 países e US$17,5 bilhões (ver figura).

No plano mundial, os fluxos de investimentos diretos estrangeiros vêm colocando o Brasil em posição de destaque, com uma absorção de US$28,7 bilhões no

ano passado, representando um acréscimo de 53% aos US$18,7 bilhões ingressos em 1997 (ver tabela 1). Saindo da décima sexta posição em 1994, o país ficou em quinto lugar em 1997, posição que se manteve inalterada em 1998, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, do Reino Unido, da China e da Holanda. Trata-se de significativa melhora, se levarmos em consideração o fluxo total das transnacionais entre todos os países, independentemente de seus níveis de desenvolvimento.

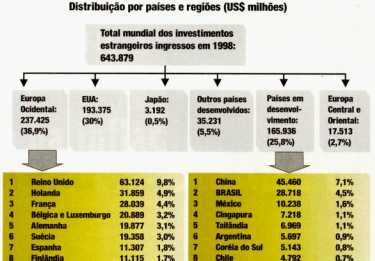
Desde o início da década de 90, a participação do Brasil nos fluxos mundiais está em ascensão — de 0,54% em 1990 para 4,46% em 1998 (ver gráfico 1). Em comparação aos países em desenvolvimento e aos agrupados sob a denominação de Europa Central e Oriental, a participação do país nos fluxos dos investimentos ingressos em 1998 foi de 15,6% (ver gráfico 2).

Os países em desenvolvimento

O Brasil reforça sua posição de destaque no *ranking* dos países em desenvolvimento absorvedores de investimentos diretos estrangeiros. Da quinta posição em 1994 e passando para a quarta em 1995, os fluxos de investimentos no país se posicionaram no segundo lugar a partir de 1996 (ver tabela 2).

A China, que vem mantendo o primeiro lugar desde 1994, tem sido fonte de controvérsias metodológicas no que tange aos dados sobre fluxos de investimentos diretos. Segundo dados oficiais do governo chinês, grande parte desses investimentos não se refere a ingresso de divisas propriamente dito, mas sim a bens e mercadorias, que são avaliados pelas autoridades locais e "registrados como investimentos diretos". Ademais, a maior parte dos investimentos diretos realizados na China é composta de capitais financeiros oriundos dos territórios de Macau e Hong Kong e de Formosa e Cingapura.[2]

Investimentos estrangeiros diretos ingressos em 1998
Distribuição por países e regiões (US$ milhões)



Fonte: *World Investment Report*, Unctad, 1999
Elaboração: Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet).

Tab. 1 – Principais países receptores de investimentos diretos estrangeiros – 1994-1998

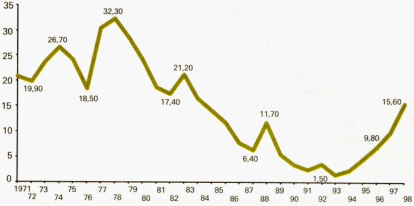
Fluxos anuais – em US$ milhões

1998		1997		1996		1995		1994	
País		País		País		País		País	
1 EUA	193.375	EUA	109.264	EUA	76.453	EUA	60.848	EUA	76.453
2 Reino Unido	63.124	China	44.236	China	40.180	China	35.849	China	40.180
3 China	45.460	Reino Unido	36.990	Reino Unido	25.825	França	23.753	França	25.825
4 Holanda	31.859	França	23.178	França	21.960	Reino Unido	22.030	México	21.960
5 BRASIL	28.718	BRASIL	18.745	Holanda	14.763	Suécia	14.273	Reino Unido	14.763
6 França	28.039	México	12.831	Bélgica e Luxemburgo	14.060	Austrália	14.251	Espanha	14.060
7 Bélgica e Luxemburgo	20.889	Bélgica e Luxemburgo	12.452	BRASIL	10.496	Canadá	10.786	Bélgica e Luxemburgo	10.496
8 Alemanha	19.877	Canadá	11.465	Canadá	9.411	Holanda	10.766	Holanda	9.411
9 Suécia	19.358	Suécia	10.910	México	9.186	Bélgica e Luxemburgo	10.299	Canadá	9.186
10 Canadá	16.500	Cingapura	9.710	Cingapura	7.884	Alemanha	8.940	Suécia	7.884
11 Espanha	11.307	Alemanha	9.606	Espanha	6.732	México	6.963	Cingapura	6.732
12 Finlândia	11.115	Holanda	9.416	Argentina	6.513	Cingapura	6.912	Dinamarca	6.513
13 México	10.238	Austrália	8.598	Indonésia	6.194	Espanha	6.118	Malásia	6.194
14 Cingapura	7.218	Argentina	8.094	Alemanha	5.636	Itália	4.878	Suíça	5.636
15 Irlanda	6.820	Espanha	6.388	Austrália	5.102	BRASIL	4.859	Austrália	5.102
16 Dinamarca	6.623	Federação Russa	6.243	Malásia	5.078	Hungria	4.519	BRASIL	5.078
17 Austrália	6.568	Chile	5.417	Suécia	5.070	Indonésia	4.348	Peru	5.070
18 Áustria	5.915	Malásia	5.106	Chile	4.724	Malásia	4.132	Indonésia	4.724
19 Argentina	5.697	Venezuela	5.087	Polônia	4.498	Polônia	3.659	Hong Kong	4.498
20 Polônia	5.129	Polônia	4.908	Áustria	4.426	República Checa	2.568	Nigéria	4.426

Fonte: *World Investment Report*, Unctad, 1999.
Elaboração: Sobeet.

Apesar das turbulências financeiras, os investimentos diretos estrangeiros nos países da América Latina e Caribe chegaram a US$71,6 bilhões em 1998, um aumento de 5% em relação ao registrado no ano anterior, quando a região recebeu US$68,2 bilhões. Os países-membros do Mercosul foram os mais beneficiados com o fluxo crescente de capital externo, recebendo quase a metade do total. O Brasil continua se destacando como o principal receptor de investimentos diretos na região, cabendo ao México a segunda posição, com US$10,2 bilhões, e à Argentina o terceiro lugar, com US$5,7 bilhões. O Chile, que ocupou a nona posição dentre todos os países em desenvolvimento, absorveu US$4,7 bilhões no ano passado (ver tabela 2).

Gráfico II – Participação do Brasil nos fluxos mundiais de investimento direto destinados aos países em desenvolvimento e à Europa Central e Oriental – 1970-1998 (em %)



Fonte: *World Investment Report*, Unctad, 1999
Elaboração: Sobeet

A internacionalização da economia

A crescente e contínua participação do Brasil nos fluxos mundiais de capitais estrangeiros, notadamente desde 1994, o colocam também em evidência em âmbito internacional, se levado em conta o estoque de investimentos diretos.[3]

De acordo com os dados da tabela 3, o país ocupou o oitavo lugar no *ranking* mundial em estoque de capitais estrangeiros em operação local. Das 500 maiores empresas globais, 405 delas estão em operação em território nacional, o que leva a um grau de internacionalização da economia brasileira para algo próximo a 20% do PIB — posição alcançada em 1998, quando o estoque de investimentos diretos atingiu US$156,8 bilhões.

Tal resultado revela que a internacionalização da atividade econômica do país tem sido crescente nos últimos anos. Em 1996, a internacionalização já tinha alcançado 13,9% do PIB, quando o país registrou US$108,4 bilhões em estoque de investimento direto, ocupando, à ocasião, a nona posição dentre todos os países absorvedores de investimentos estrangeiros.

A China, que acumulou US$261,1 bilhões em 1998, registrou a terceira posição, ficando atrás dos Estados Unidos, com US$875 bilhões, e do Reino Unido, com US$326,8 bilhões. O Chile, que é considerado o país de economia mais aberta da América Latina, apresentou um grau de internacionalização da atividade econômica de 41,1%, segundo a metodologia empregada pela Unctad.

Tab. 2 – Principais países em desenvolvimento absorvedores de investimentos diretos estrangeiros – 1994-1998

Fluxos anuais – em US$ milhões

1998		1997		1996		1995		1994	
País		País		País		País		País	
1 China	45.460	China	44.236	China	40.180	China	35.849	China	33.787
2 BRASIL	28.718	BRASIL	18.745	BRASIL	10.496	Mexico	6.963	México	10.972
3 México	10.238	México	12.831	México	9.186	Cingapura	6.912	Cingapura	5.480
4 Cingapura	7.218	Cingapura	9.710	Cingapura	7.884	BRASIL	4.859	Malásia	4.342
5 Tailândia	6.969	Argentina	8.094	Argentina	6.513	Hungria	4.519	BRASIL	3.072
6 Argentina	5.697	Federação Russa	6.243	Indonésia	6.194	Indonésia	4.348	Peru	2.859
7 Coréia do Sul	5.143	Hong Kong	6.000	Hong Kong	5.521	Malásia	4.132	Indonésia	2.100
8 Polônia	5.129	Colômbia	5.701	Malásia	5.078	Polônia	3.659	Hong Kong	2.000
9 Chile	4.792	Chile	5.417	Chile	4.724	Checoslováquia	2.568	Nigéria	1.959
10 Venezuela	3.737	Malásia	5.106	Polônia	4.498	Colômbia	2.501	Polônia	1.875
11 Malásia	3.727	Venezuela	5.087	Peru	3.225	Hong Kong	2.100	Chile	1.773
12 Ilhas Cayman	3.500	Polônia	4.908	Colômbia	3.123	Federação Russa	2.017	Colômbia	1.667
13 Colômbia	2.983	Indonésia	4.673	Vietnã	2.500	Tailândia	2.003	Filipinas	1.591
14 Checoslováquia	2.540	Tailândia	3.733	Federação Russa	2.479	Vietnã	2.000	Taiwan	1.375
15 Bermudas	2.400	Índia	3.351	Índia	2.426	Índia	1.929	Tailândia	1.322
16 Índia	2.258	Vietnã	2.950	Tailândia	2.336	Peru	1.895	Índia	1.314
17 Federação Russa	2.183	Coréia do Sul	2.844	Coréia do Sul	2.325	Nigéria	1.830	Egito	1.256
18 Romênia	2.063	Taiwan	2.248	Venezuela	2.183	Coréia do Sul	1.776	Hungria	1.144
19 Hungria	1.935	Hungria	2.085	Bermudas	2.100	Chile	1.675	Bermudas	1.079
20 Peru	1.930	Ilhas Cayman	2.000	Hungria	1.983	Taiwan	1.559	Checoslováquia	878

Fonte: *World Investment Report*; Unctad, 1999.
Elaboração: Sobeet.

Fusões e aquisições

As fusões e aquisições ao redor do mundo favoreceram, em grande parte, o crescimento, em mais de 38%, dos fluxos totais de investimentos diretos, de US$644 bilhões em 1998, quando comparados aos US$464 bilhões registrados em 1997. Somente para fusões e aquisições majoritárias as empresas transnacionais destinaram US$410,7 bilhões no ano passado contra US$236,2 bilhões em 1997. Com relação ao início de 1990, quando o movimento dos investimentos estrangeiros tomou impulso — sobretudo pela venda de ativos estatais e pela desregulamentação das economias nos mais diferentes países —, o montante de investimento destinado às aquisições e fusões cresceu mais de 250%.

Desse montante de US$410,7 bilhões, que equivale ao somatório dos PIBs da Argentina e do Chile, envolvendo mais de 51 milhões de pessoas, US$361,8 bilhões se destinaram à compra de ativos nos países desenvolvidos. O restante, US$48,9 bilhões, foi despendido em transações de ativos localizados nos países em desenvolvimento (ver tabela 4).

Do total das fusões e aquisições transfronteiras para o Primeiro Mundo (quase US$362 bilhões), somente para os Estados Unidos e o Reino Unido migraram, respectivamente, 46% e 20%. Ou seja, a concentração da atividade econômica tem se intensificado relativamente mais nos países-líderes do capitalismo mundial. Dos países da América Latina e Caribe, que responderam por US$31,2 bilhões, o Brasil foi, de longe, o líder da região, absorvendo um total de US$21,3 bilhões, ou 68%.

As perspectivas

Seguindo a dinâmica mundial, no Brasil o setor de serviços em geral vem passando por intensa reestruturação, como exigência de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social. Uma das mudanças mais evidentes, para o caso brasileiro, é a alteração no perfil dos investimentos diretos que migram para o país.

A indústria, que até 1995 absorvia mais da metade desses recursos (55%), vem cedendo lugar. Em 1996, o setor de serviços absorveu mais de 42%, enquanto as chamadas "outras operações" participaram com 36,2%. No ano seguinte, ambos os segmentos absorveram 80% dos fluxos totais de investimentos realizados pelas transnacionais, mantendo-se elevada desde então tal percentagem.

No setor de serviços, mais especificamente nas atividades de comércio, nas instituições financeiras e nas de utilidades públicas, foram absorvidos mais de 35% dos investimentos totais realizados pelas empresas transnacionais no Brasil. Nos oito primeiros meses deste ano, do ingresso líquido de US$19,9 bilhões, quase 48% se destinaram a esse setor (ver tabela 5). Exclusivamente no que se refere às aquisições de ativos públicos nacionais com capital estrangeiro, o montante acumulado até agosto deste ano já perfaz US$8,2 bilhões, ou 41,2%, segundo o Banco Central.

O lado perverso é que o aumento da internacionalização em segmentos econômicos que não geram de forma potencial e direta novas receitas com exportação tenderá a pressionar mais, num futuro próximo, ou o déficit em transações correntes ou a taxa cambial. Ou seja, a restrição externa que se vislumbra, pelo incremento de futuras remessas de lucros e dividendos ao exterior, somente será amortecida por meio de forte aumento das receitas de exportação.

Tab. 3 – Estoque de investimento estrangeiro direto absorvido pelos principais países desenvolvidos e em desenvolvimento

Posição em 1998 – em US$ milhões

Todos os países		Países em desenvolvimento	
1 EUA	875.026	China	261.117
2 Reino Unido	326.809	BRASIL	156.798
3 China	261.117	Hong Kong	96.158
4 Alemanha	228.794	Cingapura	85.855
5 França	179.186	Indonésia	61.116
6 Holanda	169.522	México	60.783
7 Bélgica e Luxemburgo	164.093	Argentina	45.466
8 BRASIL	156.798	Malásia	41.005
9 Canadá	141.772	Bermudas	30.905
10 Espanha	118.926	Chile	30.481
11 Itália	105.397	Arábia Saudita	26.270
12 Austrália	104.977	Polônia	21.722
13 Hong Kong	96.158	Coréia	20.478
14 Cingapura	85.855	Taiwan	20.070
15 Indonésia	61.116	Tailândia	19.978
16 México	60.783	África do Sul	18.716
17 Suíça	60.096	Nigéria	18.698
18 Suécia	53.790	Hungria	18.255
19 Argentina	45.466	Venezuela	17.982
20 Malásia	41.005	Egito	16.700
21 Nova Zelândia	34.093	Colômbia	14.204
22 Dinamarca	31.762	Checoslováquia	13.457
23 Bermudas	30.905	Federação Russa	13.389
24 Chile	30.481	Índia	13.231
25 Arábia Saudita	26.270	Vietnã	12.919

Fonte: *World Investment Report*; Unctad, 1999.
Elaboração: Sobeet.

Tab. 4 – Fusões e aquisições "transfronteiras" majoritárias no mundo (em posição vendedora) – 1990-1998

Em US$ milhões e em percentual

Ano	(A) Total mundial (US$ milhões)	(B) Países desenvolvidos (US$ milhões)	(C)=(B)/(A) (%)	(D) Países em desenvolvimento (US$ milhões)	(E)=(D)/(A) (%)	(F) Brasil (US$ milhões)	(G)=(F)/(D) (%)
1990	115.637	107.128	92,64	8.509	7,36	57	0,67
1991	49.062	46.535	94,85	2.527	5,15	67	2,65
1992	73.769	61.611	83,52	12.158	16,48	392	3,22
1993	66.812	54.933	82,22	11.879	17,78	1.084	9,13
1994	109.356	96.599	88,33	12.757	11,67	8	0,06
1995	140.813	127.601	90,62	13.212	9,38	1.458	11,04
1996	162.686	139.688	85,86	22.998	14,14	3.112	13,53
1997	236.216	190.060	80,46	46.156	19,54	10.381	22,49
1998	410.704	361.787	88,09	48.917	11,91	21.282	43,51

Fonte: *World Investment Report*; Unctad, 1999 (fonte primária: KPMG).
Elaboração: Sobeet.
Obs.: No total dos países em desenvolvimento, foram incluídos os países da Europa Central e Oriental e a África do Sul, diferentemente do procedimento da Unctad.

Nesse sentido, o alargamento da base de empresas que têm forte potencial para exportar, sobretudo as transnacionais, deve estar entre as prioridades da política comercial brasileira.

Os fluxos de investimentos externos aqui ingressos têm possibilitado cobrir, nos últimos anos, mais de 70% do déficit em transações correntes. Para este ano, o Banco Central estima um ingresso líquido de mais de US$27 bilhões em investimentos externos, o que deverá financiar quase a totalidade das aquisições líquidas de bens e serviços no mercado mundial. Para o ano 2000, a estimativa continua otimista: o montante líquido previsto deverá ficar em torno de US$23 bilhões (ver tabela 6).

Por último, é preciso ressaltar que, embora os fluxos de investimentos estrangeiros tragam excelentes benefícios para os países em desenvolvimento, eles por si só não constituem fontes de crescimento econômico e de melhoria de bem-estar social. Em um mundo em crescente globalização e liberalização, o crescimento só poderá ser sustentado se os países receptores de capitais externos adotarem (novas) atividades de maior valor agregado para produzir bens e serviços e que garantam demanda em mercados abertos e, portanto, mais competitivos.

Novos centros de decisão

Os desafios para os governos locais são enormes, diante do rápido surgimento de um sistema de produção de âmbito internacional. Com isso, o centro das decisões, que outrora era basicamente o poder público, agora passa a estar no movimento dos investimentos externos das grandes corporações transnacionais. E a lógica da estratégia tecnológico-produtiva dessas corporações pode ser distinta da dos países hospedeiros.

Fazem parte desse sistema de produção cerca de 60 mil empresas multinacionais, que respondem por cerca de 25% do produto global. As vendas dessas empresas e de suas 500 mil afiliadas estrangeiras somaram US$11 trilhões em 1998, cifra essa muito superior às exportações globais, estimadas em US$7 trilhões, segundo o relatório da Unctad.

Se a *performance* dos investimentos diretos constitui informação fundamental para avaliar o risco-país (credibilidade institucional), analisar a capacidade externa de financiamento e também avaliar a composição das reservas internacionais, o governo brasileiro, por ora, pode ficar tranqüilo. Mesmo porque o movimento desse capital demonstra o interesse que uma empresa transnacional tem em participar de forma mais efetiva de determinada atividade econômica local. No entanto, como o governo tem muito trabalho pela frente (sobretudo, o de obter a aprovação das reformas estruturais, ora no Congresso), sobra-lhe pouco tempo para comemorações.

*Coordenadora de projetos do IBRE/FGV e diretora da Sobeet.

Notas

[1]*World Investment Report*, "Foreign direct investment and the challenge of development", publicado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, 1999.

[2]Para uma discussão mais aprofundada a respeito, ver *Carta da Sobeet*, ano I, nº 4, de setembro-outubro de 1998.

[3]Os aspectos metodológicos específicos para cada país podem ser analisados, de forma mais detalhada e desagregada, no relatório da Unctad, *WIR*, 1999, p. 493 e 494.

Tab. 5 – Brasil: Investimentos diretos por setores – participação percentual

Discriminação	Estoque 1995	Fluxos			
		1996	1997	1998	1999 (jan.-ago.)
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	55,0	21,4	15,0	20,7	23,6
Automóvel e carga	6,7	3,5	1,6	3,6	4,6
Minerais metálicos	7,4	1,2	0,0	3,6	0,4
Química e farmacêutica	11,2	2,7	2,7	3,0	5,4
Demais indústrias	29,8	14,0	10,6	10,5	13,1
Serviços	43,4	42,3	56,4	55,9	47,9
Comércio	6,7	7,7	7,0	9,3	6,0
Comércio – instituições financeiras	3,2	5,1	12,2	25,6	4,0
Correio e telecomunicações	0,5	0,8	2,9	4,3	13,0
Serviços prestados a empresas[1]	26,9	24,8	30,8	6,7	13,6
Util. pública (energia elétr., gás e água quente)	0,0	0,0	0,0	5,8	8,7
Demais serviços	6,0	3,8	3,5	4,2	2,7
Outras operações	1,6	36,2	28,6	23,5	28,6

Fonte: Banco Central. Elaboração: Sobeet.
[1]Em 1998 e1999, corresponde a serviços independentes.

Tab. 6 – Contribuição dos investimentos externos líquidos no financiamento do déficit em conta corrente – 1997-2000

Em US$ milhões e em percentual

	1997 (US$ milhões)	% Total	1998 (US$ milhões)	% Total	Estimativa			
					1999 (US$ milhões)	% Total	2000 (US$ milhões)	% Total
1) Déficit em conta corrente	33.345	100,00	33.611	100,00	27.392	100,00	24.000	100,00
2) Investimento direto líquido	17.085	51,24	26.133	77,75	25.000	91,27	20.000	83,33
3) Portfólio líquido	6.415	19,24	-1.851	-5,51	2.500	9,13	3.000	12,50
(2) + (3) Total de investimentos externos	23.500	70,48	24.282	72,24	27.500	100,40	23.000	95,83

Fonte: Depec-Dipab, Banco Central. Elaboração: Sobeet.

Waldeck Ornelas e Solange P. Vieira***

AS NOVAS REGRAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Inicia-se, a partir de agora, uma nova fase da previdência social brasileira, em que os benefícios pagos nas aposentadorias por tempo de contribuição passam a ter correlação estreita com a contribuição de cada segurado.



OS SISTEMAS DE PREVIDÊNCIA EM TODO O MUNDO TÊM PASSADO por forte reestruturação. O envelhecimento populacional, associado a uma taxa de fecundidade decrescente, levou ao aumento do fluxo de pagamentos dos sistemas de previdência mais que proporcional ao do ingresso de recursos.

Com problemas de financiamento, os sistemas de seguro social têm buscado alternativas que permitam o equilíbrio atuarial e financeiro. Países como o Chile, a Bolívia e o México optaram pelo regime de capitalização puro e ou misto; outros como a Inglaterra, os Estados Unidos e a Itália têm, simplesmente, buscado o aumento do limite da idade mínima. No entanto, é evidente que, independentemente do regime de previdência escolhido, o objetivo é alcançar o equilíbrio atuarial do sistema.

A discussão da atual reforma da previdência no Brasil remonta a 1995, quando foi encaminhada à Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 33 (PEC nº 33-A, do Poder Executivo). Desde então, o governo enfatiza a precariedade das contas previdenciárias e o seu potencial explosivo sobre as contas públicas. A partir da Constituição de 1988, que trouxe inúmeros avanços na área social, mas também aumentou sobremaneira os gastos da previdência sem contrapartida de financiamento, os resultados primários da previdência começaram a se reduzir acentuadamente e, em 1995, inicia-se uma trajetória de déficits crescentes (tabela 1).

No entanto, fatores políticos, aliados à falta de consciência acerca do comportamento da conta previdenciária brasileira no longo prazo e à garantia de cobertura dos pagamentos dos benefícios por parte do Tesouro Nacional, ratificada pela Constituição, fizeram com que, apenas diante de um déficit de cerca de 1% do PIB no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), a discussão sobre a necessidade de equilíbrio atuarial das contas previdenciárias voltasse a se fortalecer.

A pressão decorrente da crise financeira internacional no segundo semestre de 1998 e em janeiro deste ano, acompanhada da desvalorização cambial, destacou ainda mais a importância do ajuste das contas públicas, entre elas as relativas à previdência.

A reforma em curso

Em dezembro de 1998, com a promulgação da Emenda nº 20, as linhas gerais de um novo modelo passam a estar expressas na Constituição federal. A definição de uma previdência essencialmente contributiva, com equilíbrio atuarial e financeiro, expresso no artigo 201 da Constituição, enfatiza a necessidade de mudanças na metodologia de cálculo do salário de benefício dos segurados, bem como a importância de uma previdência moderna, capaz de atrair os trabalhadores do mercado informal, que cresce de modo irreversível em todo o mundo, como decorrência das transformações pelas quais passa o mercado de trabalho.

No Brasil, a evolução do mercado de trabalho tem mostrado o avanço contínuo do setor informal. Em 1982, os trabalhado-

Tab. 1 – Evolução do déficit da previdência – RGPS

Em R$ bilhões (preços constantes de dez. 98)

	Arrecadação líquida	Pagamento de benefícios previdenciários	Saldo previdenciário
1988	30,79	17,83	12,959
1989	30,49	19,04	11,450
1990	31,5	19,52	11,981
1991	28,32	20,47	7,850
1992	27,93	22,28	5,657
1993	31,74	29,97	1,772
1994	33,88	33,07	0,809
1995	40,69	41,02	-0,325
1996	44,36	44,48	-0,124
1997	45,89	49,06	-3,177
1998	46,74	53,49	-6,752

Fonte: MPAS/SPS.

res com carteira assinada representavam 57% do total da população ocupada, enquanto em 1998 esse número caiu para 46%. Essa tendência deixa clara a importância de serem criados mecanismos que estimulem os trabalhadores sem carteira assinada a se colocarem sob a proteção do seguro social básico.

Dentro da ótica de uma previdência contributiva, em que benefício e contribuição devem estar correlacionados de modo a permitir o equilíbrio financeiro do sistema, a regulamentação da reforma da previdência, encaminhada ao Congresso através do Projeto de Lei nº 1.527, de 1999, busca essencialmente aprimorar o RGPS em relação às mudanças no mercado de trabalho e à evolução demográfica.

Considera, ainda, de modo especial, a necessidade de estimular a filiação dos trabalhadores autônomos desassistidos, estimados em cerca de 20 milhões. Nesse sentido, foram propostas várias modificações, a saber:

1. A eliminação da escala do salário-base de contribuição, que hoje obriga as pessoas a começarem a contribuir pelo salário mínimo, independentemente de seu nível de rendimento. Essa restrição reduz a proteção do segurado, uma vez que, em caso de aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxílio-doença ou salário-maternidade, o valor a receber não será equivalente à renda do segurado.
2. A redução dos juros mensais incidentes sobre a indenização do tempo efetivamente trabalhado mas não recolhido à previdência, que caem de 1% para 0,5% a.m. Dessa forma, espera-se que os segurados possam incorporar a seu tempo de contribuição atual períodos anteriores a março de 1995.
3. A redução, de 20% para 11%, do valor da contribuição do trabalhador autônomo quando ele prestar serviço a empresas, o que lhe permitirá ter o mesmo tratamento do trabalhador com carteira assinada, tornando-se a previdência neutra do ponto de vista da alocação de mão-de-obra.
4. A extensão do salário-maternidade a todas as trabalhadoras filiadas à previdência, o que beneficiaria de imediato 1.374.092 seguradas do INSS em idade fértil, que hoje não têm acesso a esse benefício.
5. A simplificação das categorias de contribuintes individuais, uniformizando procedimentos e facilitando o relacionamento com a previdência.

Além dessas modificações, propõe-se a introdução de critérios atuariais na fórmula de cálculo do salário de benefício, que se tornou possível devido à desconstitucionalização do critério vigente a partir da Emenda nº 20. Com o novo método de cálculo, será possível aumentar a correlação entre contribuição e benefício e dessa forma aumentar a eqüidade social do sistema.

A fórmula de cálculo atual, ao utilizar apenas os três últimos anos como base para o cálculo da aposentadoria, provoca distorções que podem se agravar à medida que as pessoas apresentem salários decrescentes no final de sua vida laboral. Saliente-se que essa distorção assume maior gravidade quando se constata que apresenta esse perfil a maioria dos trabalhadores brasileiros, a saber, os de escolaridade baixa e média, como pode ser observado no gráfico.

A utilização dos 36 últimos meses de contribuição como base de cálculo da média do salário de benefício do trabalhador, além de atuarialmente incorreta — pois é alta a probabilidade de essa média não refletir o salário contribuído —, é extremamente injusta em termos sociais. Isso porque, como se vê, são os trabalhadores de mais baixa renda e de menor escolaridade os mais prejudicados.

Com o objetivo de evitar tais distorções, o Projeto de Lei nº 1.527 propõe que o cálculo da média do salário de benefício passe a ser efetuado com base em toda a vida laboral do trabalhador, elevando-se gradativamente o tempo computado. Assim, será fixado o mês de julho de 1994 como ponto inicial e, a partir de então, a base de cálculo será dada pela diferença entre a data da aposentadoria de cada trabalhador e julho de 1994. Ainda com o intuito de proteger os trabalhadores que têm uma vida laboral instável, inclusive com períodos de desemprego, foi estabelecido, já no Congresso Nacional, que a média dos salários de contribuição será baseada nos 80% maiores salários de contribuição, eliminando-se da base de cálculo os menores salários do trabalhador ao longo de sua vida laboral.

Dando continuidade ao objetivo de atender a princípios constitucionais de equilíbrio atuarial do sistema, a nova fórmula de cálculo adiciona à média de todos os salários de contribuição dos segurados o "fator previdenciário", passando o salário de benefício a ser definido da seguinte forma:

$Sb = M \times f$

Onde:

Sb = salário de benefício;

M = média dos 80% maiores salários de contribuição do segurado durante todo seu tempo de contribuição, corrigido monetariamente;

f = fator previdenciário, definido a seguir:

$$f = \frac{Tc \times a}{Es} \times \left(1 + \frac{Id + Tc \times a}{100}\right)$$

Onde:

f = fator previdenciário;

Tc = tempo de contribuição de cada segurado;

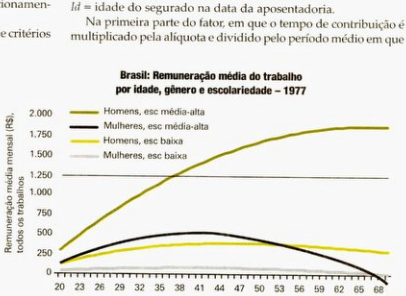
a = alíquota de contribuição do segurado;

Es = expectativa de sobrevida do segurado na data da aposentadoria;

Id = idade do segurado na data da aposentadoria.

Na primeira parte do fator, em que o tempo de contribuição é multiplicado pela alíquota e dividido pelo período médio em que

Brasil: Remuneração média do trabalho por idade, gênero e escolaridade – 1977



Fonte: PNAD/97; AEPS/97.
Elaboração: Ipea

o segurado irá receber seu benefício, estamos equalizando o período de contribuição de cada segurado com o de recebimento do benefício. Supondo-se, por exemplo, que um segurado trabalhou durante 40 anos, o tempo em que esse segurado destinou o equivalente a 100% de seu salário à previdência corresponde, na verdade, a 12,4 anos (40 x 0,31). Portanto, se a expectativa de sua sobrevida for de 12,4 anos, a primeira parte do fator estará equilibrada e o resultado da divisão de tempo de contribuição vezes a alíquota pela expectativa de sobrevida será 1.

Na segunda parte do fator está sendo pago um prêmio para os segurados que permanecerem em atividade, o que de certo modo pode estar associado a uma taxa de juros, ou seja, efetua-se aqui a capitalização dos recursos acumulados ao longo do período de contribuição. Ressalte-se que essas taxas são diferenciadas, ou seja, quem sair mais cedo do regime de previdência receberá remuneração menor, uma vez que o prêmio cresce com a permanência em atividade.

Observe-se que, além de ser extremamente justo remunerar o segurado que permanecer menos tempo no sistema com taxas menores, isso permite que o fluxo de caixa fique melhor equilibrado, pois o segurado que sair mais cedo, provocando um desembolso antecipado do sistema, terá em contrapartida um prêmio menor.

Uma vez apresentado o que o fator previdenciário representa, é clara a conclusão de que o que temos aqui são as contribuições médias do trabalhador ao longo de sua vida laboral, acumuladas e corrigidas monetariamente, incidindo ainda sobre elas uma taxa de juros que varia de acordo com a escolha pessoal de cada segurado quanto à data de sua aposentadoria. Esse é outro elemento novo que se introduz no sistema: satisfeitos os requisitos mínimos estabelecidos na Constituição, cada segurado poderá decidir o momento de sua aposentadoria, de acordo com a sua conveniência pessoal.

Na versão final do projeto votado na Câmara dos Deputados, foi estabelecida ainda uma regra de transição cujo objetivo é permitir que os segurados possam fazer um planejamento mais adequado de sua aposentadoria. A transição representará uma progressividade na entrada em vigor do fator, na proporção de 1/60 a cada mês, de modo que ao final de 60 meses terão sido implementados 100% do fator previdenciário.

As tabelas 2 e 3 ilustram alguns exemplos de quanto seria o fator previdenciário de acordo com as diferentes decisões de aposentadoria dos segurados. A tabela 2 contém o fator previdenciário, equivalente ao primeiro mês de sua implantação, enquanto a tabela 3 traz os resultados do fator após o término do período de transição, ou seja, no sexagésimo mês. Os cálculos foram feitos com base na expectativa de sobrevida do IBGE para o Brasil em 1995, para ambos os sexos. Nota-se que, ao se utilizar a expectativa de média de vida de ambos os sexos, concede-se um subsídio às mulheres, uma vez que elas apresentam expectativa de sobrevida mais elevada que a do homem.

Foi também concedido um abono de cinco anos às mulheres e de 10 e cinco anos, respectivamente, às professoras e professores de ensino primário e médio na contagem do seu tempo de contribuição, de modo que, ao se verificar o fator previdenciário dessas pessoas nas tabelas, adicionam-se os tempos de contribuição anteriormente mencionados. Assim, por exemplo, uma mulher que se aposentar com 32 anos de contribuição e 55 anos de idade, terá o fator correspondente ao de um segurado que apresente 37 (32 + 5) anos de contribuição e 55 anos de idade.

Cabe ressaltar que a alíquota utilizada para a base de cálculo foi a de 0,31, em que 0,20 corresponde à contribuição da empresa e 0,11 à maior alíquota existente para os segurados empregados. A alíquota de 0,31 representa, dessa forma, um subsídio às classes menos organizadas e que recebem menores salários, pois os segurados pagam alíquotas de 0,20 enquanto segurados individuais e de 0,08, 0,09 ou 0,11 enquanto empregados. Ademais, é importante lembrar que a alíquota de 0,20 da empresa é paga sobre o salário total do trabalhador, não sendo dessa forma limitada pelo teto de R$1.255,32, cobrindo, dessa forma, os auxílios não-programáveis. Ou seja, para um trabalhador que recebe R$2.000 de remuneração mensal, a contribuição da empresa é de R$400, ao invés de R$251,06. Dada essa margem nos recursos arrecadados, acredita-se que o cômputo da alíquota total ao cálculo atuarial não irá gerar problema de caixa aos cofres da previdência. No médio prazo, espera-se, inclusive, que o equilíbrio atuarial ora iniciado proporcione a redução das alíquotas pagas pelas empresas.

Destaque-se ainda que, à medida que forem criados incentivos para que os segurados permaneçam em atividade, qualquer atitude deles no sentido de postergar suas aposentadorias levará à redução imediata do déficit hoje existente. Por exemplo, se todos os segurados decidissem adiar suas aposentadorias por um ano, dado que o prêmio para esses segurados por adiar suas aposentadorias é de 7% real por ano adicional na faixa dos 57 anos e de 11% real por ano adicional na faixa dos 64 anos, conforme pode ser observado nas tabela 2 e 3, o déficit existente cairia drasticamente, visto que as concessões de benefícios seriam cessadas por pelo menos um ano.

Conclusão

É notório que a nova metodologia de cálculo nem elimina o déficit acumulado atual, nem tampouco altera direitos adquiridos de pessoas que já tenham se aposentado. Mas é certo que nas novas aposentadorias começam a existir critérios atuariais — somente agora introduzidos na previdência brasileira — que permitirão maior correlação entre salário de contribuição e salário de benefícios.

Segurados que antes contribuíam por períodos diferentes e recebiam o mesmo benefício passam agora a ter tratamento diferenciado e equânime. Eliminam-se, pois, as transferências de renda para aqueles trabalhadores que se aposentam precocemente e usufruem do benefício por um período muito maior do que aqueles que com o mesmo tempo de contribuição se aposentam mais tarde, a saber, os trabalhadores de mais baixa renda, que, em sua maioria, não possuem vida laboral instável e, portanto, se aposentam por idade, em vez de por tempo de contribuição.

Inicia-se, a partir de agora, uma nova fase da previdência social brasileira, em que os benefícios pagos nas aposentadorias por tempo de contribuição passam a ter correlação estreita com a contribuição de cada segurado. Os auxílios, os benefícios não-programáveis e as aposentadorias por idade permanecem com um caráter eminentemente social e, no que se refere ao trabalhador do mercado informal, ampliam-se seus benefícios e permite-se maior flexibilidade no relacionamento com a previdência.

Somente com uma previdência sustentada em critérios atuariais torna-se possível fazer cumprir sua função social. A esse respeito, os números nos apontam o caráter excludente da previdência social brasileira, que protege apenas 43% da população ocupada, deixando 37 milhões de trabalhadores desassistidos. Vencida a etapa de adequação do sistema, é para esses que se volta a ação governamental, visando construir no Brasil uma previdência efetivamente social, capaz de proteger todos os nossos trabalhadores.

*Ministro da Previdência e Assistência Social e senador (PFL-BA).

**Mestre em economia pela FGV-Rio e assessora especial do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Tab. 2 – Fator previdenciário (primeiro mês de transição)

Idade de aposentadoria

Tempo de contribuição	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
25	0,990	0,991	0,991	0,991	0,992	0,992	0,992	0,993	0,993	0,993	0,994	0,994	0,995	0,995	0,996
26	0,991	0,991	0,991	0,992	0,992	0,992	0,993	0,993	0,993	0,994	0,994	0,995	0,995	0,996	0,996
27	0,991	0,991	0,992	0,992	0,992	0,993	0,993	0,993	0,994	0,994	0,995	0,995	0,996	0,996	0,997
28	0,991	0,992	0,992	0,992	0,993	0,993	0,993	0,994	0,994	0,995	0,995	0,996	0,996	0,997	0,997
29	0,992	0,992	0,992	0,993	0,993	0,993	0,994	0,994	0,995	0,995	0,996	0,996	0,997	0,997	0,998
30	0,992	0,992	0,993	0,993	0,993	0,994	0,994	0,995	0,995	0,995	0,996	0,997	0,997	0,998	0,999
31	0,992	0,993	0,993	0,993	0,994	0,994	0,994	0,995	0,995	0,996	0,996	0,997	0,998	0,998	0,999
32	0,993	0,993	0,993	0,994	0,994	0,994	0,995	0,995	0,996	0,996	0,997	0,998	0,998	0,999	1,000
33	0,993	0,993	0,994	0,994	0,994	0,995	0,995	0,996	0,996	0,997	0,997	0,998	0,999	0,999	1,000
34	0,993	0,993	0,994	0,994	0,995	0,995	0,996	0,996	0,997	0,997	0,998	0,998	0,999	1,000	1,001
35	0,993	0,994	0,994	0,995	0,995	0,995	0,996	0,997	0,997	0,998	0,998	0,999	1,000	1,000	1,001
36	0,994	0,994	0,995	0,995	0,995	0,996	0,996	0,997	0,997	0,998	0,999	0,999	1,000	1,001	1,002
37	0,994	0,994	0,995	0,995	0,996	0,996	0,997	0,997	0,998	0,999	0,999	1,000	1,001	1,001	1,002
38	0,994	0,995	0,995	0,996	0,996	0,997	0,997	0,998	0,998	0,999	1,000	1,000	1,001	1,002	1,003
39	0,995	0,995	0,996	0,996	0,996	0,997	0,998	0,998	0,999	0,999	1,000	1,001	1,002	1,002	1,003
40	0,995	0,995	0,996	0,996	0,997	0,997	0,998	0,999	0,999	1,000	1,001	1,001	1,002	1,003	1,004
41		0,996	0,996	0,997	0,997	0,998	0,998	0,999	1,000	1,000	1,001	1,002	1,003	1,004	1,004
42			0,997	0,997	0,998	0,998	0,999	0,999	1,000	1,001	1,001	1,002	1,003	1,004	1,005
43				0,997	0,998	0,999	0,999	1,000	1,000	1,001	1,002	1,003	1,004	1,005	1,006
44					0,998	0,999	1,000	1,000	1,001	1,002	1,002	1,003	1,004	1,005	1,006
45						0,999	1,000	1,001	1,001	1,002	1,003	1,004	1,005	1,006	1,007
46							1,000	1,001	1,002	1,003	1,003	1,004	1,005	1,006	1,007
47								1,001	1,002	1,003	1,004	1,005	1,006	1,007	1,008
48									1,003	1,003	1,004	1,005	1,006	1,007	1,008
49										1,004	1,005	1,006	1,007	1,008	1,009
50											1,005	1,006	1,007	1,008	1,010
51												1,007	1,008	1,009	1,010
52													1,008	1,009	1,011
53														1,010	1,011
54															1,012
55															

Idade de aposentadoria

Tempo de contribuição	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
25	0,996	0,997	0,998	0,999	0,999	1,000	1,001	1,002	1,004	1,005	1,006	1,008	1,009	1,011	1,013
26	0,997	0,998	0,998	0,999	1,000	1,001	1,002	1,003	1,004	1,006	1,007	1,009	1,010	1,012	1,014
27	0,998	0,998	0,999	1,000	1,001	1,002	1,003	1,004	1,005	1,007	1,008	1,010	1,011	1,013	1,015
28	0,998	0,999	1,000	1,001	1,001	1,002	1,004	1,005	1,006	1,007	1,009	1,011	1,013	1,014	1,017
29	0,999	0,999	1,000	1,001	1,002	1,003	1,004	1,006	1,007	1,008	1,010	1,012	1,014	1,016	1,018
30	0,999	1,000	1,001	1,002	1,003	1,004	1,005	1,006	1,008	1,009	1,011	1,013	1,015	1,017	1,019
31	1,000	1,001	1,002	1,002	1,004	1,005	1,006	1,007	1,009	1,010	1,012	1,014	1,016	1,018	1,020
32	1,000	1,001	1,002	1,003	1,004	1,005	1,007	1,008	1,010	1,011	1,013	1,015	1,017	1,019	1,022
33	1,001	1,002	1,003	1,004	1,005	1,006	1,007	1,009	1,010	1,012	1,014	1,016	1,018	1,020	1,023
34	1,001	1,002	1,003	1,004	1,006	1,007	1,008	1,010	1,011	1,013	1,015	1,017	1,019	1,022	1,024
35	1,002	1,003	1,004	1,005	1,006	1,008	1,009	1,010	1,012	1,014	1,016	1,018	1,020	1,023	1,025
36	1,003	1,004	1,005	1,006	1,007	1,008	1,010	1,011	1,013	1,015	1,017	1,019	1,021	1,024	1,027
37	1,003	1,004	1,005	1,006	1,008	1,009	1,011	1,012	1,014	1,016	1,018	1,020	1,022	1,025	1,028
38	1,004	1,005	1,006	1,007	1,008	1,010	1,011	1,013	1,015	1,017	1,019	1,021	1,024	1,026	1,029
39	1,004	1,005	1,007	1,008	1,009	1,011	1,012	1,014	1,016	1,018	1,020	1,022	1,025	1,028	1,031
40	1,005	1,006	1,007	1,008	1,010	1,011	1,013	1,015	1,017	1,019	1,021	1,023	1,026	1,029	1,032
41	1,006	1,007	1,008	1,009	1,011	1,012	1,014	1,015	1,017	1,020	1,022	1,024	1,027	1,030	1,033
42	1,006	1,007	1,008	1,010	1,011	1,013	1,014	1,016	1,018	1,020	1,023	1,025	1,028	1,031	1,034
43	1,007	1,008	1,009	1,010	1,012	1,014	1,015	1,017	1,019	1,021	1,024	1,026	1,029	1,032	1,036
44	1,007	1,008	1,010	1,011	1,013	1,014	1,016	1,018	1,020	1,022	1,025	1,028	1,030	1,034	1,037
45	1,008	1,009	1,010	1,012	1,013	1,015	1,017	1,019	1,021	1,023	1,026	1,029	1,032	1,035	1,038
46	1,008	1,010	1,011	1,013	1,014	1,016	1,018	1,020	1,022	1,024	1,027	1,030	1,033	1,036	1,040
47	1,009	1,010	1,012	1,013	1,015	1,017	1,018	1,021	1,023	1,025	1,028	1,031	1,034	1,037	1,041
48	1,010	1,011	1,012	1,014	1,016	1,017	1,019	1,021	1,024	1,026	1,029	1,032	1,035	1,039	1,042
49	1,010	1,012	1,013	1,015	1,016	1,018	1,020	1,022	1,025	1,027	1,030	1,033	1,036	1,040	1,044
50	1,011	1,012	1,014	1,015	1,017	1,019	1,021	1,023	1,026	1,028	1,031	1,034	1,037	1,041	1,045
51	1,011	1,013	1,014	1,016	1,018	1,020	1,022	1,024	1,026	1,029	1,032	1,035	1,039	1,042	1,046
52	1,012	1,013	1,015	1,017	1,018	1,020	1,023	1,025	1,027	1,030	1,033	1,036	1,040	1,044	1,048
53	1,013	1,014	1,016	1,017	1,019	1,021	1,023	1,026	1,028	1,031	1,034	1,037	1,041	1,045	1,049
54	1,013	1,015	1,016	1,018	1,020	1,022	1,024	1,027	1,029	1,032	1,035	1,038	1,042	1,046	1,050
55	1,014	1,015	1,017	1,019	1,021	1,023	1,025	1,027	1,030	1,033	1,036	1,040	1,043	1,047	1,052

Tab. 3 – Fator previdenciário (fim de transição)

Idade de aposentadoria

Tempo de contribuição	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
25	0,424	0,439	0,456	0,473	0,492	0,511	0,532	0,554	0,577	0,601	0,628	0,656	0,685	0,718	0,752
26	0,442	0,458	0,475	0,493	0,512	0,533	0,554	0,577	0,601	0,627	0,654	0,683	0,714	0,748	0,783
27	0,460	0,477	0,494	0,513	0,533	0,554	0,577	0,600	0,625	0,652	0,680	0,711	0,743	0,778	0,815
28	0,478	0,495	0,514	0,533	0,554	0,576	0,599	0,624	0,650	0,678	0,707	0,739	0,772	0,808	0,847
29	0,496	0,514	0,533	0,553	0,575	0,598	0,622	0,647	0,674	0,703	0,734	0,766	0,801	0,839	0,879
30	0,514	0,533	0,553	0,574	0,596	0,619	0,644	0,671	0,699	0,729	0,760	0,794	0,830	0,869	0,911
31	0,532	0,551	0,572	0,594	0,617	0,641	0,667	0,695	0,724	0,754	0,787	0,822	0,860	0,900	0,943
32	0,550	0,570	0,592	0,614	0,638	0,663	0,690	0,718	0,748	0,780	0,814	0,850	0,889	0,930	0,975
33	0,569	0,589	0,612	0,635	0,659	0,685	0,713	0,742	0,773	0,806	0,841	0,879	0,918	0,961	1,007
34	0,587	0,608	0,631	0,655	0,681	0,707	0,736	0,766	0,798	0,832	0,868	0,907	0,948	0,992	1,040
35	0,605	0,628	0,651	0,676	0,702	0,730	0,759	0,790	0,823	0,858	0,895	0,935	0,978	1,023	1,072
36	0,624	0,647	0,671	0,696	0,723	0,752	0,782	0,814	0,848	0,884	0,923	0,964	1,007	1,054	1,105
37	0,643	0,666	0,691	0,717	0,745	0,774	0,805	0,838	0,873	0,911	0,950	0,992	1,037	1,086	1,138
38	0,661	0,685	0,711	0,738	0,767	0,797	0,829	0,863	0,899	0,937	0,977	1,021	1,067	1,117	1,170
39	0,680	0,705	0,731	0,759	0,788	0,819	0,852	0,887	0,924	0,963	1,005	1,050	1,097	1,149	1,203
40	0,699	0,724	0,751	0,780	0,810	0,842	0,876	0,912	0,950	0,990	1,033	1,079	1,128	1,180	1,236
41		0,744	0,772	0,801	0,832	0,864	0,899	0,936	0,975	1,016	1,060	1,108	1,158	1,212	1,270
42			0,792	0,822	0,854	0,887	0,923	0,961	1,001	1,043	1,088	1,137	1,188	1,244	1,303
43				0,843	0,876	0,910	0,947	0,985	1,026	1,070	1,116	1,166	1,219	1,275	1,336
44					0,898	0,933	0,971	1,010	1,052	1,097	1,144	1,195	1,249	1,308	1,370
45						0,956	0,994	1,035	1,078	1,124	1,173	1,225	1,280	1,340	1,403
46							1,018	1,060	1,104	1,151	1,201	1,254	1,311	1,372	1,437
47								1,085	1,130	1,178	1,229	1,284	1,342	1,404	1,471
48									1,156	1,205	1,258	1,314	1,373	1,437	1,505
49										1,233	1,286	1,343	1,404	1,469	1,539
50											1,315	1,373	1,435	1,502	1,573
51												1,403	1,466	1,535	1,608
52													1,498	1,567	1,642
53														1,600	1,677
54															1,711
55															

Idade de aposentadoria

Tempo de contribuição	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
25	0,788	0,828	0,871	0,917	0,967	1,021	1,079	1,144	1,212	1,287	1,369	1,458	1,555	1,660	1,774
26	0,821	0,863	0,907	0,955	1,007	1,064	1,124	1,191	1,263	1,341	1,426	1,519	1,620	1,729	1,849
27	0,855	0,897	0,944	0,994	1,048	1,107	1,170	1,239	1,314	1,395	1,484	1,580	1,685	1,799	1,923
28	0,888	0,932	0,980	1,032	1,088	1,150	1,215	1,288	1,365	1,449	1,542	1,641	1,750	1,869	1,998
29	0,921	0,967	1,017	1,071	1,129	1,193	1,261	1,336	1,416	1,504	1,599	1,703	1,816	1,939	2,072
30	0,955	1,003	1,054	1,110	1,170	1,236	1,306	1,384	1,467	1,558	1,657	1,765	1,882	2,009	2,147
31	0,988	1,038	1,091	1,149	1,212	1,279	1,352	1,433	1,519	1,613	1,716	1,827	1,948	2,079	2,223
32	1,022	1,073	1,129	1,188	1,253	1,323	1,398	1,482	1,571	1,668	1,774	1,889	2,014	2,150	2,298
33	1,056	1,109	1,166	1,228	1,294	1,367	1,445	1,531	1,623	1,723	1,832	1,951	2,080	2,221	2,374
34	1,090	1,144	1,203	1,267	1,336	1,411	1,491	1,580	1,675	1,778	1,891	2,014	2,147	2,292	2,450
35	1,124	1,180	1,241	1,307	1,378	1,455	1,538	1,629	1,727	1,834	1,950	2,076	2,214	2,363	2,526
36	1,158	1,216	1,279	1,346	1,419	1,499	1,584	1,679	1,779	1,889	2,009	2,139	2,281	2,435	2,603
37	1,192	1,252	1,317	1,386	1,461	1,543	1,631	1,728	1,832	1,945	2,069	2,202	2,348	2,507	2,680
38	1,227	1,288	1,355	1,426	1,504	1,588	1,678	1,778	1,885	2,001	2,128	2,266	2,416	2,579	2,757
39	1,261	1,325	1,393	1,466	1,546	1,632	1,725	1,828	1,938	2,057	2,188	2,329	2,483	2,651	2,834
40	1,296	1,361	1,431	1,506	1,588	1,677	1,773	1,878	1,991	2,114	2,248	2,393	2,551	2,724	2,911
41	1,331	1,397	1,469	1,547	1,631	1,722	1,820	1,928	2,044	2,170	2,308	2,457	2,620	2,797	2,989
42	1,366	1,434	1,508	1,587	1,674	1,767	1,868	1,979	2,097	2,227	2,368	2,521	2,688	2,869	3,067
43	1,401	1,471	1,546	1,628	1,716	1,812	1,915	2,029	2,151	2,284	2,429	2,586	2,757	2,943	3,145
44	1,436	1,508	1,585	1,669	1,759	1,858	1,963	2,080	2,205	2,341	2,489	2,650	2,825	3,016	3,224
45	1,471	1,545	1,624	1,710	1,802	1,903	2,011	2,131	2,259	2,398	2,550	2,715	2,894	3,090	3,302
46	1,506	1,582	1,663	1,751	1,846	1,949	2,060	2,182	2,313	2,456	2,611	2,780	2,964	3,164	3,381
47	1,542	1,619	1,702	1,792	1,889	1,995	2,108	2,233	2,367	2,513	2,672	2,845	3,033	3,238	3,461
48	1,578	1,656	1,741	1,833	1,933	2,041	2,156	2,285	2,421	2,571	2,734	2,910	3,103	3,312	3,540
49	1,613	1,694	1,781	1,875	1,976	2,087	2,205	2,336	2,476	2,629	2,795	2,976	3,173	3,387	3,620
50	1,649	1,731	1,820	1,916	2,020	2,133	2,254	2,388	2,531	2,687	2,857	3,042	3,243	3,461	3,699
51	1,685	1,769	1,860	1,958	2,064	2,179	2,303	2,440	2,586	2,745	2,919	3,108	3,313	3,536	3,780
52	1,721	1,807	1,900	2,000	2,108	2,226	2,352	2,492	2,641	2,804	2,981	3,174	3,383	3,612	3,860
53	1,757	1,845	1,939	2,042	2,152	2,272	2,401	2,544	2,696	2,863	3,044	3,240	3,454	3,687	3,941
54	1,793	1,883	1,980	2,084	2,197	2,319	2,451	2,597	2,752	2,922	3,106	3,307	3,525	3,763	4,021
55	1,830	1,921	2,020	2,126	2,241	2,366	2,500	2,649	2,807	2,981	3,169	3,374	3,596	3,839	4,102

Proteção aos minoritários

É cada vez mais clara a necessidade urgente de ampla revisão da legislação do mercado acionário que tenha por objetivo promover o desenvolvimento do mercado de capitais, e não apenas solucionar questões específicas.



A crise financeira internacional interrompeu um dos períodos de maior vigor do mercado acionário brasileiro. Em julho de 1997, o volume negociado na Bolsa de São Paulo chegou a atingir quase R$22 bilhões e no ano todo ultrapassou R$170 bilhões. Nos nove primeiros meses deste ano, a bolsa paulista havia movimentado apenas R$107 bilhões.

Para 2000, está sendo esperada uma melhoria tanto da conjuntura externa quanto da interna. Contudo, essa mudança de cenário não deve ser suficiente para trazer de volta ao mercado acionário a totalidade dos investidores perdidos durante a crise, pois nada foi feito para enfrentar o crescimento da negociação das principais ações brasileiras nas bolsas norte-americanas.

Uma ação eficiente, nesse sentido, seria tentar aumentar o universo de investidores do mercado acionário brasileiro, que sempre se sustentou nos fundos de pensões, que, por sua vez, sofrem restrições legais para aplicar no exterior. Em outros países desenvolvidos e até na própria América Latina, o acesso ao mercado de ações é bem mais democrático. Após o Plano Real, chegou a ser ensaiada uma participação maior de pequenos investidores no mercado acionário, atraindo recursos de outras aplicações tradicionais, como os FIFs.

Casuísmos

No entanto, acontecimentos recentes — que expuseram a grande fragilidade do nosso sistema jurídico na defesa dos interesse dos acionistas minoritários — mostram que o país caminha exatamente no sentido inverso. A legislação brasileira já não é das mais modernas no que diz respeito ao direito dos minoritários, sem falar que praticamente ignora os detentores de ações preferenciais. E, se não bastasse, ainda temos episódios em que acordos de acionistas foram rompidos unilateralmente com amparo legal, devido a interesses políticos.

O casuísmo foi inaugurado pelo próprio governo no processo de privatização. A Lei 6.404/76 garantia aos acionistas minoritários o chamado "direito de recesso", ou seja, a igualdade de tratamento em relação ao acionista controlador. Para agilizar o processo de privatização, em 1997 o governo, com a Lei 9.457, simplesmente acabou com esse direito, de modo que os investidores minoritários não pudessem reivindicar vender suas ações com o mesmo ágio que se conseguiu na venda das estatais.

Pode-se argumentar que, nesse caso, os interesses da sociedade deveriam prevalecer e que uma lei promulgada em 1976 não comportava as mudanças que o país estava precisando promover para se modernizar. Contudo, em nenhum momento se cogitou discutir alterações na legislação, para que esta não continuasse admitindo esse tipo de contradição. Logo após ter seu problema resolvido, o governo esqueceu o assunto.

Como a mudança na legislação buscava atender a um interesse específico, não é de se estranhar que viesse a criar, posteriormente, grandes distorções. Aproveitando-se da suspensão do direito de recesso, algumas negociações envolvendo empresas de capital aberto simplesmente ignoraram os minoritários, sendo um dos casos mais ruidosos o das Lojas Renner, vendidas à J.C. Penney.

Volume negociado no mercado acionário como proporção do PIB

	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Bovespa	7,5	11,5	7,3	10,5	19,6	17,7
BBA	49,8	38,6	48,8	61,7	43,5	48,7

Fonte: Bolsa de Buenos Aires, Bolsa de São Paulo e Bancos Centrais do Brasil e da Argentina.

Novas regras

As Lojas Renner eram consideradas um modelo de administração entre as redes de varejo e, por isso, muitos fundos de investimentos, que desejavam aumentar a participação de ações de segunda linha em sua carteira, viram na empresa uma excelente oportunidade. Foi exatamente o fato (e, talvez, somente isso) de os lesados pelo processo de venda da empresa serem investidores bem informados que levou a Comissão de Valores Mobiliários a rever a legislação.

Por meio da Instrução 229, foram criadas novas regras, a serem respeitadas em caso de transferência de controle acio-

nário. A mais importante diz respeito à obrigatoriedade de total transparência nas negociações.

No caso das estatais, os minoritários perderam o direito de ser ressarcidos pelo valor patrimonial da ação se discordassem da venda, mas o processo de privatização, na grande maioria dos casos, não levou ao fechamento do capital das empresas. O preço de venda era público e sempre se podia argumentar que os minoritários seriam beneficiados pela maior eficiência administrativa dos novos compradores (ainda que, por ocasião da venda da PQU, os interesses dos controladores — compradores da matéria-prima produzida pela empresa — fossem claramente contrários aos dos minoritários).

Já no caso das vendas das empresas privadas, muitas das aquisições por grupos estrangeiros estão sendo seguidas de fechamento do capital e os minoritários não têm tido acesso ao preço recebido pelo controlador, ficando sem nenhuma referência na hora de estimar o valor que está sendo oferecido por suas ações.

Atitude infeliz

Outro caso sério de desrespeito aos acionistas minoritários foi protagonizado pelo governo de Minas Gerais. Um tribunal local revogou um acordo firmado na gestão anterior que garantia aos investidores estrangeiros participação no processo decisório da Cemig. A relativa independência administrativa permitiu que, mesmo em posição minoritária, os novo sócios fizessem volumoso aporte de recursos na empresa. Os números não deixam dúvidas sobre os ganhos com a nova administração: o lucro líquido da empresa passou de R$217 milhões em 1995 para R$483 milhões em 1998.

Esse incidente, mesmo que venha a ser revogado pelos tribunais superiores, pode ter conseqüências desastrosas sobre a intenção de prefeitos e governadores de encontrar sócios para as companhias de saneamento sem abrir mão do controle sobre elas. Provavelmente, haverá nova rodada de mudanças na legislação para atender às concessões nas esferas estadual e municipal. Mas, sem dúvida, o processo ficou menos confiável.

Portanto, é cada vez mais clara a necessidade urgente de ampla revisão da legislação do mercado acionário que tenha por objetivo promover o desenvolvimento do mercado de capitais, e não apenas solucionar questões específicas. Atualmente, os choques de interesses entre as partes envolvidas podem gerar remendos distintos, não sendo um ambiente dos mais promissores para nenhum investidor.

ELIANE PENHA DA SILVA
Economista da UM Consultores

DESEMPENHO DOS ÍNDICES

	FGV100	FGV100-E
No mês	5,65%	5,90%
No ano	111,38%	92,94%
Em 12 meses	112,94%	92,69%

Data	FGV100 Fechamento Pontos	%	Máximo Pontos	%	Mínimo Pontos	%
01.09.99	81.527	2,62	81.627	2,74	79.448	0,00
02.09.99	81.817	0,36	82.060	0,65	80.867	-0,81
03.09.99	82.862	1,28	83.174	1,66	81.820	0,00
06.09.99	83.694	1,00	83.694	1,00	82.429	-0,52
08.09.99	82.695	-1,19	83.790	0,11	82.544	-1,37
09.09.99	83.793	1,33	83.854	1,40	82.696	0,00
10.09.99	84.556	0,91	84.830	1,24	83.837	0,05
13.09.99	85.135	0,68	85.284	0,86	84.422	-0,16
14.09.99	85.089	-0,05	85.767	0,74	84.714	-0,49
15.09.99	83.997	-1,28	85.139	0,06	83.548	-1,81
16.09.99	83.648	-0,42	83.989	-0,01	83.195	-0,95
17.09.99	84.324	0,81	84.404	0,90	83.635	-0,02
20.09.99	85.720	1,66	85.870	1,83	84.335	0,01
21.09.99	85.185	-0,62	86.296	0,67	84.839	-1,03
22.09.99	85.484	0,35	85.681	0,58	84.896	-0,34
23.09.99	85.699	0,25	87.240	2,05	85.409	-0,09
24.09.99	86.253	0,65	86.262	0,66	85.112	-0,68
27.09.99	87.014	0,88	87.123	1,01	86.251	0,00
28.09.99	86.132	-1,01	87.066	0,06	85.580	-1,65
29.09.99	85.973	-0,18	86.522	0,45	85.651	-0,56
30.09.99	83.936	-2,37	86.357	0,45	83.873	-2,44

Data	FGV100-E Fechamento Pontos	%	Máximo Pontos	%	Mínimo Pontos	%
01.09.99	181.184	3,44	181.184	3,44	175.152	0,00
02.09.99	183.491	1,27	184.288	1,71	179.279	-1,05
03.09.99	186.371	1,57	187.456	2,16	184.307	0,44
06.09.99	186.855	0,26	187.020	0,35	185.477	-0,48
08.09.99	187.231	0,20	189.165	1,24	184.879	-1,06
09.09.99	191.053	2,04	191.118	2,08	187.213	-0,01
10.09.99	190.654	-0,21	193.313	1,18	190.457	-0,31
13.09.99	192.232	0,83	192.775	1,11	190.124	-0,28
14.09.99	191.381	-0,44	192.429	0,10	190.300	-1,01
15.09.99	187.749	-1,90	191.934	0,29	186.930	-2,33
16.09.99	184.299	-1,84	187.879	0,07	183.603	-2,21
17.09.99	188.044	2,03	188.142	2,09	184.315	0,01
20.09.99	192.746	2,50	192.766	2,51	188.046	0,00
21.09.99	190.106	-1,37	192.919	0,09	189.565	-1,65
22.09.99	192.101	1,05	192.385	1,20	190.131	0,01
23.09.99	190.094	-1,04	195.558	1,80	190.173	-1,00
24.09.99	193.343	1,71	193.462	1,77	188.716	-0,72
27.09.99	193.718	0,19	194.028	0,35	192.779	-0,29
28.09.99	191.554	-1,12	193.723	0,00	189.382	-2,24
29.09.99	191.012	-0,28	192.662	0,58	190.590	-0,50
30.09.99	185.478	-2,90	192.552	0,81	185.478	-2,90

Metodologia e cálculo: Fundação Getulio Vargas — IBRE / CEE — FGV100. Fonte dos dados: Agência Estado / Broadcast. O índice FGV100, calculado pela FGV, é composto de 100 ações de empresas privadas nacionais não-financeiras. É divulgado diariamente nos jornais: *O Estado de S.Paulo, Gazeta Mercantil, Jornal do Commercio* e nas agências de notícias: *A. Estado, Bloomberg* e *O Globo*. Série disponível através do serviço de banco de dados ARIES ON-LINE, telefones: (021) 551-9099 e (021) 536-9346.

Lazer, a indústria do novo milênio

Qual o setor da economia mundial que mais avançará no século XXI? Quem ofertará mais e melhores empregos? Qual o desafio brasileiro para entrar na corrida mundial pelos viajantes?

De olhos postos no século XXI, os analistas se perguntam sobre quais serão no futuro próximo os setores mais dinâmicos da economia mundial. A resposta flui quase imediatamente: três superindústrias marcarão esse início de século, a saber: a tecnologia da informação, as telecomunicações e a indústria do lazer e seus componentes básicos — turismo, entretenimentos, hotelaria, alimentação, transportes e ecologia. Qual desses três segmentos terá maior importância social? O lazer, por sua capacidade de aproximar as nações, globalizar a economia, acelerar o crescimento econômico e produzir novos e, sobretudo, melhores empregos.

De fato, as previsões têm uma boa dose de realismo, quando se consideram o passado e pesquisas mais recentes do Conselho Mundial de Turismo. Elas antecipam as fantásticas promessas do setor de lazer para o próximo século. Algumas delas:

1. Neste final dos anos 90, apenas o setor de turismo e viagens havia sido capaz de gerar um produto bruto equivalente a US$3,8 trilhões. Por volta de 2007, o segmento deve faturar algo em torno de US$7,1 trilhões, o que significa bem mais que todo o atual PIB dos Estados Unidos.
2. Em 1997, segundo os últimos dados disponíveis, cerca de 262 milhões de indivíduos trabalhavam na área de viagens e turismo. Outros 110 milhões de empregos devem ser criados até 2007, quando se espera que 383 milhões de trabalhadores estejam empregados no setor.
3. Também no ano-base da pesquisa — 1997 — estimava-se que a contribuição do setor para o PIB mundial ia além dos 10%. Para o ano de 2007, calculava-se uma parcela de 11%.



4. Viagens e turismo integram a indústria de maior crescimento mundial. Na última década, descontada a inflação, o setor avançou em todo o mundo cerca de 42%.
5. Outras pesquisas mostram que um em cada nove empregos é gerado pelas viagens e pelo turismo por meio de micros, pequenas e médias empresas estabelecidas em áreas onde os níveis de desocupação são bastante elevados.
6. Cabe igualmente ao setor de viagens e turismo captar apreciável quantidade de divisas fortes para os países em desenvolvimento que se empenham em explorá-lo de forma conveniente.
7. O setor também é responsável por amplos recursos investidos nas áreas de construção e manufatura. O total de investimentos previstos para 2007 em todo o mundo deve chegar a US$1,6 trilhão.
8. O setor atualmente já contribui com cerca de US$716 bilhões em impostos e taxas. Até 2007 deve oferecer aos cofres públicos cerca de US$1,4 trilhão.
9. Mas os gastos governamentais com o setor são, em todo o mundo, de apenas 6% do total.
10. O grupo dos sete grandes países industrializados absorve atualmente cerca de dois terços do faturamento mundial com viagens e turismo, havendo, portanto, boas perspectivas no futuro próximo para os países em desenvolvimento.

Divisas para o Brasil

Mas o Brasil parece ainda não ter tomado consciência da fabulosa importância da chamada "indústria sem chaminé" como geradora de divisas, empregos e investimentos. Ao contrário do que ocorre em boa parte do mundo, nosso país ainda suporta pesadíssimo déficit nas contas das viagens internacionais. Segundo os últimos números do Banco Central, até agosto do ano passado os turistas internacionais deixaram em nossas fronteiras cerca de US$1,1 bilhão, enquanto os brasileiros que viajaram ao exterior gastaram quase US$1,96 bilhão. Um déficit acumulado de cerca de US$865 milhões. Ou seja, em lugar de enriquecermos nossa economia com as divisas produzidas pelo turismo e as viagens, vamos engordando a conta de outros países receptores de viajantes.

Aliás, a expansão do setor tem sido bastante prejudicada por uma série de

fatores — desde a imagem do país em termos de segurança até preconceitos aparentemente ingênuos que impedem, por exemplo, a instalação de cassinos em determinados núcleos turísticos, isso num país comovido a cada semana pela jogatina oficial do tipo sena, quina, quadra etc.

No caso da segurança, embora a violência se constitua hoje num fenômeno de âmbito internacional, é significativa a advertência lançada recentemente pelo Departamento de Estado aos cidadãos norte-americanos no sentido de que se abstenham de viajar aos grandes centros brasileiros, notadamente Rio e São Paulo, apontados como incapazes de oferecer as mínimas condições de segurança aos turistas. Lamentavelmente, em virtude da globalização das comunicações, fatos como assaltos a turistas e assassinatos em pontos turísticos como os do Corcovado, Pão de Açúcar e o Mirante do Leblon são levados instantaneamente aos países de maior potencial de viajantes.

Com os impedimentos legais para a instalação de cassinos em determinadas áreas turísticas, que vão além de meio século, vamos reduzindo as possibilidades de negócios. Nesse sentido, basta lembrar o exemplo da cidade norte-americana de Las Vegas, que recebe anualmente cerca de 30 milhões de turistas por ano, o que representa mais de 10 vezes todo o volume do turismo receptivo brasileiro. Cerca de US$10 bilhões são gerados pelos cassinos de Las Vegas apenas no setor de jogos. Outros milhões de dólares e empregos surgem com as atividades paralelas — a presença de artistas e orquestras em *shows* e outras exibições. Hotéis, restaurantes, parques temáticos completam o elenco de benefícios produzidos na cidade. Investimentos na área hoteleira permitiram que a oferta de habitações chegasse a um número excepcional: 120 mil. Isso representa o dobro dos quartos disponíveis em Nova York. Com os cassinos, cerca de 400 mil pessoas encontram emprego na cidade. Finalmente, acrescente-se que Las Vegas conta com níveis excepcionais de segurança, sendo mínimos os problemas decorrentes do jogo em si na comparação com os benefícios produzidos.

Quando o lazer é um luxo

Infelizmente, entre nós ainda prevalece a idéia de que o lazer é um luxo reservado às minorias endinheiradas. Nesse sentido, não se entende o alto valor das tarifas aéreas, dos custos portuários e das taxas geralmente cobradas. Um programa de navio, por alguns dias, entre Santos, Angra dos Reis e Ilha Grande, por exemplo, tem um custo portuário de R$150 por passageiro, quase o mesmo valor da viagem marítima. Com tarifas portuárias tão absurdas, é fácil entender por que brasileiros e estrangeiros dificilmente têm acesso ao nosso litoral de fantásticas atrações, que avança além das 4.200 milhas náuticas.

O mesmo fenômeno pode ser observado no transporte aéreo. A passagem entre o Rio e Recife, por exemplo, é oferecida com uma tarifa bastante superior à de uma viagem Rio–Santiago do Chile. Um passeio a Salvador custa bem mais que um programa de final de semana em Buenos Aires. Talvez por isso o turismo argentino tenha saltado dos 1,8 milhão de turistas em 1979 para 4,5 milhões em 1987, enquanto o nosso caía dos 2 milhões de viajantes a apenas 1 milhão nesse mesmo período.

Segundo a revista *International Boat Industry*, a indústria náutica britânica responsável pela fabricação de pequenas lanchas, veleiros, motores, serviços etc. movimentou em 1997 cerca de US$4,8 bilhões. Suas exportações alcançaram os US$651 milhões. Para a Argentina, Brasil e Chile foram exportados produtos no valor de US$22 milhões. Meio bilhão de dólares talvez tenha sido o resultado dos valores tributados.

Em termos de emprego, basta dizer que a Inglaterra conta com 500 mil embarcações de pequeno porte, 45 mil marinas, iates clubes e pontos de apoio náutico, embora o verão inglês, como dizia o finado João Saldanha, "tenha sido ontem".

Já o Brasil, com seu extenso litoral e seu verão infinito, quantas marinas possui? Menos de três dezenas, se considerarmos os iates clubes. Por falta de embarcações, as duas maiores baías do mundo, a de Guanabara e a de Todos os Santos, apesar de contarem com boa quantidade de dias ensolarados, recebem número insignificante de turistas. Assim, em que pese todo esse potencial de lazer, vamos perdendo preciosos empregos. Um dos motivos é de ordem tributária. Para nossos arrecadadores, uma pequena embarcação deve ser sobretaxada porque se trata de artigo de luxo. Uma embarcação de turismo, ao sair da fábrica, tem seu valor acrescido em cerca de 200%, graças aos impostos e taxas federais, estaduais e municipais. Estamos concedendo crescentes subsídios à indústria automobilística, embora esta ofereça infinitamente menos empregos que a indústria náutica dedicada ao lazer e ao turismo.

A importância do turismo na economia mundial (em US$ bilhões)

Estimativas de crescimento entre 1997 e 2007

Gastos de consumo (US$)	2,124 a 3,997
Investimentos	801 a 1,557
Salários (US$)	1,742 a 3,221
Emprego (milhões de unidades)	262 a 383
Total de impostos	716 a 1,354
Produto total	3,306 a 6,224

Criando mais empregos

O colapso do emprego na área industrial também está colocando na ordem do dia a urgente necessidade de expandirmos aqueles setores mais empregadores de mão-de-obra. O lazer é um deles, já que, além dos empregos diretos, estimula a criação de empregos indiretos, através da indispensável melhoria de infra-estrutura urbana, de nossos transportes, da melhoria de nossas praias, estradas etc. E esses empregos surgem com novos hotéis, motéis, *campings*, linhas aéreas, navios de cruzeiros, aluguel de carros, ônibus de turismo, restaurantes, *fast food*, agências de viagens, empresas de *tours*, lembranças, *shopings*, entretenimentos, museus e toda uma enorme e variada gama de outras atividades.

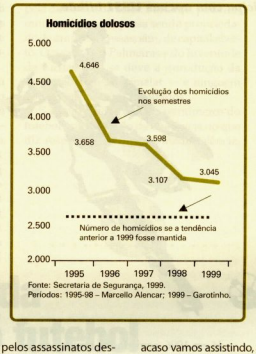
Realmente, o impacto do lazer sobre o emprego é significativo. Estimativas do Conselho de Viagens e Turismo mostram que de 10% a 15% de toda a população mundial economicamente ativa estarão empregados nos próximos anos no setor do lazer. Apenas no tocante a salários são pagos atualmente aos trabalhadores cerca de US$1,7 trilhão. Esse valor pode chegar nos próximos anos aos US$3,2 trilhões.

Mas o Brasil parece continuar olhando com indiferença essa maravilhosa galinha de ovos de ouro que é o lazer e o turismo. É certo que registramos ultimamente alguns progressos. A partir dos anos 90, testemunhamos a instalação de vários parques temáticos, como o da Mônica em São Paulo, que ainda agora recebe cerca de 1,6 milhão de visitantes por ano. Ou o Beto Carreiro World, com cifra similar, ou o Beach Park, em Fortaleza. Aliás, recentemente, diretores de parques temáticos norte-americanos estiveram no Rio para analisar as possibilidades de investimento no setor. Tanto a Walt Disney como a Busch Entertaiment e a Universal estariam dispostas a investir milhões de dólares na cidade considerada extremamente atraente em termos de turimo receptivo.

Sem segurança, não há turismo, não há emprego

NÚMEROS da Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro revelam que o total de homicídios dolosos no estado caiu dos 4.646 registrados no primeiro semestre de 1995 para os 3.107 no ano passado e 3.045 neste ano. Cifras aparentemente reveladoras de uma tendência declinante bastante positiva. Como explicar, portanto, a contradição entre a estatística oficial e a sensação de insegurança que domina cada um dos habitantes de nosso Rio aflito? De fato, pesquisa recente da Universidade Federal Fluminense revelou que para 47% dos moradores do estado aumentou a sensação de insegurança. Mas, se a pesquisa fosse limitada apenas à capital, os resultados negativos seriam ainda mais notáveis.

Para as autoridades do setor, entretanto, boa parte dessa sensação de insegurança é atribuída à divulgação da violência pela mídia. Estaríamos mesmo ante um pânico irracional? Infelizmente, entre os números oficiais e a sensação de insegurança, a realidade parece indicar claramente que mais uma vez a população tem boas razões para se assustar. A análise das cifras permite algum otimismo, já que nos defrontamos com importante queda. Mas encontramos também uma redução da tendência declinante registrada pelos assassinatos desde 1995. Algo nada promissor.



Realmente, entre 1995 e 1998, considerando-se semestre contra semestre, podemos encontrar a *média de queda* no número de homicídios de cerca de 13%. Redução notável, principalmente entre 1995 e 1996, quando chegou, inclusive, aos 21%. Perguntamos: qual teria sido o descenso no registro dos assassinatos nesse primeiro semestre de 1999? A resposta é decepcionante. Da *média de queda* de pouco menos de 13% do período 1995-1998, chegamos lamentavelmente à média de apenas -2% nos seis primeiros meses do ano. Significativo contraste com cada um dos semestres anteriores.

Dito de outro modo, se os homicídios dolosos registrados no Rio houvessem acompanhado a anterior linha de queda observada no triênio 1996-1998, qual o número de mortes que teríamos a lamentar? A resposta estaria na linha de *tendência*, segundo a qual teríamos algo em torno de 2.700 crimes em lugar dos 3.045 registrados pela Secretaria de Segurança. Nada muito estimulante, mas como se diz em espanhol, *pior es nada*.

Em matéria de furto e roubo de automóveis, o Rio de Janeiro vai batendo a produção automobilística de alguns pequenos países da região. Só no caso de furtos e roubos de carros estamos lamentando no primeiro semestre de 1999 um crescimento de cerca de 50,6%. Assim, a distância entre a frieza dos números e o cotidiano de quem convive com a violência carioca é óbvia. Nesse sentido, basta dizer que o número de homicídios nos primeiros seis meses de 1999 chega a superar o obituário de algumas das mais sangrentas guerras deflagradas ultimamente. Como a da Bósnia-Herzegovina, da Colômbia ou de Kosovo. Vamos repetir: 3.045 homicídios, ou o equivalente à população de todo um município executada a cada seis meses. Isso não pode oferecer otimismo a ninguém.

Pior. Em nossa guerra doméstica, os padrões de selvageria se assemelham às guerras mais bárbaras. Nossos homicidas aprenderam rapidamente que os tiros devem ser dirigidos à cabeça, o que torna até mesmo inútil a tecnologia presente nos coletes à prova de balas. Não por acaso vamos assistindo, ao longo deste meio século (1940-1990), ao tétrico descompasso entre o crescimento dos óbitos provocados pelos assassinatos (crescimento de 4.444%) e todas as demais causas de mortes, que avançaram apenas 82%![1]

Além disso, a violência está reduzindo notavelmente nossa expectativa de vida. Segundo o IBGE, caso eliminássemos entre os homens as mortes por causas violentas, teríamos podido celebrar um crescimento de 3,5 anos na esperança de vida masculina no Rio e em São Paulo. Como, porém, os homens são as maiores vítimas dessa violência, vamos perdendo para as mulheres, cuja esperança de vida chega aos 73,7 anos. Qual a dos homens? Apenas 64,6 anos. A carnificina nossa de cada dia também vai engolindo bons anos de vida do sexo masculino.

Ib Teixeira

[1] Pesquisa exclusiva de *Conjuntura Econômica*, janeiro de 1988.

Mas isso ainda é muito pouco quando se considera que nos próximos anos serão acrescentados cerca de 121 milhões de empregos no campo do turismo. Cerca de 80% desse crescimento na força de trabalho ocorrerão no Sudeste da Ásia, 60% na Europa e apenas 16% na América Latina. A continuar as coisas como estão, por volta de 2007 os latino-americanos terão apenas 1 milhão de novos empregos entre os 121 milhões que serão criados. Assim, estamos ainda muito longe de ampliar notavelmente o emprego. Certamente porque ainda predomina entre nós a idéia de que lazer é coisa de rico.

Ib Teixeira
Ib@fgv.br

Futebol como negócio

Dos US$250 bilhões movimentados e gerados pela indústria mundial do futebol, o Brasil participa com apenas US$1 bilhão.

É inacreditável que só agora, na virada do milênio, estejam falando das possibilidades econômicas do futebol aqui no Brasil, país tetracampeão mundial e onde tal atividade é tão arraigada na cultura que ganha aspectos míticos, quase religiosos. Por ser uma atividade identificada com e enraizada na cultura nacional, o gerenciamento do futebol por aqui é extremamente amador, alheio às suas reais possibilidades e potencialidades. O sistema atual, como vem sendo gerido, está completamente falido e tentam apenas tapar buracos com as chamadas "parcerias estratégicas" e os contratos promocionais.

Nos Estados Unidos, onde o futebol tem papel muito incipiente, a indústria de esportes movimenta, entre contratos, concessões, jogadores, proprietários, emissoras e anunciantes, mais de duas centenas de bilhões de dólares anuais. Trata-se de uma atividade que não pode ser desprezada, pela capacidade de gerar empregos e pelo efeito multiplicador maior que o encontrado em vários setores tradicionais.



Europa: receita de sucesso

Contudo, quando nos atemos apenas ao futebol, o modelo de gerenciamento profissionalizado de tal esporte só é encontrado na Europa, mais claramente na Inglaterra, onde um evento foi crucial para alavancar a profissionalização: o interesse da TV a cabo. Dezenas de canais esportivos surgiram em meados dos anos 90, usando sua programação para conquistar a audiência monopolizada pelas antigas emissoras sob controle estatal. Fundamental tem sido o papel da Canal Plus na França e, principalmente, da BSkyB, do magnata australiano Rupert Murdoch, na Inglaterra.

Já em 1996, somadas as receitas de todos os campeonatos de futebol da Europa, observamos a quantia de US$1,6 bilhão, o equivalente ao arrecadado na badalada liga de basquete norte-americana, NBA, famosa por seu agressivo *marketing*. Na Inglaterra, as 22 equipes da Premier League vêm obtendo uma receita média de US$38 milhões por temporada. Isso sem incluir receitas publicitárias, *merchandising* e venda de assinaturas que as emissoras de TV paga recolhem.

Como afirma Ted van Leewen, da revista holandesa *Voetbal International*, 1996 foi o ano "em que o futebol mudou mais do que nos 100 anteriores". A BSkyB renovou seu contrato nesse ano com a Liga Inglesa por cerca de US$1,1 bilhão e a Leo Kirch, da Alemanha, pagou US$2,3 bilhões pelos direitos das Copas de 2002 e 2006, com direito de transmissão global, excetuando a América do Norte. Também foi em 1996 que os clubes ingleses listaram suas ações na Bolsa de Londres, com destaque para o Manchester United, o Chelsea Village (*holding* do Chelsea), o Tottenham Hotspurs e, posteriormente, o Newcastle, o Celtic (escocês), o Sunderland, o Leicester e o Nottingham Forest. Não importa que tipo de investidor o gerenciador de recursos seja, mas há apenas uma constante que faz todos prenderem a respiração: receita.

Em 1991, a receita do Manchester United atingiu US$27,6 milhões e dois anos depois tinha pulado para US$93 milhões. Todos os clubes de futebol, se vistos do ponto de vista de gestão profissionalizada, são máquinas de fazer dinheiro mal exploradas. A Nomura já criou seu índice de futebol desde 1996, o qual continua batendo consecutivamente o FT-SE 100. Por isso mesmo, a BSkyB tentou obter, sem sucesso, o controle do Manchester United no ano passado, enquanto a Caspian Plc comprou parte do Leeds United.

Cultura nhonhô

Aqui, com a cultura corporativista nhonhô, seria um absurdo dizer que uma empresa poderia ser *dona* do Flamengo, Botafogo ou Palmeiras. Mas esse deveria ser o caso. O mais absurdo é um time como o Flamengo estar com dívidas e salários atrasados. Isso é pura incompetência gerencial. No Brasil, ainda se discutem "parcerias estratégicas" como salvação da lavoura. Contratos de licenciamento só agora têm sido *casturados*, como o do bem administrado Vasco da Gama, enquanto na Europa camisas com publicidade já eram vistas desde os anos 70. Portanto, aqui tudo chega um pouco tarde.

Ocorre que temos uma estrutura societária e uma lei de capital de mercado que é um aleijão e torna verdadeiros fracassos estratégias bem pensadas, como o fundo que o Bozano, Simonsen criou com o Fluminense. A saída estaria mais no mercado privado e fechado (*private equity*) do que no público de ações. Infelizmente. Tanto é que a Hicks, Tate and Muse, conhecida firma de *buyout* e *private equity*, tenta enveredar-se no *métier*. Por exemplo, a Singer & Friedlander Group Plc criou em 1997 o primeiro fundo volta-

do para o futebol, investindo não só em clubes de capital aberto, mas também em empresas abertas de licenciamento, cuja receita principal advém do futebol, e em empresas que participam do Alternative Investment Market (AIM), uma espécie de Sociedade Operadora do Mercado de Ativos (Soma) londrina.

Portanto, seria um erro pensar na questão com açodamento. Nos Estados Unidos, a milionária liga de futebol norte-americano nem permite que suas equipes se tornem empresas de capital aberto. Nem no beisebol, hóquei e basquete há equipes com ações em bolsa (exceto os Boston Celtics e o Florida Panthers, de hóquei, e em ambos os casos o *float* é muito baixo).

No entanto, nesse país, o esporte gera receitas fenomenais. Mas isso tampouco pode servir de munição para os que acham que a atual estrutura de clubes brasileira pode ser mantida. O ideal seria transformar os clubes em empresas, embora limitadas, com uma média de seis a 10 sócios, a serem estipulados por clubes. Tais sócios deveriam ter obrigações fiduciárias explicitadas por legislação competente.

Amadorismo marrom

A atual estrutura de clubes sociais — em que cartolas são eleitos sem mostrar competência empresarial e sem dar conta das finanças dos clubes (nunca se viu um balancete publicado) — vai ser extinta pela dinâmica do setor. Portanto, poderíamos ter clubes-empresa sendo propriedade de empresas, essas, sim, de capital aberto. O sucesso do Palmeiras e do Juventude de Caxias (RS) se deve à introdução da co-gestão com a Parmalat — e ninguém pode questionar os resultados.

Segundo dados da Fifa, os números do futebol brasileiro são de dar inveja no que diz respeito a corrupção, inadimplência, irresponsabilidade fiscal e falta de talento para a gestão. A média de público pagante fica em irrisórias 9.200 pessoas por partida e temos aproximadamente 500 clubes *profissionais* participando de uma alucinante média de 90 partidas por ano. Desses 500, as 24 principais equipes devem mais de US$500 milhões. Entre os clubes com uma receita de dar inveja, o Vasco, com seus US$25 milhões, poderia obter muito mais com sua base de 15 milhões de torcedores.

Dos US$250 bilhões movimentados e gerados pela indústria mundial do futebol, o Brasil participa com apenas US$1 bilhão, uma verdadeira desgraça e vergonha. Portanto, esta pode ser a hora de aperfeiçoar ainda mais a Lei Pelé, para acabar de vez com o amadorismo marrom, a cor que melhor define a situação atual.

Fernando G. Carneiro
fcar@unisys.com.br



A dinâmica da indústria do futebol

Embora com diferentes graus de entendimento da dinâmica dessa indústria, os agentes nela envolvidos estão se movendo na direção da organização e da profissionalização do futebol brasileiro.

NESSES tempos de grande movimentação em torno do negócio futebol no Brasil, é comum ouvir de gente bem-intencionada do meio — bem como do mundo dos negócios em geral — afirmações do seguinte tipo: "Os clubes brasileiros não podem arcar com custos europeus [salários dos jogadores], tendo receitas que são quatro ou cinco vezes menores do que as dos clubes do velho continente. Portanto, os salários do futebol brasileiro precisam se adaptar à realidade das nossas receitas." Apesar do diagnóstico preciso, a conclusão é inteiramente equivocada e o entendimento dessa questão é crucial para a evolução do negócio futebol no Brasil.

Negócio para poucos

Para entender o motivo do equívoco, é necessária uma análise microeconômica da inserção do futebol brasileiro na peculiar dinâmica da indústria do futebol no mundo. Os clubes de futebol têm como principais desembolsos os gastos com jogadores, tanto na forma de investimentos (aquisição de jogadores) como de despesas (salários e *bichos*). Trata-se, portanto, de uma indústria intensiva em mão-de-obra (jogadores). Essa mão-de-obra, por sua vez, é certamente mais móvel que em qualquer outra indústria, ou seja, um jogador brasileiro (Romário, por exemplo) pode se transferir para qualquer país (Holanda) e ser a grande estrela do campeonato local (como ocorreu no início da década de 90).

Ora, em uma indústria intensiva em mão-de-obra e tendo a perfeita mobilidade geográfica como característica peculiar, as empresas (os clubes) têm seus principais custos determinados no mercado global independentemente da qualidade da gestão dos clubes. Já suas receitas, tais como direitos de TV, bilheteria, patrocínios e licenciamento de produtos, dependem inteiramente da dinâmica do mercado local onde esses clubes estão inseridos. Cada país tem, portanto, um potencial de geração de receitas que é determinado pelas seguintes características:

- tamanho e dinâmica do mercado de TV, aberta e paga;
- tamanho da população, nível de renda e sua paixão por futebol;
- atratividade do país para as empresas, afetando diretamente o mercado publicitário; e
- organização interna do futebol (calendário racional, segurança dos estádios, credibilidade dos dirigentes etc.).

A dinâmica da indústria é essencialmente a mesma desde a disseminação

do futebol pelo mundo, mas a explosão das receitas dos clubes europeus (principalmente ingleses) na década de 90 criou um impasse para todos os países onde o futebol está presente. Ao contrário da visão comum apresentada no início do texto, apenas os países que tiverem as características internas que lhes permitam gerar as receitas necessárias para suportar os custos, que são determinados no mercado global, terão assegurado o desenvolvimento de uma indústria local de futebol, tendo o privilégio de assistir a jogadores de primeiro nível em seu próprio solo.

Portanto, restarão poucos centros onde o futebol será viável como negócio e os principais candidatos são Inglaterra, Alemanha, Itália, Espanha, França, Argentina e Brasil. Deverão ficar de fora dessa lista países pobres e ou pequenos apaixonados por futebol (por exemplo, Nigéria e Holanda, respectivamente) e países grandes e ricos sem paixão pelo esporte (como os Estados Unidos e o Japão).

Potencial brasileiro

O Brasil possui hoje, em diferentes graus, todas as características necessárias para figurar nessa lista, exceto a "organização interna do futebol". Caso o futebol brasileiro se organize, nossos principais clubes certamente serão ativos de valor comparável ao dos principais clubes ingleses negociados em bolsa (Manchester United — US$900 milhões; Chelsea — US$190 milhões; Newcastle — US$190 milhões).

É esse potencial que atrai os investidores que hoje negociam parcerias com os clubes brasileiros. Os agentes que deverão transformar em alguns anos a indústria de futebol no Brasil serão liderados pelos investidores, pelas emissoras de TV, que pagam cada ano mais pela transmissão dos nossos campeonatos (embora ainda sejam valores baixos em relação aos nossos competidores europeus), por empresas que desejem associar suas marcas a um produto de qualidade, pelos fornecedores de material esportivo, que gostariam de desenvolver um mercado de mais de 100 milhões de consumidores, e pelo governo, incentivado por motivos políticos e fiscais, mediante legislação que crie e aperfeiçoe o ambiente institucional.



RESTARÃO POUCOS CENTROS ONDE O FUTEBOL SERÁ VIÁVEL COMO NEGÓCIO E OS PRINCIPAIS CANDIDATOS SÃO INGLATERRA, ALEMANHA, ITÁLIA, ESPANHA, FRANÇA, ARGENTINA E BRASIL

O poder da televisão

Depois de entender que os recentes movimentos no Brasil são conseqüência dos desenvolvimentos da indústria a nível global, resta explicar por que, após quase um século de evolução lenta e gradual até o final da década de 80, essa indústria global vem passando por verdadeira revolução, ainda em seu estágio inicial.

Na verdade, a mencionada revolução é conseqüência da fantástica evolução da indústria de mídia televisiva. O crescimento dramático da quantidade de canais de televisão disponível, principalmente com o advento da TV paga, aumentou significativamente a demanda por programação, especialmente aquela como o futebol, capaz de atrair novos assinantes, pronta para veiculação e isenta de grandes produções.

Assim, o valor dos direitos de transmissão de futebol explodiu no mundo (na Inglaterra, passou de US$5 milhões em 1986 para US$450 milhões neste ano), gerando significativas receitas adicionais para os clubes. Além do valor dos direitos de transmissão, o aumento da exposição dos jogos de futebol na TV (a Copa do Mundo se tornou o evento de maior audiência mundial), alavancou radicalmente as demais receitas das entidades, relacionadas a patrocínios e venda de produtos associados às marcas dos clubes.

Em um mercado de trabalho competitivo, em que as agremiações disputam os jogadores, cada clube está disposto a pagar pelo jogador (em valor de transferência mais salários) o equivalente ao valor presente da receita marginal que aquele jogador gerará ao clube, sob a forma de maior bilheteria, maior exposição da marca, maiores valores de TV etc. Apesar de essa receita marginal ser de difícil estimação, é certo que ela cresceu dramaticamente, em função do aumento exponencial das receitas dos clubes europeus. E foi inevitável que grande parte disso tenha sido repassada aos jogadores, sob a forma de maiores salários e valores de transferência. Como vimos, esse aumento de custos se espalhou pelos clubes brasileiros, além de os terem obrigado a vender seus grandes ídolos.

Profissionalização iminente

Embora com diferentes graus de entendimento da dinâmica dessa indústria tão peculiar, e por incentivos diversos, os agentes nela envolvidos (investidores, TVs, patrocinadores, imprensa e governo) estão se movendo na direção da organização e da profissionalização do futebol brasileiro.

Em período não-superior a cinco anos, constataremos que, ao contrário da equivocada conclusão apresentada no primeiro parágrafo, as receitas dos clubes brasileiros, sob as quais temos ingerência, pois são determinadas no mercado local, terão se ajustado aos custos dos jogadores que nos são dados, uma vez que tais custos são estabelecidos no mercado de trabalho global. Assim, teremos o benefício de ter uma indústria do futebol como importante componente da indústria do entretenimento no Brasil e, conseqüentemente, o privilégio, restrito a poucos países, de apreciar jogadores de futebol de primeiro nível, brasileiros e estrangeiros, jogando em nossos gramados.

Edgard Diniz e Leonardo Lenz Cesar
Economistas e Sócios da TopSports Ventures

Novos rumos para a construção civil

O programa Construgiro, por exemplo, colocará cerca de R$800 milhões à disposição das construtoras, por meio de duas novas linhas de crédito da CEF.



Em que pesem os contratempos de natureza conjuntural que o país atravessa, algumas medidas tomadas recentemente são consistentes para proporcionar novo estado de ânimo à economia. Dentre elas, destacam-se o lançamento do Programa de Fortalecimento das Micros e Pequenas Empresas, simplificando o acesso ao crédito por parte de pequenos e microempreendedores; a redução, de 6% para 1,5%, do imposto sobre operações financeiras para pessoas físicas, representando um pequeno aumento de renda disponível para o consumo das famílias; e um novo programa de estímulo ao setor da construção civil, o Construgiro.

O programa Construgiro

Esse programa colocará cerca de R$800 milhões à disposição das construtoras, por meio de duas novas linhas de crédito da Caixa Econômica Federal, visando dar fôlego às empresas do segmento da construção civil que estejam com dificuldades de caixa para efetuar novos empreendimentos e, em conseqüência, estimulando a geração de novos empregos. Tal programa é baseado nos recebíveis que as empresas possuem em carteira e que são decorrentes de financiamentos concedidos com recursos próprios aos compradores de seus imóveis.

Os valores serão repassados pela Caixa com taxas de juros de 12% a 15% ao ano e com prazo de pagamento de, no máximo, dois anos. Como garantia das operações, a Caixa vai utilizar o estoque de promissórias que as construtoras têm em suas mãos, estimadas em R$2 bilhões, e que ainda não foram pagas pelos seus clientes.

A Caixa Econômica oferece duas modalidades de operação. Na primeira, estará antecipando o recebimento de títulos e gerando, com isso, liquidez para as construtoras, que nos últimos anos assumiram também o papel de financiadoras. Nesse tipo, o risco de inadimplência é assumido pelas próprias empresas. Já na outra modalidade, a Caixa estará adquirindo os títulos e assumindo integralmente os riscos dos negócios. Todavia, num primeiro momento, as empresas vão poder usar apenas a modalidade de antecipação, uma vez que a modalidade de aquisição implica uma análise mais profunda da capacidade de pagamento dos mutuários.

Iniciativas que estimulam a construção civil são, sem dúvida, benéficas para a economia como um todo. Mas o programa recém-lançado necessita de alguns ajustes, principalmente na taxa de juros utilizada na compra de recebíveis, considerada alta e até inviável por empresários do setor.

Mais apart-hotéis

A aprovação, na cidade do Rio de Janeiro, do projeto de lei permitindo a construção de hotéis-residência com unidades entre 30 e 50 metros quadrados, em lugar do limite mínimo de 60 metros, vai contribuir para reanimar o mercado imobiliário. O gabarito dos apart-hotéis é o mesmo dos prédios multifamiliares, variando, porém, de acordo com o bairro.

Os *flats* não tinham legislação específica para sua construção na cidade desde 1984, quando um decreto revogou as normas vigentes. Como conseqüência, há cerca de 15 anos praticamente não se constrói novas unidades na cidade, enquanto em São Paulo essa categoria de empreendimento atingiu mais de 10 mil novas unidades nos últimos três anos. Em número muito reduzido, os apart-hotéis erguidos no Rio de Janeiro nesse período seguiram as restrições legais dos condomínios convencionais, tornando-os relativamente caros.

As expectativas de lançamentos de novos *flats* giram em torno de 2.500 a 3 mil unidades no próximo ano, considerando-se que a demanda por esse tipo de imóvel, pequeno e que oferece serviços básicos (como limpeza, lavanderia e restaurante), é muito grande.

Acompanhando uma tendência mundial de apartamentos cada vez menores (centro de Paris, por exemplo), o perfil dos moradores de apart-hotéis abrange principalmente estudantes vindos de outras cidades, recém-casados, executivos transferidos, divorciados e pessoas idosas. O mercado estima que os novos empreendimentos, de acordo com a legislação, atinjam dois grupos: os voltados para a hotelaria e os tipicamente residenciais. Dependendo do número de apartamentos que estiverem dentro do *pool* hoteleiro, a rotatividade dos moradores poderá ser maior ou menor.

Diferentemente dos hotéis convencionais, em que apenas um grupo mais forte tem os custos do empreendimento, é possível nos *flats* a existência de vários pequenos investidores. Por outro lado, a tendência é de que conhecidas redes internacionais que atuam na administração de hotéis e apart-hotéis em São Paulo passem também a investir e comandar no Rio de Janeiro, dada a qualidade de seus serviços. Os *flats* administrados por grandes redes hoteleiras são os que deverão apresentar e manter as taxas de rentabilidade mais elevadas.

O setor imobiliário parece mesmo ter encontrado no segmento dos *flats* uma importante saída para aquecer as vendas de imóveis não só no Rio de Janeiro, mas principalmente em São Paulo. Dentre as

construtoras e incorporadoras que vêm destinando parcela considerável de seu orçamento para a construção de *flats*, encontram-se a Cyrela, a Gafisa e a Inpar.

Uma fórmula de sucesso em São Paulo é construir *flats* próximos a regiões que reúnam grande concentração de escritórios e que propiciam altas taxas de ocupação. Segundo pesquisa feita pela Howarth Consulting, o número de imóveis dessa categoria em São Paulo, em construção e com previsão de inauguração até o ano 2002, atinge 61 projetos, representando um crescimento de 96,8% em relação ao total de 63 *flats* já existentes.

Obstáculo: a renda

Com o lançamento recente de uma série de medidas que flexibilizaram o crédito para a construção civil e para as micros e pequenas empresas, espera-se uma retomada do nível de atividade econômica, sendo a recuperação no último trimestre suficiente para compensar o resultado negativo do resto do ano, estimando-se um pequeno crescimento do PIB real brasileiro em 1999.

O mercado imobiliário pode ser identificado como um setor favorável a novos investimentos, pois se trata de bem elástico em relação à renda, sendo o cenário macroeconômico (e não apenas o crescimento vegetativo da população) fundamental para o estabelecimento do volume de novas aplicações. A casa própria é, por excelência, um investimento de longo prazo, pressupondo-se que as famílias possuam renda suficiente para deslanchar a compra do imóvel. Além da componente renda, o aumento da oferta de crédito imobiliário é definitivo para atrair interessados em aplicar no setor.

O levantamento de recursos por meio de securitização de recebíveis para financiamento imobiliário pode ser acelerado com a redução da taxa de juros real para o patamar de 10% em dezembro, previsto pelo governo. Esse nível de taxa, segundo especialistas do segmento, viabilizaria a movimentação de financiamentos, embora a estagnação da renda ainda seja um obstáculo para a alavancagem do mercado de crédito imobiliário. A retomada da renda é esperada, mas de forma lenta.

Maria Lúcia Moraes Lehwing
Economista e consultora
e-mail:lucialehwing@openlink.com.br

Hotelaria

Maior ocupação em outubro

A pesquisa do IBRE/FGV sobre o desempenho da indústria hoteleira no Rio em setembro mostra que, entre os nacionais, os paulistas foram os que afluíram à cidade em maior número.

A indústria hoteleira do Rio de Janeiro está prevendo uma taxa de ocupação de 65% para outubro, conforme apurou a pesquisa do IBRE/FGV sobre o desempenho da indústria hoteleira na cidade em setembro. Esse mês, tradicionalmente, é de baixa estação nos hotéis do Rio, com a taxa de ocupação sendo inferior à média anual nos dois últimos anos.

A despeito dessa sazonalidade, essa pesquisa mostrou que, descontada a sazonalidade, a tendência geral da ocupação hoteleira do Rio é de alta pelo quarto ano consecutivo. Outros indicadores, incluindo-se as apurações da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio de Janeiro (ABIH-RJ) para os anos anteriores e as do Conselho de Turismo da Associação Comercial do Rio de Janeiro, também apontam resultado semelhante.

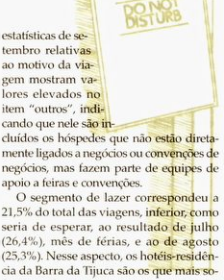
Indicadores de setembro

A feira da Abras (Associação Brasileira de Supermercados), realizada entre 13 e 16 de setembro no Riocentro, no Rio de Janeiro, permitiu que a taxa de ocupação hoteleira alcançasse 63,9%, nesse mês. Daí a sua particular importância para a hotelaria do Rio, já que os dois grandes eventos da cidade, o carnaval e o *réveillon*, ocorrem durante o verão, período de alta estação.

A taxa de ocupação de setembro (63,9%) ficou abaixo da taxa de agosto (66,9%), refletindo um comportamento tradicional no setor hoteleiro do Rio. O diferencial entre agosto e setembro deste ano é similar ao apurado para o mesmo período do ano anterior.

Negócios, convenções e lazer

As viagens de negócios e convenções cresceram e representaram 65,9% do total. Na realidade, as informações coletadas pela pesquisa indicam que essa parcela está subdimensionada e resulta da forma como os hóspedes preenchem as fichas no hotel, base dos dados primários da pesquisa. As



estatísticas de setembro relativas ao motivo da viagem mostram valores elevados no item "outros", indicando que nele são incluídos os hóspedes que não estão diretamente ligados a negócios ou convenções de negócios, mas fazem parte de equipes de apoio a feiras e convenções.

O segmento de lazer correspondeu a 21,5% do total das viagens, inferior, como seria de esperar, ao resultado de julho (26,4%), mês de férias, e ao de agosto (25,3%). Nesse aspecto, os hotéis-residência da Barra da Tijuca são os que mais sofrem os efeitos da sazonalidade, passando de uma taxa de ocupação de 80,9%, em julho, para 62,8%, em agosto, e 60,4%, em setembro.

Classificação e procedência

A pesquisa IBRE/FGV mostrou também que os hotéis mais procurados são os da categoria 5, segundo a classificação da ABIH, e os localizados na orla marítima. De acordo com as categorias, os hotéis apresentaram as seguintes taxas de ocupação em setembro: os de 5*, 69,6%, os de 4*, 67,8%, os de três, 61,5%, e os de 2*, 54,02%, padrão que vem sendo observado desde a primeira apuração da pesquisa em julho.

Os hóspedes de procedência nacional corresponderam a 70,1% em setembro e os de procedência internacional, a 29,9% do total. Os hóspedes nacionais são representados, sobretudo, por paulistas, que, incluindo a capital e o interior do estado, perfizeram 44,3% do total do país em setembro. Entre os hóspedes internacionais, a distribuição ficou mais diluída que nos meses anteriores. Em julho, por exemplo, os norte-americanos e argentinos concentraram 29% dos hóspedes estrangeiros, enquanto em setembro essa proporção caiu para 22,1%, tendo se observado um aumento da participação dos visitantes europeus.

Myriam Silva de Bulhões
Economista do IBRE/FGV

Empresas de Saúde

FGV estima encargos sociais e trabalhistas

A taxa global média de encargos sociais e trabalhistas das empresas do setor de saúde foi estimada em 103,64%.

CADA vez mais há necessidade de se desenvolverem métodos que auxiliem na avaliação dos custos das atividades empresariais. Administrar preços não só é tarefa difícil, como também incerta e limitada. Isso porque a referência para isso é um grande e variado número de estudos disponíveis no país sobre os encargos sociais e trabalhistas, em que cada um retrata uma situação específica, valendo-se de vários critérios de quantificação. Por isso, por mais criteriosa que seja a escolha de um trabalho, pode ainda não condizer com a real dimensão do custo desses encargos.

A apuração dos encargos sociais e trabalhistas varia bastante conforme a natureza da atividade empresarial, espécie de mão-de-obra empregada, jornada de trabalho, acordo coletivo e política de pessoal de cada empresa, além de outros fatores que podem influir direta ou indiretamente nos resultados finais.

Com vistas a contribuir para a superação desses problemas, a idéia central do estudo[1] elaborado pelo Centro de Estudos de Preços do IBRE/FGV é dotar as empresas da área de saúde de um modelo, tecnicamente consistente e confiável, que permita mensurar, com um grau satisfatório de precisão, os reais e exclusivos percentuais de encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre o custo da mão-de-obra empregada no setor.

Universo da pesquisa

A partir da colaboração e apoio técnico da Federação Nacional de Estabelecimentos de Serviços de Saúde (Fenaess) e da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNS), e considerando-se os dados e informações referentes ao período de agosto de 1998 a julho de 1999, obtidos pela FGV junto a 239 empresas do setor, foram estimados os parâmetros básicos e os coeficientes adotados para retratar o perfil médio dessas empresas. Essas variáveis, combinadas com estatísticas censitárias, além dos fundamentos legais que justificam a obrigatoriedade do pagamento dos encargos, permitiram que fosse definido e quantificado esse conjunto de ônus do empregador.

As estatísticas e estimativas nacionais resultantes da pesquisa, utilizadas como referência para o cálculo dos encargos, refletiram, separadamente, as especificidades de cada um dos três grupos de serviços[2] representativos do conjunto de profissionais com vínculo empregatício nas empresas do setor de saúde (tabela 1).

Antes de prosseguir, vale lembrar que o presente trabalho foi elaborado, na forma de roteiro, de modo a facilitar eventuais consultas. Seguindo as diretrizes estabelecidas e efetuando-se as adaptações que se fizerem necessárias, obtém-se facilmente os valores dos encargos sociais e trabalhistas para cada empresa.

Tab. 1 – Estatísticas e estimativas resultantes da pesquisa – segundo os grupos de serviços

Grupos de serviços	Percentual de empregados						Auxílio enfermidade (dias)	Tempo de permanência (meses)
	Optante remun. 1/3 férias	Aviso prévio	Aviso prévio indenizado	Mulher	Indenização adicional	Acidente de trabalho		
Grupo A	27,28	10,63	65,92	82,33	0,34	1,07	5,36	32
Grupo B	27,35	6,23	63,41	70,53	0,27	0,50	2,80	37
Grupo C	26,86	4,52	55,90	61,79	0,13	0,17	1,00	44

Os procedimentos metodológicos foram determinados buscando-se obter o máximo de exatidão possível num projeto dessa natureza, levando-se em conta o grau de complexidade na avaliação de algumas variáveis. Procurou-se sempre uma orientação suficientemente aproximada da realidade, para que as aplicações práticas ficassem isentas de falhas graves. Tais considerações implicam que a utilização desse modelo representa, sem dúvida alguma, um avanço considerável em relação a outros métodos menos rigorosos usados atualmente pelas empresas.

A fim de aprimorar o padrão de qualidade dos resultados obtidos e alcançar a confiabilidade para sustentá-los, a FGV recomenda uma permanente troca de informações entre seus técnicos e os da Fenaess.

Seguramente, esse modelo de cálculo dos encargos sociais e trabalhistas será um ferramental estatístico poderoso em termos de análise da formação de preços, controle, planejamento e tomada de decisões sobre os gastos com pessoal.

Considerando-se as principais jornadas contratuais de trabalho observadas nos estabelecimentos de atividades relacionadas com o atendimento à saúde, adequando-se os parâmetros básicos às particularidades de cada uma e aplicando-se uma única metodologia de cálculo, as taxas de encargos sociais e trabalhistas foram apuradas e estão resumidas na tabela 2.[3]

A taxa global média de encargos sociais e trabalhistas do setor é de 103,64%. Na análise por grupo de serviços, não se observam diferenças muito sensíveis em relação a esse resultado geral médio. A tabela 3, com a classificação usual, sintetiza os percentuais de encargos estimados pela FGV.

É importante assinalar que as adaptações futuras aos direitos sociais que ainda dependem de regulamentação e o cálculo dos reflexos decorrentes de alterações na legislação pertinente estarão a cargo da FGV.

*Afonso Duarte de Paiva e Paulo Sidney de Melo Cota**

*Respectivamente, gerente de contratos e consultorias e chefe do Centro de Estudos de Preços do IBRE/FGV.

Tab. 2 – Encargos sociais e trabalhistas nos custos das empresas do setor de saúde por grupo de serviços (segundo as jornadas de trabalho)

Jornadas de trabalho	Encargos por grupo de serviços (%)		
	Grupo A	Grupo B	Grupo C
44 horas semanais (2ª feira a sábado)	107,08	104,55	102,89
44 horas semanais (2ª a 6ª feira)	107,08	104,55	102,89
12 x 36 h (2ª feira a domingo)	98,40	96,06	94,53
36 horas semanais – 6 h/d (2ª feira a sábado)	107,08	104,55	102,89
24 horas semanais – 4 h/d (2ª feira a sábado)	107,08	104,55	102,89
40 horas semanais – 8 h/d (2ª a 6ª feira)	107,08	104,55	102,89
20 horas semanais – 4 h/d (2ª a 6ª feira)	...	...	102,89
42 horas semanais – 6 h/d (2ª a 6ª feira) mais 12 horas (sábado ou domingo alternadamente)	107,08	104,55	...
Média*	105,87	103,34	101,71
Média geral		103,64	

*O resultado corresponde ao somatório das médias aritméticas simples dos percentuais relativos a cada um dos itens considerados nas composições de encargos sociais e trabalhistas representativas das diversas jornadas de trabalho. O cálculo efetuado a partir das taxas globais gera uma pequena diferença, tendo em vista a não-consideração do item "Feriado" na aferição para a escala 12 x 36 h.

Tab. 3 – Encargos sociais e trabalhistas nos custos das empresas do setor de saúde – média geral

Discriminação	%
Grupo I (básicos)	35,80
INSS	20,00
FGTS	8,00
Sesc	1,50
Senac	1,00
Sebrae	0,60
Incra	0,20
Salário-educação	2,50
Seguro contra riscos e acidentes	2,00
Grupo II	49,58
Repouso semanal remunerado	17,81
Feriados	3,82
Férias	14,77
Auxílio-enfermidade	1,13
Faltas justificadas por motivos diversos	0,74
Licença-paternidade	0,03
Acidente do trabalho	0,03
Aviso prévio trabalhado	0,02
13º salário	11,23
Grupo III	0,51
Indenização (rescisão sem justa causa)	0,31
Aviso prévio indenizado	0,17
Indenização adicional	0,03
Grupo IV (Incidência cumulativa)	17,75
Grupo I x Grupo II	17,75
Total geral	**103,64**

Notas

[1]A metodologia que norteou o presente estudo, adaptada às peculiaridades do setor de saúde, foi a utilizada pelos autores na avaliação dos efeitos das novas disposições constitucionais, a partir de 5 de outubro de 1988, sobre o custo da mão-de-obra da construção civil (ver revista *Conjuntura Econômica* de dezembro de 1988).

[2]Grupo A: 1 — *Serviços Hospitalares* (copeiro do hospital, lavadeiro, serviços gerais, vigia e motoristas de ambulância); 2 — *Administrativo: Nível Básico* (atendente de enfermagem, recepcionista de consultório, costureiro, contínuo, jardineiro, estoquista, cozinheiro e recepcionista) e *Nível Médio* (operador de raio X, faturista, digitador e auxiliares de contabilidade, escritório, enfermagem, pessoal, laboratório, manutenção, almoxarifado e tesouraria).

Grupo B: *Administrativo — Nível Técnico* (operador de computador, almoxarife e técnicos de administração, contabilidade, enfermagem, laboratório, manutenção, nutrição e raio X).

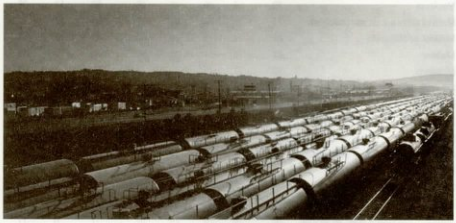
Grupo C: 1 — *Superior Especializado* (médico, administrador, enfermeira, biomédico, farmacêutico, bioquímico, assistente social, nutricionista, fisioterapeuta e analista de sistemas); e 2 — *De Provimento Não-Efetivo* (gerência de nível superior e técnico, assistente administrativo e chefia de nível superior e médio).

[3]Na memória de cálculo, constante da versão original deste trabalho, encontram-se as operações necessárias para a estimativa desses valores.

Sondagem Conjuntural:
Indústria de Transformação

Recobrando o fôlego

A demanda por produtos industriais continua a se fortalecer. Um dos sinais é que aumentou o número de empresas que consideram insuficientes seus estoques. Elevou-se o nível de utilização da capacidade instalada.



SÃO auspiciosos os resultados da última Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação, realizada em outubro. Prossegue a recuperação da demanda por produtos industriais. No início do ano, apenas 4% das empresas consultadas pela Sondagem consideravam a demanda forte. Outras 40% a qualificavam como fraca. Esses percentuais se modificaram, respectivamente, para 13% e 14% em outubro.

Demanda: novo alento

Igualmente desaquecidos em janeiro, os mercados interno e externo tiveram reações distintas no primeiro semestre. Já em abril, pelo efeito da desvalorização do câmbio, o percentual de empresas que qualificavam a demanda externa como forte superava a visão oposta em um ponto. No mercado interno, nessa mesma época, a qualificação fraca ainda predominava sobre a forte por 23 pontos percentuais.

Nos meses seguintes, acelerou-se a recuperação do mercado interno. A diferença agora ainda favorece a qualificação fraca, mas apenas por três pontos. No mercado externo, a diferença é de sete pontos percentuais em favor da qualificação forte.

Para o trimestre outubro-dezembro, 44% das empresas esperam aumento da demanda global, enquanto 18% prevêem diminuição. O saldo, de 26 pontos de percentagem, é inferior ao previsto para o trimestre julho-setembro, devido a razões sazonais. Supera, entretanto, por seis pontos o saldo médio dos quartos trimestres dos últimos cinco anos.

Produção em alta; estoques em baixa

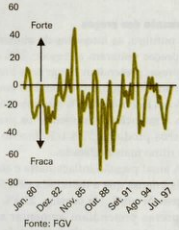
De acordo com 41% do setor industrial, a produção deverá se expandir no trimestre outubro-dezembro, em relação ao trimestre anterior. Ao mesmo tempo, 18% das empresas projetam redução. A diferença entre as previsões de aumento e diminuição é de 23 pontos de percentagem, três a menos que a expansão projetada para a demanda. Esse saldo é um ponto percentual superior ao previsto para o último trimestre de 1994, quando a indústria, impulsionada pelo Plano Real, atingiu a temperatura máxima nesta década.

O nível de estoques continua a diminuir. A parcela das empresas que consideram seus estoques excessivos baixou de 10%, na Sondagem anterior, para 9%. A parcela dos que qualificam os estoques como insuficientes subiu de 2% para 4%. A desestocagem é outro indício de que a demanda está crescendo mais depressa que a produção.

Aumenta a utilização da capacidade

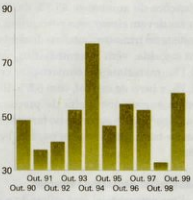
O nível de utilização da capacidade instalada elevou-se de 80%, em julho, para 82%, em outubro. Com isso, a indústria

Indústria de transformação
Nível de demanda – em %



Fonte: FGV

Índice de confiança – em %



Fonte: FGV

retorna ao mesmo percentual registrado em outubro de 1998. A diferença entre o grau de ocupação das indústrias de bens intermediários, o setor mais aquecido, e o de bens de consumo, o que tem, no momento, a maior taxa de ociosidade, é de sete pontos de percentagem. Em janeiro, a distância entre bens intermediários, o mais ocupado, e bens de capital, na época o mais ocioso, havia chegado a 18 pontos.

Nível de emprego

A recuperação da atividade industrial se faz sentir no mercado de trabalho. Depois de quatro anos de forte encolhimento do quadro de pessoal, a indústria vive, desde o trimestre julho-setembro, uma fase de estabilidade. Para o trimestre outubro-dezembro, 18% das empresas ouvidas pela Sondagem pretendem ampliar o quadro de pessoal, enquanto parcela idêntica prevê redução.

A pressão dos preços

Em outubro, as intenções de aumentos de preços voltaram a crescer: 38% das empresas pretendem elevar seus preços no trimestre outubro-dezembro contra 27% em julho. Dos 38% que manifestaram a intenção de aumentar os preços de seus produtos, 72% irão fazê-lo em um ritmo mais acelerado.

A atual pressão inflacionária é ainda mais intensa que a detectada pela Sondagem de abril. Na ocasião, 21,3% das empresas pretendiam aumentar seus preços a taxas mais altas que as do trimestre anterior. Agora, são 27,4%.

O setor de bens de consumo lidera as intenções de aumentos: 45,3% das empresas devem elevar seus percentuais de reajuste no trimestre outubro-dezembro. Em seguida, vêm intermediários, com 30,1%, materiais de construção, com 22,3%, e bens de capital, com 6,8%. Essa ordem sugere que a alta de preços de matérias-primas ocorrida no terceiro trimestre transmite-se agora para os bens finais.

Tendências: otimismo renovado

O clima empresarial está voltando a ser o que era em 1997, antes da crise asiática. A situação atual dos negócios é descrita como boa por 17% dos empresários

	Nível de utilização da capacidade (%)					Situação dos negócios (percentagem de empresas)		
	1998	1999				Posição em seis meses		
	Out.	Jan.	Abr.	Jul.	Out.	Melhor	Pior	Saldo
Indústria de transformação	82	79	80	80	82	43	7	36
Bens de consumo	78	76	78	75	78	46	14	32
Bens de capital	80	65	72	75	80	38	33	5
Material de construção	85	82	78	80	80	16	5	11
Bens de consumo intermediário	85	83	84	85	85	37	4	33
Produtos de minerais não-metálicos	81	79	76	77	81	33	3	30
Metalurgia	89	89	86	86	87	64	3	61
Mecânica	70	67	69	72	76	50	12	38
Material elétrico e de comunicações	77	73	70	69	75	54	17	37
Material de transporte	80	74	78	75	80	42	33	9
Madeira	83	76	84	93	85	26	8	18
Mobiliário	78	77	75	77	77	33	1	32
Celulose, papel e papelão	93	91	88	91	94	58	4	54
Borracha	91	90	93	90	91	6	0	6
Couros e peles	78	82	85	88	83	50	7	43
Química	86	83	84	84	85	17	1	16
Produtos farmacêuticos e veterinários	80	70	75	74	78	19	34	-15
Perfum., sabões, deterg. e velas	78	79	78	77	90	85	1	84
Produtos de matérias plásticas	82	78	80	76	83	31	6	25
Têxtil	83	81	84	89	89	47	3	44
Vestuário, calçados e artef. de tecidos	86	78	84	88	87	77	0	77
Produtos alimentares	78	74	75	79	82	55	5	50
Bebidas	74	75	65	60	61	53	5	48
Fumo	76	75	85	85	79	0	0	0
Editorial e gráfica	81	77	82	80	72	15	1	14
Diversas	81	83	85	77	77	27	8	19

Fonte: FGV/IBRE/CEAE.

Nível da demanda

Data	Global			Interna			Externa		
	Forte	Fraco	Saldo	Forte	Fraco	Saldo	Forte	Fraco	Saldo
1998 – Out.	6	36	-30	6	36	-30	6	35	-29
1999 – Jan.	4	40	-36	5	40	-35	3	43	-40
Abr.	10	29	-19	8	31	-23	16	15	1
Jul.	11	21	-10	10	21	-11	24	18	6
Out.	13	14	-1	12	15	-3	19	12	7

Percentagem de empresas.

Previsões

Data	Demanda			Produção			Emprego		
	Aumento	Diminuição	Saldo	Aumento	Diminuição	Saldo	Aumento	Diminuição	Saldo
1998 – Out.-dez.	31	35	-4	30	35	-5	9	29	-20
1999 – Jan.-mar.	23	36	-13	29	28	1	7	38	-31
Abr.-jun	49	13	36	48	12	36	7	26	-19
Jul.-set.	43	6	37	48	8	39	13	14	-1
Out.-dez	44	18	26	41	18	23	18	18	0

Percentagem de empresas.

e insatisfatória por 19%. Para os próximos seis meses, 43% esperam que a situação melhore, enquanto apenas 7% acham que as coisas podem piorar.

Essa renovação do otimismo da classe empresarial é captada pelo índice de confiança, que reúne, em um só número, cinco das principais variáveis levantadas pela Sondagem (mão-de-obra prevista, previsões gerais de volume produzido, procura global, produção individual e avaliação do nível de estoques). Numa escala de zero a 100, o índice está agora em 59,8. É o maior valor registrado nos meses de outubro dos últimos cinco anos. Em outubro de 1998, o índice estava em 33,1.

Exportações em 2000: competição acirrada

Pouco mais de metade do setor industrial prevê acréscimos superiores a 10% em suas exportações no ano 2000. Em compensação, um terço projeta estabilidade ou queda. Entre os fatores que dificultam o bom desempenho das exportações, o mais citado, por 76% das empresas, é o acirramento da competição nos mercados de destino. Câmbio e financiamento deixaram de ser entraves ao comércio exterior do país.

Panorama setorial

Dos 21 gêneros em que se classificam as atividades industriais, dois operam com a utilização da capacidade acima de 90%, 10 estão entre 81% e 90%, oito entre 71% e 80% e um abaixo de 70%. Para 19 dos 21 gêneros, os negócios nos próximos seis meses estarão em situação melhor do que agora. Em cinco deles, o saldo das respostas positivas sobre as negativas ultrapassa os 50 pontos de percentagem.

Metodologia

A 133ª Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação foi realizada no mês de outubro, abrangendo 1.304 empresas informantes, que em 1998 foram responsáveis por vendas totais no valor de R$152,7 bilhões e 11,3% das exportações e empregaram 847.710 pessoas.

Salomão L. Quadros
Chefe do CEAE/IBRE/FGV

Tem gente que não tem com quem falar.

Somos todo ouvidos

0800-21-7777

Atendimento exclusivo aos leitores das revistas da FGV

Caro Leitor
A Editora Fundação Getulio Vargas quer ouvir o seu maior patrimônio, **VOCÊ**.

Já está à sua disposição a linha **0800.** Você pode fazer assinaturas, tirar dúvidas, dar sugestões, reclamar, elogiar.

A ligação é gratuita.
LIGUE!

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

PRAIA DE BOTAFOGO, 190 – 6º ANDAR
22253-900 – RIO DE JANEIRO – RJ
TELS.: (21) 559-5544 E 559-5543
FAX: (21) 559-5541
E-MAIL: assine@fgv.br
http://www.fgv.br/fgv.htm

América Latina

CORRIDA DE OBSTÁCULOS

Desde 1996, cinco países da região — Chile, México, Uruguai, Paraguai e Bolívia — vêm trabalhando para pôr a casa em ordem, mas nos últimos anos, além dos problemas internos, tiveram que se defrontar com a crise internacional.

Os países latino-americanos parecem ter aprendido uma velha lição da economia, segundo a qual sem disciplina monetária não se consegue deter o grande inimigo do desenvolvimento que é a inflação. Infelizmente, em meio às turbulências decorrentes das pressões internas contrárias à estabilidade, a crise do sistema financeiro internacional veio contribuir para tornar o processo de estabilização ainda mais complexo. Nem mesmo o Chile, que há bastante tempo concretizou importante reforma econômica, escapou neste ano da crise e novamente a equipe econômica viu-se obrigada a impor forte aperto monetário. Caminhos semelhantes foram percorridos pelo México, Uruguai, Paraguai e pela Bolívia. Uns mais, outros menos, todos lutam para vencer obstáculos e avançar no processo de crescimento.

NOVEMBRO DE 1999 • CONJUNTURA ECONÔMICA

CHILE

O ÚLTIMO DOS MOICANOS

As crises internacionais que vêm abalando a frágil estabilidade econômica dos demais países sul-americanos finalmente atingiu o Chile.

O Chile, que sempre foi tomado como modelo a ser seguido na América Latina, vem passando pela primeira recessão em 17 anos. O país foi muito afetado pelas recentes crises internacionais, já que mais de 30% de seu comércio exterior estão voltados para a Ásia. Além disso, a desvalorização do real em janeiro e o fato de este ser um ano de eleição presidencial são fatores que geram incertezas quanto à manutenção dos fluxos de capitais para a economia chilena.

Desde o início do ano passado, o Banco Central do Chile vem realizando forte aperto monetário, com altas taxas de juros, para frear o aumento dos gastos e, simultaneamente, vem tentando impedir a deterioração dos preços dos principais produtos de exportação. A elevação dos juros e a contenção do crédito provocaram recuo na demanda agregada, o que afetou profundamente o comportamento da atividade econômica (o PIB do primeiro semestre caiu 2,9% em relação ao do mesmo período do ano passado).

Principais indicadores do Chile

	1996	1997	1998	1999*	2000*
	Taxa de variação				
PIB	6,9	7,0	3,1	0,5	2,5
Inflação	6,6	6,0	4,8	4,1	3,7
Investimento/PIB	31,2	32,1	31,7	30,2	30,8
Desemprego	6,4	6,1	6,1	7,6	7,5
	(US$ milhões)				
Exportações	18.771	20.608	18.940	18.750	19.200
Importações	20.219	22.219	22.445	22.700	23.160
Saldo conta corrente	-3.744	-4.058	-5.160	-5.060	-5.000

Fonte: Cepal, 1999 e projeções. *Estimativa.

Medidas sem efeito

Em meados de junho, pressionado pelo mercado, por empresários e pela alta taxa de desemprego, que atingiu 9,8% em maio, o presidente do Chile, Eduardo Frei, anunciou um pacote de medidas para reaquecer a economia. Entre as medidas estavam incentivos fiscais, tributários e creditícios para as pequenas e médias empresas e o corte nos juros básicos da economia.

Contudo, tais medidas não surtiram os efeitos desejados. No início de setembro, as autoridades monetárias chilenas decidiram adotar a livre flutuação da moeda, abandonando o sistema de bandas largas, e instituíram o mesmo mecanismo escolhido pelo Banco Central do Brasil em janeiro. O Banco Central chileno anunciou também uma meta de inflação de 3,5% para o ano 2000 e se comprometeu a manter a inflação entre 2% e 4% em 2001.

Em dezembro, haverá as eleições presidenciais. Ricardo Lagos, um socialista mais moderado, seguindo o figurino europeu, emergiu como o líder nas preferências para a Presidência. Segundo as últimas pesquisas de opinião, ele poderá se tornar o primeiro socialista a governar o Chile desde que Salvador Allende foi deposto por Augusto Pinochet, no golpe de 1973.

ELENA SOIHET
Economista do IBRE/FGV

MÉXICO

LONGE DE DEUS... PERTO DOS EUA

O México foi um dos primeiros países da região a enfatizar a importância da disciplina monetária e fiscal para enfrentar a grave crise de confiança do sistema financeiro internacional. No ano passado, quando ressurgiram novos desequilíbrios, o governo voltou a recorrer a uma política monetária restritiva, como resposta à volatilidade dos mercados financeiros. Para apoiá-la, as autoridades adotaram o sistema da flutuação cambial e flexibilizaram as taxas de juros.

O êxito das medidas permitiu que o país neutralizasse a fuga de capitais de curto prazo e mais tarde colocasse nos mercados mais de US$5 bilhões em títulos públicos e privados em condições bem favoráveis, apesar da elevada dívida externa, estimada em US$92 bilhões no princípio do ano.

O trunfo asteca

Mas o grande trunfo do país asteca pode ser mesmo encontrado em suas fronteiras com os Estados Unidos. Ao contrário de uma velha frase do folclore, segundo a qual os problemas do México eram atribuídos ao fato de se encontrar "longe de Deus e perto

dos americanos", atualmente o país parece desfrutar de razoáveis taxas de crescimento econômico, graças precisamente a sua vizinhança com a mais importante potência mundial.

De fato, a frase famosa, que sempre esteve na boca de cada mexicano, deixa de ter qualquer sentido quando se sabe que 75% de suas exportações são dirigidos aos Estados Unidos, cifra que é apenas superada pela do Canadá. Já para os países do ABC — Argentina, Brasil e Chile —, tais exportações se encontrariam em torno dos 20%.

Principais indicadores do México

	1996	1997	1998	1999*	2000*
	Taxa de variação				
PIB	5,2	6,8	4,9	3,0	4,0
Inflação	27,7	15,7	18,6	17,4	14,0
Investimento/PIB	16,1	18,3	19,3	20,0	20,8
Desemprego	5,5	3,7	3,2	3,5	3,8
	(US$ milhões)				
Exportações	106.901	121.701	129.200	126.150	125.210
Importações	100.060	122.109	137.400	135.180	138.600
Saldo conta corrente	-2.230	-7.449	-15.500	-12.000	-12.500

Fonte: Cepal, 1999 e projeções. *Estimativa.

Sem dúvida, graças a essa proximidade, a produção industrial mexicana pôde crescer no ano passado cerca de 7,1%, numa época em que a recessão alcançava boa parte do continente. Assim, os mexicanos puderam desfrutar de insignificante taxa de desemprego (3,6%) e manter a ocupação de mais de 1 milhão de trabalhadores que atuam no setor de montagem — formado pelas chamadas *las maquiladoras*, umbilicalmente ligadas aos Estados Unidos.

Os problemas e a saída

Contudo, o país ainda não solucionou algumas questões essenciais. Sua taxa de inflação é extremamente elevada (17%), embora a meta do governo seja reduzi-la a apenas um dígito, o que poderá ser alcançado somente no próximo ano. Continuam as pressões sobre as taxas de câmbio e seu sistema financeiro tem sido tumultuado por constantes desequilíbrios. Ainda agora, o Banco Internacional enfrenta problemas decorrentes de importantes dívidas de outro banco em liquidação, o Atlântico. A crise levou o governo e os banqueiros a estudarem o modelo canadense de mercado financeiro para, possivelmente, adaptá-lo ao país.

Embora Robert Mundell, o mais recente Nobel da Economia, venha recomendando aos mexicanos a urgente adoção de uma união monetária com os Estados Unidos e o Canadá, setores nacionalistas, que surgem com bastante força na disputa do pleito presidencial do ano 2000, descartam enfaticamente a idéia. Por sua vez, os poderosos vizinhos do Norte exigem que o México caminhe rapidamente para um verdadeiro sistema democrático, sem o que a união monetária seria inviável. Mas, para as autoridades do Banco Central mexicano, o país deve insistir na disciplina monetária como condição *sine qua non* para o futuro desenvolvimento, sem o que qualquer unificação monetária seria inviável.

I.T.

URUGUAI

UMA CASA EM ORDEM

Mas o futuro também reserva desafios para a economia. Um deles, as novas diretrizes da política econômica após o governo Sanguinetti.

O presidente Julio Maria Sanguinetti está deixando o governo do Uruguai com a casa em ordem. Seu sucessor, vitorioso nas eleições do último domingo de outubro, vai encontrar um Uruguai com o dever de casa devidamente concluído. Ou, segundo a visão de um economista de Montevidéu, "com os fundamentos da economia do país de dar inveja a muito ministro da Fazenda da América Latina".

Estratégia vitoriosa

De fato, desde 1990 e principalmente a partir de 1995, o Uruguai vem implementando vitoriosa estratégia de combate à inflação, de fortalecimento das finanças públicas, liberalização de seu comércio exterior, reforma do Estado, com importante ênfase na previdência social e na privatização dos serviços públicos, onerosos para o fisco e ineficazes para a população.

Principais indicadores do Uruguai

	1996	1997	1998	1999*	2000*
	Taxa de variação				
PIB	5,0	5,0	4,6	-1,0	2,5
Inflação	24,3	15,2	8,7	5,2	5,0
Investimento/PIB	12,6	12,8	12,9	13,2	13,5
Desemprego	11,9	11,6	10,1	12,0	11,0
	(US$ milhões)				
Exportações	3.847	4.256	4.310	4.200	4.500
Importações	3.974	4.450	4.590	4.300	4.350
Saldo conta corrente	-234	-287	-400	-350	-500

Fonte: Cepal, 1999 e projeções. *Estimativa.

A reforma da economia uruguaia vem culminando com um aumento da renda *per capita* média de 3,25%, a mais elevada desde a década de 40. A inflação, por sua vez, que chegava aos 35,4%, ao assumir Sanguinetti o gover-

no uruguaio em 1995, baixaria finalmente a um dígito em 1998 (6%) e nos 12 meses terminados em setembro era de apenas 4,09%, um resultado histórico. Já o déficit consolidado do setor público foi de 1%, enquanto o déficit em conta corrente também foi modesto, um pouco abaixo dos 2%.

Segundo o FMI, "o Uruguai atendeu a todos os critérios qualitativos de desempenho". Mas, como nada é perfeito, Montevidéu continua enfrentando as condições adversas da economia brasileira, principal parceira no Mercosul. Além disso, a instabilidade econômica mundial fez com que os acessos do país aos mercados globais de capital se vissem interrompidos, o que obrigaria as autoridades a recorrer ao Fundo Monetário.

No final de 1998, o PIB do Uruguai estava crescendo cerca de 4,6%, empurrado principalmente pelo desempenho do setor agrícola. A instabilidade política decorrente do processo eleitoral, as condições internacionais e a crise do Mercosul iriam determinar a atual queda do PIB, prevista para o final de 1999. De qualquer maneira, o país registrou ao longo do processo de reformas econômicas, ou seja, entre 1991 e 1998, um crescimento anual de 4% do PIB, superando o desempenho do produto brasileiro (2,8%) e do México (3%), embora ficando abaixo do crescimento argentino (5,8%). Atualmente, as reservas chegam a US$3,35 bilhões, o que representa mais que o dobro do passivo de curto prazo do Banco Central.

Novos desafios

Entre as metas de política econômica para o final do ano se incluem a redução da taxa de inflação e a queda dos altos níveis de desemprego, que seria factível em função do crescimento esperado do setor de serviços. Outro positivo resultado do balanço uruguaio reside no desempenho do sistema financeiro local, especialmente dos bancos privados, que detêm mais da metade de todos os ativos do setor.

É certo, porém, que o futuro da economia nacional estará condicionado pelas novas diretrizes que advirão com o presidente recentemente eleito. Além disso, a queda dos preços das matérias-primas exportáveis, as difíceis condições climáticas provocadas pelos fenômenos *La Niña* e *El Niño*, com secas e inundações, e finalmente a redução na entrada de capitais externos vão oferecer ao longo dos próximos anos novos desafios à economia uruguaia.

I.T.

PARAGUAI

CRISE EM ALTA, GUARANI EM QUEDA

Após uma década, o PIB paraguaio sofre o primeiro retrocesso, que não deve ser o último até o ano 2000. Crise agravada pelas recessões brasileira e argentina e o colapso do sistema financeiro.

Pressionado pela prolongada seca que ao longo deste ano arruinou as principais plantações do país, o Paraguai deve enfrentar no final do ano mais um problemático desempenho de sua economia, após uma queda de meio ponto percentual de seu produto no ano passado, a primeira registrada na década.

A menor demanda externa, a crise financeira que destruiu as economias de mais de 180 mil paraguaios e a recessão no Brasil, o principal parceiro comercial do país, completam a desfavorável conjuntura nacional, também marcada por aguda crise política que culminou com o afastamento de um presidente. Todas essas variáveis contribuíram para estimular grande demanda por divisas e a conseqüente desvalorização do guarani em mais de 25%.

Principais indicadores do Paraguai

	1996	1997	1998	1999[e]	2000[e]
	Taxa de variação				
PIB	1,1	2,6	0,0	0,3	2,3
Inflação	8,2	6,2	15,0	12,0	14,0
Investimento/PIB	21,0	20,3	20,0	20,0	21,5
Desemprego	8,2	7,1	10,0	10,5	11,0
	(US$ milhões)				
Exportações	4.547	4.184	3.895	3.810	3.850
Importações	5.022	4.960	4.280	4.050	4.000
Saldo conta corrente	-317	-642	-235	100	-110

Fonte: Cepal, 1999 e projeções. [e]Estimativa.

Menos mal

Outro resultado natural da difícil conjuntura foi a aceleração do processo inflacionário, que em 1998 alcançaria os 15%, em contraste com os 6% do ano anterior. Contudo, a decidida política econômica do governo fez com que a inflação nos últimos 12 meses retrocedesse, chegando a apenas 4,5%, segundo os últimos indicadores disponíveis. De qualquer maneira, espera-se que 1999 culmine com uma taxa bastante inferior à de 1998, apesar da crise que envolve os grandes sócios do Mercosul — Argentina e Brasil.

Outra meta vitoriosa do governo foi a redução do déficit do governo central, que no início do ano representava pouco menos de 1% do PIB. O vultoso déficit em conta corrente, que em 1997 havia chegado a 7% do produto, também foi bastante reduzido e atingiria apenas 3% no início do corrente exercício, sendo financiado pela entrada de capital de investidores estrangeiros, o que permitiria o registro de leve superávit no balanço de pagamentos.

As restrições brasileiras e argentinas aos compradores na área de Foz de Iguaçu afetaram o comércio de bens, que che-

gou a seu nível mais baixo nos últimos cinco anos, acentuando-se, assim, a problemática questão do emprego. Estimativas oficiais informam que o desemprego global chegou aos 15% da população economicamente ativa e o desemprego urbano, a 7,2%.

Os problemas da economia paraguaia também estão sendo agravados pela crise de seu sistema financeiro, que até meados de 1998 vinha sendo socorrido pelo Banco Central. Desde então, 13 bancos e outras várias instituições financeiras foram liquidados, o que representa um terço de todo o sistema bancário. No final de outubro, o Banco Central estava sendo questionado pela Justiça, sendo obrigado a esclarecer possível responsabilidade de seus diretores na crise que culminou com sucessivas falências e liquidações de bancos paraguaios e enormes prejuízos para os poupadores.

I.T.

BOLÍVIA

CRESCIMENTO COM ESTABILIDADE

Apesar da difícil conjuntura internacional, a Bolívia vem conduzindo com êxito importante programa de estabilização. Além disso, o país vai receber um presente de US$448 milhões.

A atividade econômica da Bolívia vem se caracterizando por um firme programa de combate à inflação, pela diminuição do déficit fiscal, pela continuidade do crescimento, o que acontece pelo quarto ano consecutivo, e pelo amplo esforço para a redução da pobreza. Em que pesem as turbulências do sistema financeiro internacional e o declínio dos preços de suas matérias-primas exportáveis, que chegaram a cair 20% após a crise da Ásia, os bolivianos vêm superando com êxito as dificuldades. De fato, os últimos indicadores apontam a continuidade na queda dos preços ao consumidor, o avanço do PIB e o equilíbrio das contas externas.

Principais indicadores da Bolívia

	1996	1997	1998	1999e	2000e
	Taxa de variação				
PIB	4,4	4,2	4,5	2,0	3,5
Inflação	7,9	6,7	7,8	4,0	5,6
Investimento/PIB	16,3	19,4	21,0	22,7	23,5
Desemprego	3,8	4,4	5,6	xxx	xxx
	(US$ milhões)				
Exportações	1.313	1.362	1.310	1.300	1.500
Importações	1.731	2.048	2.145	2.050	2.250
Saldo conta corrente	-364	-648	-700	-520	-600

Fonte: Cepal, 1999 e projeções. eEstimativa.

Fatores dinâmicos

Esperam os condutores da política econômica que até o ano 2002 o programa de estabilidade iniciado em 1996 permita que o déficit fiscal chegue aos 2% do PIB. Mas, para 1999, não se espera menos que 3,9%. Já o déficit do setor externo está projetado para não ir além dos 7% do produto. A recuperação dos preços dos produtos de exportação no ano 2000 poderá contribuir para a melhoria do setor externo.

Até aqui a meta da manutenção de um tipo de câmbio estável e o esforço antiinflacionário permitiram que a moeda nacional em relação ao dólar se mantivesse estável, embora ocorresse valorização em relação às moedas de seus sócios comerciais latino-americanos, como Brasil, Chile e México. A demanda global cresceu pouco mais de 6%, enquanto a inversão privada fixa chegou aos 20%, sendo esse o fator mais dinâmico do processo.

O desempenho da economia boliviana vem sendo marcado por consideráveis ingressos de capital, o que foi facilitado pelas privatizações. Nesse sentido, basta dizer que o investimento estrangeiro foi o componente mais importante no desempenho do setor privado, graças principalmente aos programas de expansão das empresas privatizadas e à condução de diversos projetos nos setores agrícola, de mineração, elétrico e de gás. Especial importância foi dada à construção do gasoduto que vai escoar o petróleo para os centros consumidores do Brasil.

Do mesmo modo que vem ocorrendo em outros países da região, também a agricultura boliviana foi alcançada por fenômenos meteorológicos do tipo *El Niño* que terminaram por determinar um retrocesso de 5% na produção. No campo da mineração, os únicos ramos que evoluíram favoravelmente foram os do ouro e da prata. A mineração estatal, de responsabilidade do Comibol, registrou queda de 12%, ocasionada pela diminuição da produção de zinco e estanho Outros minerais também mostraram importantes quedas: -32% no antimônio, -27% no estanho e -21% no chumbo.

Perdão de dívida

Fato relevante para a economia foi a redução de 20% na dívida externa por iniciativa dos seus principais credores, uma vez que a Bolívia, além de altamente endividada, figura na relação das nações mais pobres do mundo. A concretização do projeto de *anistia* vai significar uma diminuição de US$448 milhões no saldo dessa dívida. *Pior es nada*, como dizem os bolivianos.

I.T.

EUA

O déficit da balança comercial dos anos 90

Num cenário de menor crescimento e déficits comerciais elevados, há sempre o receio de o discurso protecionista ganhar mais força.

ENTRE 1980 e 1987, o déficit da balança comercial dos Estados Unidos aumentou de US$25,5 bilhões para US$159,2 bilhões. Mesmo com saldos superavitários na balança de serviços, a magnitude do déficit comercial fez com que o déficit em conta corrente como proporção do PIB atingisse 3,5% em 1987. Após esse ano, o déficit comercial declinou até 1991, quando registrou US$72,8 bilhões, com o saldo em transações correntes ficando positivo em US$4,29 bilhões. Uma nova etapa de aumentos no déficit comercial se inicia, sendo previsto um saldo negativo de US$300 bilhões na conta corrente para 1999.

As causas do déficit

As causas da piora da balança comercial na década de 80 foram interpretadas basicamente de duas formas.

A primeira ressaltava a opção de política econômica do governo Reagan — a combinação de política monetária restritiva com política fiscal expansionista. O resultado foi a alta da taxa de juros e a valorização do dólar e, logo, menos exportações e mais importações. O crescimento médio anual das exportações dos Estados Unidos no período de 1980 a 1985 foi negativo em 0,76%, enquanto as importações aumentaram em 6,24%. A melhora da balança exigia equilíbrio fiscal, dada a *relação entre o saldo em conta corrente e o déficit do governo* (ver *box* para uma definição das sentenças grifadas).

Uma segunda interpretação entendia que as principais razões da piora da balança comercial estavam associadas à perda de competitividade da indústria norte-americana e ao jogo não-eqüitativo das relações comerciais. Os parceiros dos norte-americanos praticavam políticas que dificultavam a entrada dos produtos dos Estados Unidos e utilizavam políticas de incentivos para os setores que desejavam estimular.

Nesse período, proliferaram nos Estados Unidos medidas de proteção, como a *imposição de direitos compensatórios, acordos voluntários de restrição às exportações*, entre outros. Vários analistas defendiam a necessidade de uma política ativa industrial nos Estados Unidos. A síndrome da ameaça japonesa como substituta dos Estados Unidos na economia mundial domina parte desse debate.

A história recente sugere que a primeira interpretação seria a mais correta. Na década de 90, os Estados Unidos apresentam resultados considerados um "oásis de prosperidade", se observarmos apenas os grandes agregados macroeconômicos. A taxa de crescimento médio anual deverá ser de 3,4% entre 1993 e 1999, a taxa de inflação não supera os 2%, *a taxa de desemprego estaria em seu nível natural* e o governo apresenta superávit fiscal, o que tem permitido uma redução da dívida líquida pública, que está em cerca de 42% do PIB.

Fragilidades da expansão

Alguns indicadores, entretanto, apontariam uma certa fragilidade desse ciclo expansivo. Por exemplo, há receios quanto à possibilidade de "crise no mercado de ações", que estaria vivendo um momento de supervalorização especulativa dos ativos de empresas. No entanto, há controvérsias sobre a natureza desse ciclo de expansão. Um aumento sustentado da taxa de crescimento de um país que não cause pressões inflacionárias supõe que sua capacidade produtiva esteja crescendo. E um dos fatores principais para esse crescimento é o aumento da produtividade.

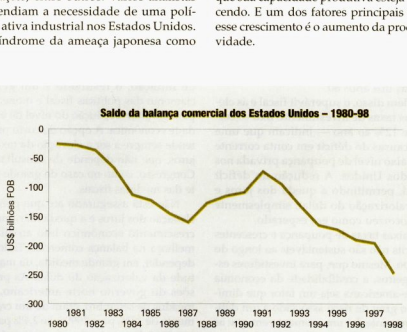
Estados Unidos – Crescimento médio anual

Em %

	Exportações	Importações
1980-1985	-0,76	6,24
1985-1990	12,59	8,09
1990-1995	8,14	8,48
1995-1998	5,18	6,96

Fonte: IFS.

Saldo da balança comercial dos Estados Unidos – 1980-98



Fonte: IFS

No caso dos Estados Unidos, diversas análises apontam que ainda não se observa aumento generalizado da produtividade total da economia. Há uma concentração no aumento de produção e do uso de bens associados à indústria de informática, mas ainda não se constataram os efeitos esperados da nova revolução tecnológica sobre a produtividade geral da economia. Logo, parte do ciclo expansivo pode ser atribuída a um aumento de produtividade, mas não todo.

Nesse sentido, é preciso estar atento para o surgimento de pressões inflacionárias associadas a uma demanda em expansão. A resposta seria um aumento da taxa de juros, mais valorização do dólar e possível queda nos índices da bolsa. Esse último cenário parece ter surgido em meados de outubro.

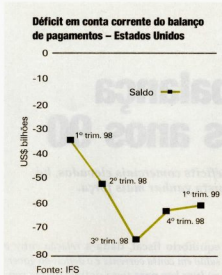
E o déficit comercial? Registra-se que ele alcançou números superiores ao da década de 80, alcançando a cifra de US$245 bilhões em 1998 e de US$181 bilhões no acumulado de janeiro a julho deste ano. As exportações têm apresentado desempenho mais favorável do que na primeira metade da década de 80. Entre 1990 e 1998, as vendas externas aumentaram 6,6% e as importações, 7,6%.

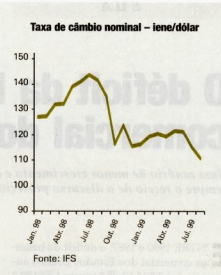
O aumento do déficit é interpretado como resultado primordialmente da maior taxa de crescimento dos Estados Unidos em relação aos seus principais parceiros. Soma-se ainda o maior atrativo por ativos norte-americanos, dado o crescimento dessa economia e a crise nos mercados emergentes da Ásia e da América Latina, pressionando uma valorização do dólar, mesmo com as taxas de juros relativamente mais baixas do que as dos anos 80.

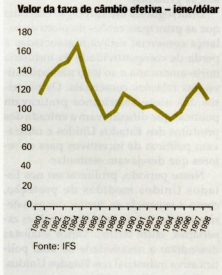
Além disso, o superávit fiscal e as elevadas taxas de investimento fixo — cerca de 12% ao ano — indicam que uma das causas do déficit em conta corrente é o baixo nível de poupança privada nos Estados Unidos. A redução do déficit fiscal, permitindo a queda dos juros e desvalorização do dólar, simplesmente não ocorreu como era esperado.

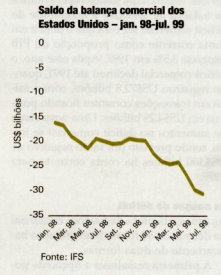
Baixas taxas de poupança e crescentes déficits não são sustentáveis ao longo do tempo. Mesmo que, para investidores estrangeiros, a credibilidade da economia norte-americana seja um fator que diminua o grau de risco associado a um déficit crescente, há um momento em que as expectativas de uma desvalorização começam a se consolidar. Juntando-se a esse quadro o receio de uma aceleração da taxa de inflação, o resultado é um gerenciamento das políticas fiscal e monetária para garantir a redução do nível de atividade econômica. A opção de curto prazo tende sempre a ser a elevação da taxa de juros, que não depende de consultas ao Congresso, como no caso de grande parte das medidas fiscais.

Não está assegurado até que ponto a elevação dos juros e a queda no ritmo de crescimento econômico irão auxiliar a melhora na balança comercial. Tudo irá depender, em grande medida, da magnitude da valorização do dólar. As previsões do governo norte-americano, até meados de setembro, eram de um crescimento de 3,9% para 1999 e de 2,4% para o ano 2000. Dependendo da valorização do dólar, entretanto, parte do efeito-renda sobre as importações pode ser anulada. Além disso, a valorização acentuada do dólar não permitirá que os exportadores norte-americanos se beneficiem do aumento da demanda mundial esperada, com a recuperação do Japão e o maior crescimento da Europa. Num cenário de menor crescimento e déficits comerciais elevados, há sempre o receio de o discurso protecionista ganhar mais força.









Perspectivas de longo prazo

Finalmente, numa perspectiva de longo prazo, existem duas questões presentes no debate sobre os déficits comerciais norte-americanos.

A primeira se refere à baixa taxa de poupança dos Estados Unidos, comparada com as outras grandes economias do comércio mundial — Japão e Alemanha. Esse fato gera um desequilíbrio es-

VI Encontro Nacional dos Mercados Financeiros



Face às políticas monetária, fiscal, cambial e de desenvolvimento 1999-2000

Análises e percepções das mais importantes autoridades sobre políticas econômicas do ano 2000.

Renomados economistas debatem com os participantes *a futura realidade brasileira*

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
CURSOS · SEMINÁRIOS · CONJUNTURA

O IBRE realizará, no auditório do 14º andar do edifício-sede da Fundação Getulio Vragas, nos dias 16 e 17 de dezembro, o seminário intitulado VI Encontro Nacional dos Mercados Financeiros, Face às Políticas Monetária, Fiscal, Cambial e de Desenvolvimento, 1999-2000, evento anual promovido desde 1994 com grande repercussão nos meios acadêmicos e empresariais e na imprensa.

O seminário terá oito painéis, que ocuparão os dois dias do evento. Contará com a participação de palestrantes internacionais e de renomadas personalidades, que discutirão temas relacionados à situação econômica e financeira do país.

O programa com a indicação dos temas e dos palestrantes e comentaristas encontra-se a seguir, cabendo destacar que o primeiro painel Conferancias Econômicas Alexandre Kafka – 1999, é um evento que o IBRE realiza anualmente e que nesta oportunidade coincidirá com oVI Encontro Nacional dos Mercados Financeiros.

O Encontro visa atender a um público composto por empresários do setor financeiro, executivos, acadêmicos e profissionais ligados aos temas.

CRESCER OU DESENVOLVER? EIS A QUESTÃO



TEMÁRIO

- Brasil 1999-2000: como desenvolver o país, submetido a rígido controle monetário?
- Regulamentação dos fluxos de capitais e da conta corrente do balanço de pagamentos.
- Regime de câmbio flexível até quando?
- Política monetária, juros altos, efeitos cadeia intersetoriais após a abertura econômica, o Banco Central no fogo cruzado da estabilização.
- Ordem nas Contas Públicas e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Como domar o dragão do déficit público e qual será a face da reforma tributária.
- Crescimento econômico, emprego e estabilidade. Como otimizar a rotas do desenvolvimento continuado.
- Conferência Econômicas Alexandre Kafka – 1999. O FMI é uma instituição a serviços dos países desenvolvidos? O receituário, a eficácia e a independência da instituição.

Affonso Celso Pastore – Professor da EPGE/FGV

Aloísio Mercadante – Deputado Federal do PT

Antonio Carlos Lemgruber – Vice-Presidente do Banco Liberal

Antonio Carlos Pôrto Gonçalves – Diretor do IBRE/FGV

Carlos Ivan Simonsen Leal – Vice-Presidente da FGV

Clovis de Faro – Diretor da EPGE/FGV

Daniel Luiz Gleizer – Diretor do Banco Central

Dionísio Dias Carneiro – Professor da PUC-RJ

Fernando Sotelino – Presidente do Unibanco

Francisco Gros – Presidente do Banco Morgan & Stanley

Gustavo Franco – Professor da PUC-RJ

Ioshiaki Nakano – Sec de Estado de Fazenda – SP

Istvan Karoly Kasznar – Vice-Diretor do IBRE/FGV

João Victor Issler – Professor da EPGE/FGV

Jorge Oscar de Mello Flôres – Presidente da FGV

José Affonso Barbosa – Diretor-Geral da FGV



COMPONENTES DA MESA

José Julio Senna – Diretor da MCM Consultores Associados

José Marcio Camargo – Professor da PUC-RJ

Luis Carlos Bresser Pereira – Professor da EAESP/FGV

Luiz Carlos Mendonça de Barros – Vice-Presidente do PSDB

Marcelo Serfaty – Diretor do Banco Pactual

Marco Maciel – Vice-Presidente da República

Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque – Deputado Federal e Vice-Presidente da FGV

Noênio Spinola – Editor-Chefe do Jornal do Brasil

Paulo Rabello de Castro – Presidente da R.C. Consultores

Pedro Cavalcanti – Professor da EPGE/FGV

Renato Fragelli – Professor da EPGE/FGV

Renê Garcia – Consultor e Coordenador de Projetos do IBRE/FGV

Roberto Fendt – Redator-Chefe da Revista Conjuntura Econômica

Roque Fernandez – Ministro da Fazenda da Argentina

Rubens Penha Cysne – Professor da EPGE



Coordenação

PROFESSOR ISTVAN KAROLY KASZNAR & NELSON FERREIRA DA SILVA

Idealizador

PROFESSOR RUBENS PENHA CYSNE

Patrocínio
& Apoio

Bolsa do Rio

PACTUAL

Câmara de Liquidação e Custódia S/A

BNDES FINAME BNDESPAR

OPPORTUNITY

JORNAL DO BRASIL

MORGAN STANLEY DEAN WITTER & CO.

CONJUNTURA ECONÔMICA

AGROANALYSIS

Hotel Glória
Hotel Novo Mundo

DATA, LOCAL E INFORMAÇÕES

16 e 17 de dezembro de 1999
Auditório da Fundação Getulio Vargas
Coordenadoria de Projetos do IBRE/FGV
Praia de Botafogo 190, sala 929
www.fgv.br/enpmc.htm
istvan@fgv.br spires@fgv.br

TEL: 21 559 5562
FAX: 21 551 4549

FICHA DE INSCRIÇÃO

Nome: _____

Empresa: _____ Cargo: _____

Endereço: _____

CEP: _____ Cidade _____ UF: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

IMPORTANTE: PARA OBTER O CRACHÁ, É NECESSÁRIA A INSCRIÇÃO PRÉVIA.
Os interessados deverão efetuar depósito bancário na conta nº 112.241-x do Banco do Brasil, agência 0287-9, em nome da Fundação Getulio Vargas, e enviar o comprovante de depósito pelo fax (0XX21) 551-4549, com a ficha de inscrição devidamente preenchida.

Resta esperar que os setores competitivos de importações nos Estados Unidos também acatem a idéia de conviver pacificamente com a entrada crescente de produtos estrangeiros.

trutural, levando a déficits persistentes nos Estados Unidos e a superávits nos outros dois países.

A segunda questão é a constatação de que mesmo em períodos em que o resto do mundo apresenta taxas de crescimento superiores à dos Estados Unidos, há uma tendência de elevação dos déficits comerciais norte-americanos. Uma forma de essa elevação não ter impacto significativo em termos de deterioração do saldo da conta corrente seria por meio da crescente exportação de serviços, esperada num cenário de liberalização desse setor e de aumento de renda nos países em desenvolvimento, conforme sugerido por Catherine Mann.

Se do ponto de vista do equilíbrio externo essa é uma hipótese razoável, resta esperar que os setores competitivos de importações nos Estados Unidos também acatem a idéia de conviver pacificamente com a entrada crescente de produtos estrangeiros. Até o momento, os crescentes déficits comerciais não são vistos apenas como uma questão de desequilíbrio macroeconômico ou de composição da demanda mundial por parte dos produtores domésticos.

Lia Valls Pereira
Coordenadora de Projetos IBRE/FGV

Referências bibliográficas
Mann, Catherine L. (1999), "On the causes of the US current account deficit". Depoimento para a *Trade Deficit Review Commission*. http://www.iie.com/testmony/curenta.htm
IMF Economic Forum, "The US Economy: Where Will it Go from Here?", setembro 1999. http://www.imf.org/external/np/tr/1999/TR990917.htm
Informações disponíveis até 18 de outubro.

Alguns termos e conceitos

Relação entre o saldo em conta corrente e o déficit do governo
Uma identidade básica das Contas Nacionais de um país é:
- investimento bruto = poupança privada + poupança do governo + poupança externa;
- poupança do governo = receitas do governo – despesas do governo;
- poupança externa = saldo em transações correntes do balanço de pagamentos (balança comercial + balança de serviços + transferências unilaterais), com o sinal inverso.

Logo, podemos escrever que:
- saldo em conta corrente = (poupança privada – investimento bruto) + (poupança do governo).

Na década de 80, o saldo negativo da conta corrente estava associado principalmente a uma poupança negativa do governo. Assim, um equilíbrio fiscal, com os fluxos de investimento e poupança relativamente equilibrados, permitiria a redução do déficit em conta corrente. Na década de 90, é atingido o superávit fiscal (poupança do governo positiva), mas aumenta substancialmente, a partir de 1994-1995, a diferença entre a poupança privada e o investimento, a favor desse último.

Imposição de direitos compensatórios
A exportação de produtos subsidiados está sujeita à imposição de uma taxa — os direitos compensatórios — que corresponde ao montante de subsídio incorporado no preço do produto. Na década de 80, os Estados Unidos utilizaram com freqüência essa medida para fins de proteção, dado os procedimentos adotados e as dificuldades de definição clara do que seria um subsídio à exportação no âmbito do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

Acordos voluntários de restrição às exportações
A proibição, pelas regras do Gatt, da imposição de cotas e problemas relativos ao uso de cláusulas de salvaguardas — a permissão do uso de cotas na presença de surtos inesperados de importações — fez com que os Estados Unidos optassem pela assinatura de acordos voluntários de restrição às exportações. Por meio deles, os países exportadores "são convidados" a restringir suas exportações para o mercado norte-americano. No caso do Brasil, vigorou um acordo desse tipo para produtos siderúrgicos. Atualmente, esses acordos estão proibidos pela Organização Mundial do Comércio.

A taxa de desemprego estaria em seu nível natural
A taxa de desemprego natural corresponde ao desemprego que ocorre na economia decorrente de suas condições de oferta — capacidade produtiva, tecnologia e condições do mercado de trabalho. A idéia básica é que a economia norte-americana, com uma taxa de desemprego da ordem de 4,2%, estaria operando a esse nível, ou seja, o de pleno emprego possível, dadas as condições de oferta.

L.V.P.

CONJUNTURA *no* MUNDO



Protesto contra a redução da jornada

Vinte e cinco mil diretores de empresas francesas se reúnem em Paris para protestar contra a entrada em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2000, da legislação que reduz a jornada de trabalho para 35 horas, sem que isso signifique diminuição de salários. Inicialmente, a lei do governo socialista Lionel Jospin alcançará as empresas com mais de 20 empregados. Em 2002, será extensiva às demais empresas. Embora a França registre uma das mais altas taxas de desemprego no mundo (11,3%), os empresários consideram que a legislação irá provocar considerável queda do PIB, hoje marcado por um crescimento de 2,7%, e a retomada da inflação.

Mais lucros e mais empregos

Mais de 100 países em todos os continentes estão recorrendo à privatização de suas empresas. Cerca de 75 mil empresas industriais e de serviços já foram privatizadas nos antigos países socialistas, movimentando cerca de US$735 bilhões. Em geral, recursos de companhias multinacionais. Após alguns anos de operações, boa parte dessas empresas começou a ampliar a produção, produzir lucros e aumentar o emprego, segundo um estudo do Banco Mundial.

Brasil entre os cinco grandes

Segundo a ONU, 1999 vai terminar com uma população mundial superior a 6 bilhões. Entre os cinco países com maior número de habitantes, encontra-se a China, com 1 bilhão e 267 milhões, a Índia, com 998 milhões, os Estados Unidos, com 276 milhões, a Indonésia, com 209 milhões, e o Brasil, com 168 milhões. O primeiro bilhão de habitantes foi registrado em 1804, o segundo em 1927, ou mais de um século após. Em 1960, após 33 anos, o mundo alcançou os 3 bilhões. Apenas 14 anos após, éramos 4 bilhões. Em 1987, a população mundial avançou aos 5 bilhões e finalmente, neste final de 1999, chegamos aos 6 bilhões.

China fecha 8 mil estatais

Para reduzir o déficit fiscal e combater a inflação, o governo chinês determinou, no início deste mês, o fechamento de 8 mil empresas estatais. Segundo a imprensa de Pequim, cerca de 4 milhões de trabalhadores perderam seus empregos. O fechamento das estatais chinesas é parte de amplo programa de política econômica que visa acabar, nos próximos 12 meses, com as empresas públicas deficitárias e ineficientes. Com a liquidação dessas empresas, ou a simples fusão com companhias estrangeiras, a China já acumula um total de 30 milhões de desempregados em uma população de 1,2 bilhão de habitantes.





10 megacidades

O mesmo informe revela que em 1960 o globo possuía apenas duas megacidades. Já neste ano elas chegam a 17. As projeções para 2015 antecipam o aparecimento de 26 gigantescas cidades com mais de 10 milhões de habitantes. As mesmas projeções asseguram que em 2050 o país com maior população será a Índia, com 1,5 bilhão de habitantes, seguida pela China, com 1,4 bilhão. Nesse ano, o Brasil estará em 7º lugar. Por motivos religiosos, a Índia não aceita controlar sua população, ao contrário da China, onde atualmente os casais só podem ter um filho.

PIB por habitante cai 0,7%

Informe da Cepal revela que as altas taxas de crescimento demográfico registradas na América Latina tornaram ainda mais difícil o quadro regional, marcado por significativa queda da atividade econômica. Na maioria dos países, o PIB por habitante cresceu apenas 0,7% ao longo de 1998 e no início do ano 2000 registrará importante retrocesso. Para agravar o panorama, é sabido que o crescimento da população acontece precisamente entre os setores mais pobres da América Latina.

Argentina, animação empresarial

O resultado das eleições argentinas parece ter animado os empresários. Pesquisa da Fundação de Estudos Latino-Americanos, de Buenos Aires, revela que se espera para 2000 um aumento de 2,5% no PIB. E existe ainda otimismo mais acentuado para os próximos anos.

Virada no Chile

A permanência do general Pinochet na prisão, em Londres, já provocou uma virada nas eleições do Chile, previstas para este mês. O candidato socialista, que figurava nas prévias com maioria absoluta, vem caindo na preferência dos eleitores, ao mesmo tempo que o candidato conservador, Lavín, vai reduzindo a diferença entre os dois.



Colômbia do Sul e Colômbia do Norte

O jornal *El Espectador*, também de Bogotá, critica em editorial os que já admitem a divisão da nação em dois países: a Colômbia do Norte, que ficaria em mãos dos guerrilheiros esquerdistas, e a Colômbia do Sul, que manteria as atuais instituições democráticas colombianas.

Lá como cá

La Nación, de Bogotá, revela que deputados e senadores colombianos estão se aposentando com US$7 mil, graças a uma legislação que eles próprios votaram anos atrás. As crescentes despesas do Estado estão gerando alto déficit fiscal e para cobri-lo o governo teve de recorrer a forte aumento de impostos. As dificuldades das empresas estão produzindo um desemprego superior a 20%, a mais alta taxa registrada atualmente na América Latina.

Na Micronésia é assim

Diário de bordo da família Shurmann, que viaja ao redor do mundo no veleiro Aysso, revela que na pobre Micronésia as crianças têm aulas desde as 7 da manhã até as 15 horas e almoçam na escola. Bom exemplo para o Rio, onde as escolas primárias funcionam das 7 às 11 e meia, sem direito a almoço. A semana escolar na Micronésia vai de segunda a sábado. A renda *per capita* é de US$500. A do Rio, algo em torno de US$10 mil.

Macro Explorer

Consultoria Macroeconômica

IBRE/FGV

- Consultoria especializada em análise macroeconômica para empresas
- Análise de conjuntura econômica e avaliação de tendência das principais variáveis macroeconômicas
- Relatório mensal com cenários e pareceres econômicos
- Consultoria *on-line*;
- Formulação de cenários para planejamento estratégico e econômico-financeiro
- Palestras e seminários
- Estudos e projetos especiais


Macro Explorer

Contatos:

René Garcia:
rgarcia@fgv.br

Elena Soihet:
soihet@fgv.br

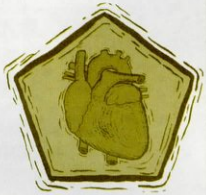
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Um coração portátil

Sofisticada tecnologia, liberada pela FDA, ajuda o ventrículo esquerdo a melhorar o fluxo da corrente sangüínea, assegurando mais qualidade de vida aos cardiopatas.

UM coração artificial, portátil e mecânico, que permite ao usuário participar de uma pescaria ou fazer a caminhada diária, eis o que o Instituto do Coração de Spokane (Estados Unidos) está colocando à disposição dos pacientes vítimas de uma cardiopatia terminal, sem condições de receber um transplante. Depois de passar por inumerável série de testes, o HeartMate PI está sendo finalmente utilizado, após receber a aprovação do Food and Drug Administration (FDA).

Também apelidado de "ajudante do coração", um dispositivo do aparelho é implantado no abdome do paciente, ficando ligado a um sistema de bombeamento externo e portátil. Sua função é apoiar o trabalho do ventrículo esquerdo e a movimentação da corrente sangüínea. A conexão com o coração é feita através de um tubo de três metros de extensão, que parte de uma simples pasta contendo a bomba propulsora, alimentada por baterias, e seu diafragma, o que também assegura ampla liberdade de movimentos ao paciente. Duas válvulas de ida e volta completam o sistema e permitem o fluxo constante do sangue. Com um peso de nove quilos, o conjunto externo tem o tamanho de uma pasta comum de documentos, podendo ser carregado a tiracolo pelo paciente.



Eliminando os coágulos

A grande missão do HeartMate, segundo o Instituto de Spokane, é permitir que um coração extremamente debilitado possa seguir trabalhando com a colaboração da bomba artificial. O sistema também tem se mostrado útil para a redução dos riscos de um derrame ou a formação de coágulos capazes de produzir uma parada cardíaca. Os pacientes costumam ficar livres de outras drogas que não seja uma dose diária de 325 mg de aspirina.

Antes de ser licenciado para uso experimental pelo FDA, o coração portátil foi avaliado durante mais de dois anos em pacientes terminais. De um total de 14 enfermos, quatro ainda utilizam o sistema, sete puderam se fortalecer para receber transplantes e três tiveram o HeartMate removido, já que lograram recuperar-se plenamente, sem necessidade de outra cirurgia. Nenhum óbito foi registrado no período experimental.

Os materiais utilizados no coração artificial portátil, particularmente o diafragma, foram continuamente testados em laboratório por mais de seis anos, sem que evidenciassem qualquer problema. As válvulas são do mesmo tipo das utilizadas nas cirurgias convencionais do coração e têm uma avaliação positiva de mais de 12 anos.

Vantagens e desvantagens

Os criadores do coração portátil admitem que a implantação do sistema traz os mesmos riscos de uma cirurgia de coração, já que é realizada com anestesia local. O que também pode significar a ocorrência de infecções hospitalares, tromboses etc.

Outro problema poderia ser gerado pela própria máquina, que não é imune a falhas ou defeitos. Mas os componentes externos, os mais vulneráveis, podem ser substituídos sem a realização de cirurgias.

Quanto às desvantagens, os autores do HeartPac I reconhecem o desconforto da permanente companhia da pasta contendo o sistema, além da tubulação e o fato de as baterias necessitarem de permanente renovação.

Mas as vantagens para quem está freqüentemente imobilizado numa cama, respirando com dificuldade, cansando-se ante qualquer esforço, por mínimo que seja, e principalmente ante a iminência de morte súbita, superam as desvantagens. Assim, o incremento da corrente sangüínea determinada pelo aparelho oferece mais vida e mais qualidade de vida ao paciente, além de fortalecê-lo para enfrentar um futuro transplante.

Contudo, os mais significativos resultados dessa experiência talvez estejam na enorme e variada quantidade de elementos novos que vão surgindo ao longo do tempo. De fato, no início dos anos 90, o sistema, então de grandes dimensões, estava disponível apenas nos hospitais. Agora, evoluiu para ser usado externamente e tem uma forma portátil. Diz um dos médicos:

"No futuro, poderemos reduzir ainda mais as dimensões do coração portátil externo. Aí está o exemplo do GPS, que ao surgir era enorme e com peso considerável. Hoje, tem o tamanho de um maço de cigarros. A mesma coisa acontecerá com o coração portátil. Talvez em breve possamos chegar lá."

MARIINHA MACHADO

A explosão da economia digital

O Brasil continua ampliando sua economia digital e dominando o mercado latino-americano da Internet, com mais de 60% de todos os internautas da região. E as perspectivas de crescimento são exponenciais, quando se considera o avanço da indústria digital em todo o mundo. Atualmente, a tecnologia da informação está presente em 85% do setor de telecomunicações, 79% no de rádio e TV, 58% nos serviços de saúde e 50% no setor de negócios.

A produção de computadores, *software* e serviços vem tendo papel importante no desenvolvimento da economia de muitos países. Apenas nos Estados Unidos, teria representado nos últimos anos uma fatia de 35% no total do crescimento econômico. O setor também vem impulsionando de forma extraordinária os ganhos de produtividade dos trabalhadores. E seu avanço vai determinar que após o ano 2000 quase a metade da força de trabalho norte-americana esteja empregada pelos setores que utilizam intensivamente as novas tecnologias da informação e seus serviços.

Contudo, a grande contribuição da também chamada "economia digital" talvez esteja mesmo no *front* da inflação. Pesquisas recentes mostraram que entre 1996 e 1997 a redução nos preços da indústria digital serviu para determinar uma queda de 0,7% nos índices inflacionários dos Estados Unidos.

ANTECIPANDO OS TERREMOTOS? DO LATIDO DOS CÃES AO GPS

Os terremotos mataram cerca de 1 milhão de pessoas ao longo do século XX. Mas outros 10 milhões deverão perecer no próximo, segundo a previsão do dr. Klaus Jacob, professor de ciência sísmica:

"É inevitável" — diz ele. — "A população mundial vem crescendo, as megacidades continuam surgindo e mais e mais arranha-céus desafiam a força dos tremores. A economia de materiais de construção mais robustos e resistentes é um novo complicador. Assim, não poderemos evitar desastres de proporções bíblicas."

Tudo isso com inexoráveis repercussões sobre o desenvolvimento mundial. Um catastrófico terremoto em Tóquio, onde vivem cerca de 10 milhões de pessoas, e ademais se concentra boa parte da produção japonesa, sem dúvida afetará tanto os países ricos como a economia dos países pobres. Como enfrentar esse desafio? Estudos estão sendo acelerados nos Estados Unidos, que possuem a vasta extensão da Califórnia perigosamente vulnerável aos terremotos, como também nas Nações Unidas. Mas as melhores esperanças estão postas na tecnologia do Global Position Sistem, o popular GPS.

Nesse sentido, um projeto norte-americano está utilizando as taxas de deformação dos sinais emitidos pelos satélites do GPS como base para calcular a probabilidade de riscos sísmicos em determinadas regiões, como na área de Los Angeles. Já é sabido que os abalos sísmicos provocam alterações no campo gravitacional, até mesmo antes de acontecer o terremoto. Assim, o GPS poderá detectar a ocorrência do fenômeno com algumas horas de antecedência. Até aqui, a crendice popular imaginava que determinados e angustiantes latidos dos cães antecipariam a ocorrência dos catastróficos terremotos, coisa que infelizmente nunca se comprovou, como verificamos no Chile, onde a terra treme diariamente.

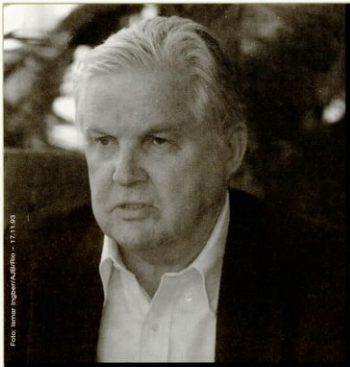


Foto: Ismar Ingber/AJB/Rio - 17/11/93

Robert Mundell *ganha o* Nobel de Economia

ROBERT MUNDELL, CANADENSE, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE COLÚMBIA, FOI PIONEIRO NA DISCUSSÃO DA UNIFICAÇÃO MONETÁRIA, QUE CULMINARIA COM A CRIAÇÃO DA MOEDA ÚNICA EUROPÉIA.

O canadense Robert A. Mundell, 67 anos, professor da Universidade de Colúmbia, foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia de 1999 pela Academia Real de Ciências da Suécia. Segundo o comunicado oficial, Mundell recebeu o Nobel "por sua visão das políticas monetária e fiscal sob diferentes regimes cambiais e pela análise das áreas monetárias 'ótimas'".

De fato, coube ao economista discutir, há mais de 30 anos, a questão da unificação monetária, num tempo em que as taxas de câmbio eram fixas e os bancos centrais viam-se obrigados a usar seus recursos para manter níveis de equilíbrio com outras moedas. Esse sistema começou a mostrar-se obsoleto no início dos anos 70, culminando hoje com taxas de câmbio quase totalmente livres e flutuantes. Daí que sua obra assuma fundamental importância no momento em que os fluxos de capital não têm barreiras. O comunicado da Academia destaca que Mundell "escolheu problemas que discutiu com precisão incomum, quase profética, para predizer o perfil futuro dos mercados internacionais de capital". Criaria, assim, o fundamento intelectual do movimento que culminaria com a criação do euro, moeda única da comunidade européia.

Robert A. Mundell obteve seu doutorado no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, com uma tese sobre o movimento internacional de capitais. Sua carreira acadêmica teve início na Universidade de Chicago, da qual se desligaria nos anos 80, passando a trabalhar em Colúmbia, Nova York.

Trinta anos do Nobel de Economia

Paul Samuelson, Ragnar Frisch e Jan Tinbergen estavam entre os primeiros economistas laureados pelo Prêmio Nobel, quando de sua criação, há 30 anos, pela Academia Real de Ciências da Suécia. Desde então, a relação de laureados com o prêmio é a seguinte:

1969 – Ragnar Frisch (Noruega) e Jan Tinbergen (Países Baixos), pelo desenvolvimento e aplicação de modelos dinâmicos à análise dos processos econômicos.

1970 – Paul Samuelson (Estados Unidos), pelo desenvolvimento da estática e dinâmica econômicas e por sua contribuição para elevar o nível da análise na ciência econômica.

1971 – Simon Kuznets, norte-americano de origem ucraniana, pela fundamentação empírica de sua análise do crescimento econômico, que levou a um conhecimento mais profundo das estruturas econômica e social do processo de desenvolvimento.

1972 – *Sir* John Hicks (Grã-Bretanha) e Kenneth J. Arrow (Estados Unidos), por suas importantes contribuições à teoria geral do equilíbrio econômico e à teoria do bem-estar.

1973 – Wassily Leontieff, russo nacionalizado norte-americano, pelo desenvolvimento do método *input-output* e sua aplicação aos problemas econômicos.

1974 – Gunnar Myrdal (Suécia) e Friedrich A. von Hayek (inglês de origem austríaca), pelo seu trabalho pioneiro na teoria dos ciclos econômico e monetário e por sua análise da interdependência dos fenômenos econômico, social e institucional.

1975 – Leonid V. Kantorovitch (URSS) e Tjalling C. Koopmans, norte-americano de origem neerlandesa, por suas contribuições à teoria da alocação ótima de recursos.

1976 – Milton Friedman (Estados Unidos), por seus estudos no campo das análises do consumo, da teoria e da história monetárias e pela sua demonstração da complexidade das políticas de estabilização.

1977 – James E. Meade (Grã-Bretanha) e Bertil Ohlin (Suécia), por suas contribuições originais às teorias do comércio internacional e do movimento internacional de capitais.

1978 – Herbert A. Simon, norte-americano, por sua pesquisa pioneira dos processos de tomada de decisão em organizações econômicas complexas.

1979 – Theodore W. Schultz, norte-americano, e *sir* Arthur Lewis, antilhano de nacionalidade britânica, por sua pesquisa original sobre o desenvolvimento econômico, com particular ênfase nos problemas dos países em desenvolvimento.

1980 – Lawrence R. Klein, norte-americano, pela criação de modelos econométricos e sua aplicação à análise do ciclo econômico e políticas econômicas.

1981 – James Tobin, norte-americano, por sua análise dos mercados financeiros e suas relações com as decisões de despesa, emprego, produção e preços.

1982 – George J. Stigler, norte-americano, pelos seus estudos sobre as estruturas industriais, o funcionamento de mercados e as causas e efeitos da regulamentação pública.

1983 – Gerard Debreu, francês naturalizado norte-americano, por haver incorporado novos métodos analíticos à teoria econômica e sua reformulação rigorosa da teoria do equilíbrio geral.

1984 – *Sir* Richard Stone, inglês, pelas suas contribuições fundamentais ao desenvolvimento de sistemas de contas nacionais, permitindo a melhoria das bases empíricas da análise econômica.

1985 – Franco Modigliani (italiano naturalizado norte-americano), por sua análise pioneira da poupança e dos mercados financeiros.

1986 – James M. Buchanan, norte-americano, pelo desenvolvimento das bases contratual e constitucional da teoria econômica e do processo político de tomada de decisão.

1987 – Robert M. Solow, norte-americano, pela sua contribuição à teoria do crescimento econômico.

1988 – Maurice Allais, francês, pela suas contribuições pioneiras à teoria dos mercados e à utilização eficaz de recursos.

1989 – Trygve Haavelmo, norueguês, por sua contribuição aos fundamentos probabilísticos da econometria e sua análise de sistemas simultâneos.

1990 – Harry M. Markowitz, Merton M. Miller e William F. Sharpe, norte-americanos, pelo trabalho pioneiro sobre a teoria dos mercados financeiros.

1991 – Ronald H. Coase, inglês, por sua descoberta da importância dos custos de transação e dos direitos de propriedade para a estrutura institucional e o funcionamento da economia.

1992 – Gary S. Becker, norte-americano, por sua contribuição à teoria do capital humano e à aplicação da análise microeconômica a uma enorme variedade de comportamentos humanos.

1993 – Douglass C. North e Robert W. Fogel, norte-americanos, pioneiros da "cliometria", método que combina análise das teorias, sistemas quantitativos, hipóteses e técnicas tradicionais, para explicar o avanço ou o retrocesso econômico.

1994 – John C. Harsanyi e John F. Nash, americanos, e Reinhard Selten, alemão, por sua análise pioneira do equilíbrio na teoria de jogos não-cooperativos que, como o xadrez, ajudam a compreender melhor complexos temas econômicos.

1995 – Robert E. Lucas, norte-americano, pelo desenvolvimento e aplicação da hipótese de expectativas racionais na economia, transformando a análise econômica e a visão da política econômica.

1996 – James A. Mirrlees (inglês) e William Vickrey (canadense), por suas contribuições fundamentais à teoria econômica dos incentivos sob informação assimétrica.

1997 – Robert C. Merton e Myron S. Scholes (norte-americanos), pelo desenvolvimento, junto com Fischer Black, falecido em 1995, de novos métodos de determinação do valor de derivativos financeiros.

1998 – Amartya Sen (Índia), pelas suas contribuições à economia do bem-estar, que permitiu melhor compreensão dos mecanismos econômicos que provocam a fome e a pobreza.

A nova aldeia global

Friedman, Thomas L. *O lexus e a oliveira*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1999, 472p.



Para Thomas Friedman, a globalização constitui o grande tema de discussão hoje. Entendê-la é compreender o novo sistema internacional que vai surgindo aos nossos olhos não como uma simples tendência de vida efêmera, mas como algo duradouro que veio para substituir o finado sistema da Guerra Fria. O autor sustenta que a globalização significa principalmente a integração do capital, da tecnologia e da informação além das fronteiras nacionais, de uma forma que vem dando origem a um mercado mundial único ou, até certo ponto, a uma aldeia global. E analisa as reações dos que se opõem a ela e a posição dos que se dispõem a preservar o equilíbrio do sistema.

A ciência do consumo

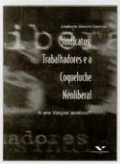
Underhill, Paco. *Vamos às compras*. Rio de Janeiro, Campus, 1999, 232p.



Considerado um dos fundadores da ciência do consumo, Paco Underhill, partindo do que pôde observar durante longo tempo no interior das lojas, dispõe-se a interpretar o comportamento do consumidor moderno. O autor e seus auxiliares acompanharam a atuação dos consumidores ao longo de anos e filmaram seus passos durante cerca de 20 mil horas. Assim, puderam concluir como as mulheres que trabalham fora alteraram a disposição dos supermercados e como se comportam os homens que tentam comprar presentes em lojas de *lingerie*. Enfim, cada vez mais esclarecido e exigente, o consumidor está mudando de comportamento, conclui o autor.

A era Vargas acabou?

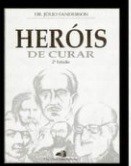
Cardoso, Adalberto M. *Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getulio Vargas, 1999, 200p.



A necessidade de ampla reforma nas relações de trabalho e na estrutura sindical permanece como importante desafio ao país. Para entender a questão, o autor busca esclarecer algumas dúvidas que se encontram atrás das idéias de flexibilização do mercado de trabalho, salientando o esboço de uma reforma que interesse à maioria da população assalariada. Para ele, é possível flexibilizar sem desregulamentar inteiramente. Como é igualmente viável a manutenção do Estado como agente nas relações de classe sem que isso implique tutela do mundo sindical.

A guerra, o soldado e o médico

Sanderson, Júlio. *Heróis de curar*. Rio de Janeiro, Léo Christiano, 1999, 126p.



Ex-secretário de Saúde carioca, professor da Faculdade de Medicina e integrante de uma equipe médica que transformou o abandonado Hospital Pedro Ernesto e seus 6 quilômetros de corredores desertos no centro de referência que mais tarde seria o Hospital de Clínicas da Uerj, o dr. Júlio Sanderson nos surpreende com uma pergunta de enorme transcendência: por que são heróis e recebem as condecorações os soldados que matam? E por que não são heróis e nem recebem condecorações os médicos que salvam?

Em seu livro, o dr. Sanderson parte do exemplo do dr. Sasaki, o primeiro médico japonês que acudiu as vítimas da radiação provocada pela bomba atômica lançada em Hiroshima. Em 1945, Sasaki não hesitou um instante em expor-se ao inferno atômico para ajudar os feridos, mas, apesar de tudo, não foi condecorado nem é considerado um herói. Bem ao contrário, o piloto norte-americano que despejou a bomba atômica é permanentemente lembrado como herói e tem seu paletó coberto de medalhas.

O livro do dr. Sanderson, que é também uma emocionante defesa do médico-sacerdote, em oposição ao médico mercantilista e ao médico-funcionário — o burocrata que não hesita em faltar a um plantão domingueiro —, vale essencialmente pela profunda reflexão sobre o trágico paradoxo de nosso tempo, que é a valorização do herói de matar. Todos conhecemos Napoleão Bonaparte e suas matanças. Mas quantos sabem quem foi Salvino D'Armato, que por volta de 1317, em Florença, inventou os óculos? Ou quem era William Morton, que na cidade de Boston, em 1846, criou a anestesia? Sasaki, D'Armato e Morton eram *apenas* heróis de curar.

A Declaração de Direitos 51 anos depois

Lima, Alceu Amoroso. *Os direitos do homem e o homem sem direitos*. Rio de Janeiro, Educam-Vozes, 1999, 217p.



Neste livro, Alceu Amoroso Lima comenta cada um dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um ano após a Declaração ter completado seu 25º aniversário, em 1973. A análise é feita à luz dos ensinamentos das encíclicas sociais do papa João XXIII, do pensamento de Jacques Maritain, André Malraux, Chesterton e Teilhard de Chardin e da história da formação jurídica dos direitos.

Ib Teixeira

CONJUNTURA ECONÔMICA 52 ANOS

Previdência, um déficit histórico

Há mais de meio século, Conjuntura Econômica revelava os riscos da dívida do governo com a previdência, fato que estava desequilibrando perigosamente o sistema de seguro social. Na área privada, destacava-se o avanço dos seguros de automóveis e aviões.

Em novembro de 1949, a revista do Instituto Brasileiro de Economia divulgava estudo especial sobre os custos e benefícios da previdência ao longo do período 1938-1948. Por essa época, o sistema previdenciário estava descentralizado e cinco grandes institutos absorviam boa parte dos contribuintes. Eram o IAPI (industriários), IAPC (comerciários), IAPM (marítimos), IAPTec (empregados em transportes e cargas) e o Ipase (funcionários públicos). Existiam também três dezenas de caixas. Por volta de 1947, o total de segurados da previdência oficial chegava aos 2,9 milhões.

A pesquisa de *Conjuntura* informava sobre a crescente participação da população ativa urbana no sistema previdenciário, o que estava determinando importante aumento das contribuições desde o início do período considerado (1938). Para isso estavam favorecendo a crescente estatização da previdência e seu caráter compulsório.

Velhos problemas, velhas advertências

Mas, apesar da enorme expansão da previdência estatal, problemas importantes estavam surgindo. Nesse sentido, a pesquisa do IBRE-FGV, divulgada há



mais de meio século, constituía importante advertência aos responsáveis pelo sistema. O primeiro desses sinais de alerta dizia respeito ao descompasso que estava surgindo entre as contribuições dos empregados e o valor dos benefícios comprometidos.

Embora as contribuições tenham crescido de Cr$900 milhões em 1938 para Cr$6,5 bilhões em 1948 e no mesmo período os benefícios avançassem de Cr$200 milhões (1938) para Cr$2 bilhões (1948), os índices da época já mostravam importante vulnerabilidade do modelo brasileiro. De fato, para um índice 100 em 1943, o índice dos benefícios chegava em 1948 a 317, ao passo que o das contribuições estacionava em 300.

A desvalorização monetária no período também revelava algumas distorções. Apesar de não haver sequer duplicado, no decênio 1938-1948, o número de segurados ativos nos diversos institutos, as contribuições atingiram, em 1948, um total equivalente a 4,4 vezes a quantia empregada para essa forma de previdência em 1938. Conseqüência direta da redução do poder aquisitivo da moeda e, portanto, do acréscimo dos salários, cujo nível determinava as contribuições compulsórias.

A dívida da União

Segundo a pesquisa da revista *Conjuntura Econômica*, ao governo federal cabia importante parcela dos fatores que desequilibravam o sistema. Um deles estava na crescente dívida da União com a previdência. Realmente, em fins de 1948, o débito do governo já ultrapassava os Cr$3,9 bilhões. Ou seja, bem mais da metade do total das contribuições contabilizadas em 1948.

Publicidade

Rio de Janeiro:
Triunvirato Comunicação Ltda.
MILLA DE SOUZA
Tel.: (021) 533-3121

São Paulo:
Mix Mídia Comunicações Ltda.
NILSON TRIVELLI
Rua da Consolação, 3.064 – 241-C
CEP 01416-000
Tel.: (011) 3061-9754
Fax: (011) 3063-2126
E-mail: mixmidia@uol.com.br

Brasília:
Letra & Arte Com. Repres. Ltda.
JOAQUIM BARRONCAS
SHIN – QI 8, CJ 3, CASA 17
Lago Norte
CEP 71520-230
Tel.: (061) 226-5326
Fax: (061) 273-4780.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Para os analistas, tal situação oferecia sérios desafios, uma vez que o plano de seguro social praticado no Brasil admitia a distribuição do ônus em partes iguais entre os empregados, empregadores e a União. E acrescentava a revista da FGV nesse final dos anos 40:

"A falta dos juros capitalizados poderá, com o tempo, dificultar seriamente a liquidação dos compromissos assumidos, salvo se valorizações extraordinárias de bens patrimoniais ou outros fatores compensarem tal deficiência."

Mais estatização e mais incêndios

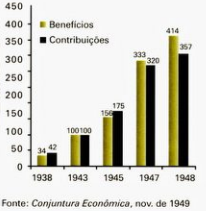
Conjuntura anunciava que dentro em breve os institutos de aposentadorias e pensões iniciariam operações na carteira de acidentes de trabalho, devendo as empresas privadas cessarem suas atividades nesse campo. Segundo *Conjuntura*, em 1948 os prêmios recebidos pelas companhias privadas chegaram a Cr$389 milhões e as indenizações pagas, a apenas Cr$160 milhões. Acrescentava a pesquisa:

"O coeficiente indenizações/prêmios traduz os efeitos das condições gerais existentes, pois, de 48% em 1935/39 (pré-guerra), cresceu a mais de 50% nos anos 1940/44 (guerra) para baixar a quase 42% em 1945/49 (após-guerra)."

Na mesma edição, o mensário da FGV analisava o setor da previdência facultativa em seus três ramos: seguros de vida, contra incêndios e de transportes. Em função do tipo de imóveis existente no período 1938-1948, o segundo mais importante ramo era o relacionado com os incêndios. As casas sem a cobertura das lajes de concreto, em função do alto preço do cimento e sua substituição pelos tetos de madeira, eram bastante vulneráveis à combustão. Desse modo, os benefícios pagos haviam subido dos Cr$36 milhões (1938) para os Cr$121 milhões no final do decênio, bem mais que o valor dos prêmios.

Outros dois ramos estavam em ascensão. O seguro de automóveis, cujos prêmios subiram de Cr$9 milhões para Cr$90 milhões no decênio, e o relacionado com as indenizações por conceito de desastres e outras causas com os aviões. Apenas no período 1945-1948, as contribuições haviam crescido de Cr$16 milhões para Cr$34 milhões. Quanto aos automóveis, dizia *Conjuntura Econômica*:

Ascensão e queda da previdência
Valor das contribuições e benefícios (em Cr$)



Fonte: *Conjuntura Econômica*, nov. de 1949

"O grande aumento de veículos automóveis, quer de passageiros, quer de carga, determinou um acréscimo dos prêmios de seguros, de 8,8 milhões de cruzeiros em 1938 para 90,5 milhões em 1948. A elevada freqüência de indenizações, somente neste último ano, caracteriza o ramo como o mais atrativo para os segurados do que para os seguradores."

Fenômeno, aliás, que perduraria até hoje. Finalmente, ao analisar o seguro no setor da aviação, nossa revista acrescentava:

"A vastidão do território brasileiro e o progresso técnico da aviação comercial constituíram as razões determinantes do apreciável desenvolvimento do seguro aeronáutico, seja em relação a pessoas, aos bens transportados, ou ao próprio material de aviação empregado."

Até fins de 1948, o valor das indenizações pagas ao setor aeronáutico havia chegado a Cr$65 milhões. Mas o primeiro ramo das seguradoras era mesmo o de vida, cujos prêmios haviam crescido de Cr$127 milhões (1938) para Cr$769 milhões (1948). Isso, porém, representava menos de 1% da população brasileira protegida pelos seguros.

Seminário

CONJUNTURA ECONÔMICA



O evento promovido pela mais tradicional revista de economia do Brasil, da Fundação Getulio Vargas. Venha participar do e assistir ao mais importante encontro nacional de economistas especializados na projeção de cenários. Uma visão independente, técnica, desenvolvida no IBRE, o centro do pensar macroeconômico brasileiro por excelência.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA
PUBLICAÇÕES · PESQUISAS · PROJETOS

Apoio

JORNAL DO BRASIL

AGROANALYSIS

Coordenação: *Professor Istvan Karoly Kasznar*

DATA, LOCAL E INFORMAÇÕES
6 de dezembro, no auditório da FGV, Rio de Janeiro

Coordenadoria de Projetos do IBRE/FGV
Praia de Botafogo 190, sala 932
www.fgv.br • istvan@fgv.br • pires@fgv.br
TEL: 21-559-5562 • FAX: 21-551-4549 • (PABX) 21-559-600

Programa

O choque cambial e a realimentação inflacionária • O déficit público crescente e o giro da dívida mobiliária • As taxas de crescimento econômico • Estabilizar como, face aos paradoxos macroeconômicos • Políticas, governabilidade, Legislativo • Cenários do IBRE/FGV: as metas do governo e sua factibilidade real • Perspectivas das principais macrovariáveis: rotas otimistas, realistas e pessimistas • O desafio do desenvolvimento econômico. Evolução dos principais setores • A cadeia de produção • Tendências do custo-Brasil • As atividades dos governos federal, estaduais e municipais • O balanço de pagamento e acordos com FMI.

Antonio Carlos Pôrto Gonçalves
Diretor do IBRE

Roberto Fendt
Redator-Chefe de Conjuntura Econômica

Renê Garcia
Coordenador de Projetos do IBRE/FGV

CONJUNTURA ECONÔMICA

O ESTADO *da* ECONOMIA *e suas* PERSPECTIVAS

VIRENE ROXO MATESCO
& TATIANA DEANE

EM OUTUBRO, A BOA NOTÍCIA NO *FRONT* EXTERNO FICOU POR conta da baixa variação (de 0,4%) do índice de preços ao consumidor norte-americano. Assim, parece provável, por ora, a manutenção da atual taxa de juros praticada pelo Federal Reserve Bank (o banco central dos Estados Unidos). Todavia, essa notícia trouxe, relativamente, pouco alívio sobre a alta expressiva da taxa de câmbio no Brasil, como resultado do pagamento de compromissos externos no valor de quase US$3,5 bilhões, vencidos ao longo do mês.

No *front* interno, a notícia mais auspiciosa foi a adoção de algumas medidas pelo Banco Central para reduzir as taxas de juros praticadas no mercado brasileiro, uma vez que a taxa básica de juros (Selic) permaneceu inalterada em 19% ao ano. Dentre as medidas, destacam-se a redução do imposto sobre operações financeiras de 6% para 1,5% e a redução, de 10% para zero, das exigências de recolhimento compulsório sobre os depósitos a prazo. Tais medidas deverão causar resultados favoráveis nas vendas pelo crediário no comércio varejista. As principais informações sobre o recente desempenho da economia podem ser acompanhadas a seguir:

✔ Os índices de preços ao consumidor em setembro tiveram poucas oscilações em relação ao mês anterior. O IGP-DI (FGV) registrou alta de 0,02 ponto percentual em relação ao de agosto. No ano, o índice acumula variação de 13,45%. O IPCA (IBGE), por sua vez, apresentou elevação de apenas 0,31%, resultado esse 0,25 ponto percentual inferior ao do mês anterior, e a variação acumulada no ano é de 6,01%. Apesar das baixas variações nos índices de preços ao consumidor, o IPA-10 (FGV), que registrou variação de 2,32% nos 10 primeiros dias de outubro e acumula no ano variação acima de 19%, parece apontar para um possível risco de *contaminação* dos demais preços da economia, caso as fontes de pressão sobre os crescentes custos nas empresas (maxidesvalorização e reajustes dos serviços públicos) não arrefeçam nos próximos meses.

✔ A produção física industrial, em agosto, voltou a mostrar resultados negativos, influenciada pelo mau desempenho da indústria de transformação, cuja produção física sofreu queda de 2,9% em relação ao mesmo mês do ano anterior e de 4,4% na variação do acumulado entre janeiro e agosto deste ano em relação ao mesmo período de 1998. Os segmentos de bens de capital e de consumo duráveis apresentaram taxas negativas de 13,2% e 15,5%, respectivamente, nos oito primeiros meses deste ano em relação aos do ano passado. A indústria extrativa mineral continua, isoladamente, registrando elevados níveis de desempenho. Em agosto, a taxa de crescimento da produção física foi de 6,4% em comparação com a de igual mês de 1998.

✔ O superávit primário (fiscal) consolidado das contas do setor público atingiu em agosto R$4,8 bilhões, acumulando no ano saldo de R$25,2 bilhões (ou 3,9% do PIB). Desse montante, R$23,6 bilhões foram de responsabilidade do governo central (governo federal, Banco Central e empresas estatais federais). O restante (R$1,6 bilhão) foi de responsabilidade dos governos regionais e de suas empresas. As despesas com juros nominais cresceram 53% em relação a julho, passando para R$14,9 bilhões. No conceito nominal, as necessidades de financiamento do setor público atingiram R$10,1 bilhões pelo critério de competência. Já pelo critério de caixa, caíram bastante, passando para R$3,4 bilhões. A dívida líquida do setor público alcançou R$511,1 bilhões (50,5% do PIB), mais que os R$495,3 bilhões registrados em julho.

✔ A base monetária restrita, considerado o critério de média dos saldos diários, alcançou em setembro R$39 bilhões, cifra essa praticamente igual à de agosto, mas 12,8% maior em relação a setembro de 1998. Entre seus componentes, o saldo do papel-moeda emitido variou 0,3% (R$21,1 bilhões) e o das reservas bancárias apresentou contração de 0,4% (R$17,9 bilhões). No tocante às fontes de emissão de moeda, o conjunto de operações com o sistema financeiro foi expansionista em R$495 milhões. Isso se deveu às restituições de depósitos compulsórios às instituições financeiras, expansionistas em R$528 milhões, especialmente as devoluções de recolhimentos compulsórios relativos à insuficiência de destinação de crédito ao setor rural, de R$180 milhões, e as referentes aos depósitos obrigatórios do sistema brasileiro de poupança e empréstimo, de R$394 milhões.

✔ As operações com títulos públicos federais, em setembro, foram expansionistas em R$4,5 bilhões, enquanto as de agosto haviam sido bem contracionistas, em R$4,1 bilhões. No mercado primário houve resgate líquido de títulos, o que implicou expansão de R$5,3 bilhões. No secundário, as operações com títulos foram contracionistas em R$806 milhões, enquanto no extramercado houve colocação de R$15 milhões.

✔ As metas negociadas com o Fundo Monetário Internacional, no que tange aos tetos para o crédito doméstico líquido, medido pela diferença entre a base monetária e as reservas internacionais líquidas, foram alcançadas. Esse valor situou-se abaixo do teto firmado em abril (R$1,3 bilhão), em junho (R$8,5 bilhões) e em setembro (R$2,6 bilhões).

✔ O saldo dos meios de pagamentos (M1) apresentou redução de 1%, totalizando em setembro R$47,6 bilhões. Em relação a setembro do ano passado, houve crescimento de 9,5%. Pelo conceito ampliado de moeda (M4), ou poupança financeira, o saldo de R$519,1 bilhões foi expansionista em 1%, atingindo elevada relação com o PIB (51%).

✔ Em setembro, o saldo final do balanço de pagamentos foi positivo em US$529 milhões. O déficit em transações correntes, de US$1,2 bilhão, foi bem inferior ao alcançado no mesmo mês de 1998, quando esse montante foi de US$4,9 bilhões. Com isso, o déficit acumulado em 12 meses como proporção do PIB foi de 4,69%. A melhora do saldo em transações correntes decorre da *perfomance* da balança comercial, que apresentou pequeno déficit de US$67 milhões, e da reversão dos fluxos referentes a lucros e dividendos. Houve registro líquido positivo nesse item da conta de serviços de quase US$60 milhões. Tal reversão, pouco comum, se deve à repatriação de lucros auferidos por subsidiárias de instituições nacionais em operação no exterior. Ademais, as remessas totais de lucros e dividendos caíram tanto no que se refere aos lucros de subsidiárias e de filiais (US$36 milhões), quanto a dividendos e bonificações (US$235 milhões). Outro ponto favorável foi a queda no pagamento líquido de juros em mais de 7%, como resultado da redução das despesas (US$205 milhões) *vis-à-vis* as receitas (US$110 milhões).

✔ Dentre os fluxos de capital, os investimentos diretos se destacaram, apresentando ingresso líquido de US$2,7 bilhões em setembro (sem relação com privatização). No ano, tais investimentos já totalizam US$23,8 bilhões. Em relação aos empréstimos e financiamento de médio e longo prazos, houve ingresso líquido de US$142 milhões, o que reverteu a perda registrada em agosto. Quanto aos capitais de curto prazo, ocorreram saídas líquidas de US$1,3 bilhão, resultado 72% superior ao de agosto.

✔ Em setembro, o resultado das necessidades de financiamento externo, medido pelo somatório do saldo em transações correntes e do fluxo de investimentos diretos estrangeiros, foi bem favorável. Os investimentos cobriram o déficit em transações correntes em mais de US$340 milhões. Esse valor acumulado nos últimos 12 meses foi de US$2,7 bilhões, ou 0,45% do PIB.

✔ As reservas internacionais nos conceitos de caixa e de liquidez alcançaram, em setembro, US$41,9 bilhões e US$42,6 bilhões, respectivamente. Esses números representam acréscimos de US$817 milhões e US$644 milhões em relação às posições de agosto, decorrentes, principalmente, dos lançamentos de Bônus República Euro 2004, com captação equivalente a US$532 milhões.

✔ A dívida externa total, que já vinha apresentando poucas alterações, registrou em agosto redução de US$586 milhões em relação a julho. Essa redução se deveu basicamente à dívida do setor privado. As oscilações na dívida pública refletem os fluxos relativos ao programa de assistência financeira ao país, cujas obrigações foram de US$17,7 bilhões. O restante, quase US$82 bilhões, permaneceu estável em relação ao resultado de dezembro do ano passado.

macro@fgv.br

ASSINE.



Agora com novas e revisadas séries na seção Conjuntura Estatística!

Assinatura anual: R$ 80
Assinatura estudantes: R$ 64

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE

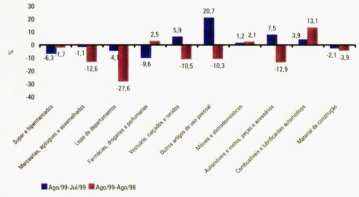
0800-21-7777

Fax: (0xx21) 559-5541

ATIVIDADE ECONÔMICA: CONJUNTURA

- *Os resultados de agosto mostram que o comércio varejista do Rio de Janeiro se encontra, de modo geral, desaquecido. Por atividade de comércio, apenas combustíveis e lubrificantes automotivos e móveis e eletrodomésticos mostraram melhora de faturamento real, tanto em relação a julho deste ano quanto em relação a agosto do ano passado.*
- *A possibilidade de queda dos juros no mercado, decorrente do pacote de medidas anunciadas pelo governo, deverá reverter o atual quadro negativo do faturamento do comércio varejista.*

Faturamento real* do comércio varejista do Rio de Janeiro (região metropolitana)



Fonte: IBGE.
(*) Deflacionado pelo IPCA da região metropolitana do Rio de Janeiro

- *O nível de emprego na indústria paulista, após ter se mantido praticamente estável em agosto, voltou a apresentar queda em setembro. Essa variação de -0,06% representa a perda absoluta de 957 postos de trabalho. No ano, a perda já atinge 56.714 postos.*
- *Também, o salário médio real da indústria continua em queda, ainda que em ritmo mais lento que em agosto. Após significativas taxas de crescimento entre outubro e dezembro de 1998, o salário industrial medido pela Fiesp despencou em janeiro, não tendo ainda apresentado efetivos sinais de recuperação.*

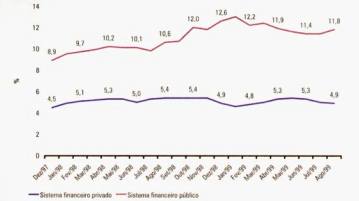
Variação do salário médio real e do nível de emprego na indústria de São Paulo



Fonte: Fiesp.

- *A taxa de inadimplência, considerada a grande responsável pelos altos juros praticados no mercado, a despeito da tendência de queda da taxa de juros básica da economia (over-Selic), pode ser medida pela razão entre os créditos em atraso e em liquidação e o total de créditos concedidos pelo sistema financeiro.*
- *Historicamente, a taxa de inadimplência com o setor público sempre foi superior à taxa de inadimplência com o setor privado. Espera-se que as medidas anunciadas pelo governo para baratear o crédito reduzam essa taxa.*

Taxa de inadimplência com o sistema financeiro nacional



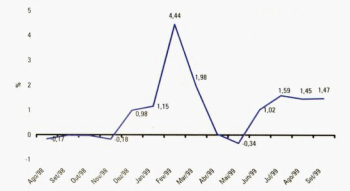
Fonte: Banco Central do Brasil

O governo anunciou medidas de barateamento do crédito, dentre elas a redução do IOF de 6% para 1,5% e o fim dos compulsórios para os depósitos a prazo. Essas medidas deverão reduzir os juros finais dos tomadores de empréstimos e das compras a prazo, uma vez que grande parte dos *spreads* praticados sobre os juros básicos se deve ao risco de inadimplência e aos custos administrativos. Assim, é esperado aumento de vendas no comércio.

ATIVIDADE ECONÔMICA: ÍNDICES DE PREÇOS

- *O IGP-DI, índice geral de preços calculado pela FGV e escolhido pelo governo como índice de preços de referência para o PPA (Plano Plurianual), ficou em setembro 0,02% superior ao de agosto.*
- *No ano, esse índice já acumula variação de 13,45% e nos últimos 12 meses, alta de 14,32%.*

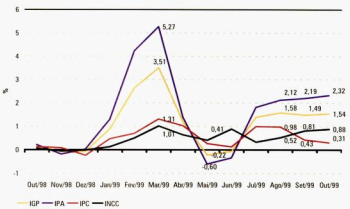
Taxa de variação: IGP-DI



Fonte: FGV/IBRE

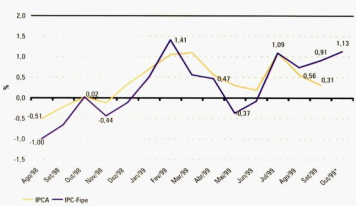
- *O IGP-10 possui a mesma composição do IGP-M ou do IGP-DI (60% pelo IPA, 30% pelo IPC e 10% pelo INCC), mas o período de coleta das informações é entre o dia 11 do mês e o dia 10 do mês seguinte. Por isso, tal índice é o primeiro a ser divulgado, e serve como prévia dos outros dois. Em setembro, enquanto o IGP-10 teve alta de 1,49%, o IGP-DI apresentou variação de 1,47%.*
- *Em outubro, o IGP-10, o IPA-10, o IPC-10 e o INCC-10 apresentaram, sucessivamente, altas de 1,54%, 2,32%, 0,31% e 0,88%.*

Taxa de variação: IGP-10



- *O IPCA apresentou alta de apenas 0,31% em setembro, resultado 0,25 ponto percentual inferior ao de agosto. No ano, a variação de preços medida pelo IPCA atinge 6,01%.*
- *O IPC da Fipe terá sua metodologia de cálculo alterada em 2000. Os pesos dos grupos de produtos serão os seguintes: alimentação, de 30,8% para 22,3%; habitação, de 26,7% para 33,2%; transportes, de 12,9% para 16,4%; despesas pessoais, de 12,5% para 12,2%; vestuário, de 8,6% para 5,2%; saúde, de 4,6% para 7%; e educação, de 3,9% para 3,7%.*

Taxa de variação: IPCA e IPC-Fipe

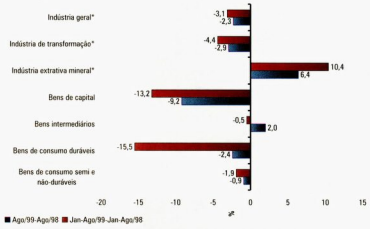


A tendência de crescimento dos índices de preços verificada em setembro e outubro é explicada pela alta do dólar e pelo impacto do atípico clima frio nos preços no atacado. Verifica-se também que, contrariando a tendência natural, está cada vez mais acentuada a diferença entre o IPA e o IPC, o que mostra que, devido à perda de poder aquisitivo, o aumento de preços no atacado não está sendo repassado aos consumidores.

NÍVEL DE ATIVIDADE

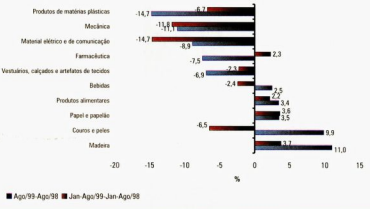
- *Novamente, a produção física da indústria apresentou resultado negativo em agosto, influenciado pelo mau desempenho da indústria de transformação. Já a indústria extrativa mineral, entre janeiro e agosto, cresceu de 10,4% em relação ao mesmo período do ano passado.*
- *Desagregando a indústria de transformação em categorias de uso, o único resultado favorável em agosto foi o de bens intermediários — e apenas em relação a agosto do ano passado. A situação da indústria de bens de capital, tendo em vista a sua importância relativa para a economia, é preocupante.*

Produção física industrial



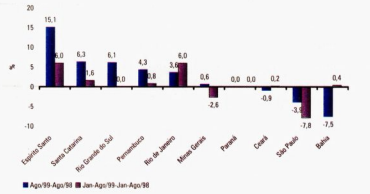
- *Desagregando a indústria de transformação por gêneros, a indústria de madeira foi a que apresentou o melhor desempenho em agosto, com crescimento da produção de cerca de 11% em relação a igual mês de 1998.*
- *Material elétrico e de comunicação e mecânica apresentaram, novamente, os piores desempenhos medidos pela variação no ano, de -14,7% e -11,8%, respectivamente.*

Produção física de gêneros selecionados da indústria de transformação*



- *A partir de agosto, o IBGE passou a divulgar também o resultado da produção física da indústria do Espírito Santo, que dentre os estados pesquisados foi o que apresentou melhor desempenho, graças aos setores exportadores da região.*
- *O desempenho da indústria paulista reflete bem a má situação da indústria brasileira de maneira geral. Mas o Rio de Janeiro, devido ao desempenho da indústria extrativa mineral, que se concentra no estado, é o que tem apresentado sucessivos resultados favoráveis.*

Produção física industrial, por estados



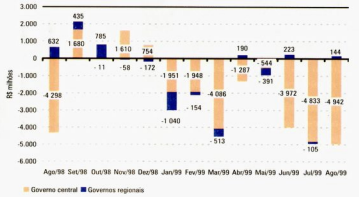
Fonte: IBGE.

A indústria brasileira permaneceu extremamente desaquecida em agosto. O resultado geral não foi pior devido, mais uma vez, ao desempenho da indústria extrativa mineral. Alguns gêneros da indústria de transformação se destacaram, entre os quais, os de madeira, papel e papelão e produtos alimentares. Dentre os estados pesquisados, destacaram-se positivamente o Espírito Santo e Santa Catarina.

SETOR GOVERNO

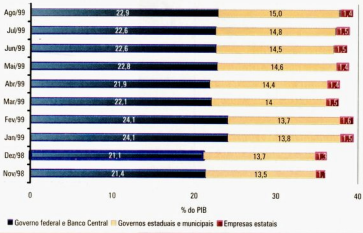
- *O resultado primário consolidado das contas públicas registrou superávit de R$4,8 bilhões em agosto. O resultado acumulado no ano apresentou um superávit de R$25,2 bilhões, ou 3,9% do PIB, sendo superior em R$4,6 bilhões ao firmado no acordo com o FMI.*
- *Desse montante, o governo central (governo federal, Banco Central e estatais federais) participou com um superávit de R$4,9 bilhões, ao passo que os governos regionais (governos estaduais e municipais e suas estatais) foram deficitários em R$144 milhões.*

Resultado primário consolidado do setor público*



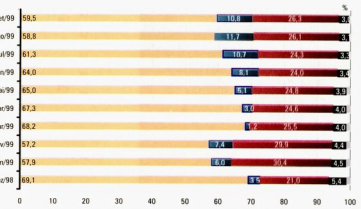
- *A dívida interna líquida do setor público atingiu R$398,1 bilhões em agosto, ou 39,3% do PIB. Esse resultado foi o superior em cerca de R$9 bilhões ao registrado em julho.*
- *O perfil da dívida, segundo a participação dos principais devedores, foi a seguinte: governo federal e Banco Central, R$231,8 bilhões, ou 58,2% do total; governos estaduais e municipais, R$151,9 bilhões, ou 38,2% do total; e empresas estatais, R$14,4 bilhões, ou 3,6% do total.*

Dívida interna líquida do setor público



- *Em setembro, a dívida mobiliária federal fora do Banco Central atingiu R$403,4 bilhões, equivalente a 39,6% do PIB, uma elevação de apenas 0,4% em relação ao mês anterior.*
- *Desde julho, observa-se o aumento da participação de papéis indexados ao câmbio no total da dívida. Por outro lado, a participação dos papéis prefixados, um bom termômetro de confiança, vinha sofrendo constantes elevações desde abril — em março esse valor havia sido de apenas 1,2% —, chegando a 11,7% em agosto e 10,8% em setembro.*

Dívida mobiliária federal participação por indexador

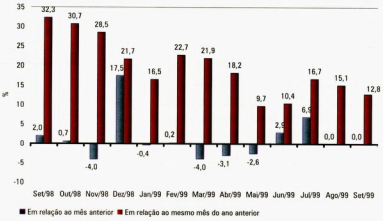


O resultado primário consolidado das contas do setor público acumulado nos últimos 12 meses terminados em agosto foi superavitário em R$20 bilhões. Até junho havia sido de R$15 bilhões e até julho, de R$19 bilhões. Esses resultados mostram a austeridade fiscal do governo. O montante totalizado em agosto, de R$4,8 bilhões, superou em R$4,6 bilhões o valor firmado no acordo com o FMI.

MOEDA E SISTEMA FINANCEIRO

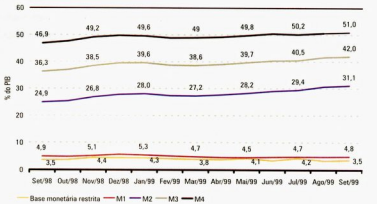
- *A base monetária restrita, composta por papel-moeda emitido e reservas bancárias, está praticamente inalterada desde julho (R$39 bilhões), considerando-se a média dos saldos nos dias úteis. Em relação a agosto, o saldo do papel-moeda emitido e o das reservas bancárias variaram, respectivamente, 0,3% e -0,4%.*
- *No entanto, em relação a setembro de 1998, o crescimento foi de cerca de 13%, sobretudo devido ao saldo médio das reservas bancárias, que passou de R$15,8 bilhões em setembro do ano passado para quase R$18 bilhões em setembro último.*

Taxa de variação da base monetária restrita*



- *Como proporção do PIB e considerando-se os saldos em final de período, a base monetária restrita e os haveres financeiros — incluindo-se nestes o M1, conceito mais restrito de moeda, e o volume de poupança financeira (M4), o conceito mais amplo — têm apresentado, de maneira geral, comportamento ascendente e estável ao longo do ano.*
- *Base monetária e M4 apresentaram, respectivamente, variações de 0,2 e 0,3 ponto percentual em setembro.*

Base monetária restrita e haveres financeiros*



- *Os indicadores comportamentais do sistema financeiro variam muito pouco ao longo do tempo, o que é de se esperar.*
- *O indicador de comportamento do público expressa o grau de liquidez que o público em geral deseja. O indicador de comportamento dos bancos mostra a sua disponibilidade para as operações bancárias e o multiplicador da base monetária, o seu grau de expansão.*

Indicadores comportamentais*



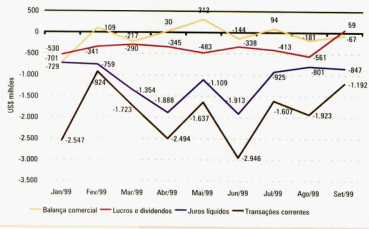
Fonte: Banco Central do Brasil.
(*) Média dos saldos nos dias úteis.

Em setembro, o país cumpriu mais uma vez a meta de crédito doméstico líquido (CDL) firmada com o FMI. O CDL, diferença entre a base monetária e as reservas internacionais líquidas, que deveria ser de R$650 milhões no mês, foi de R$3,3 bilhões, ou seja, houve uma folga de R$2,6 bilhões. O saldo médio da base monetária restrita, de pouco mais de R$39 bilhões, ficou dentro da programação monetária para o terceiro trimestre, que admitia um valor entre R$34,5 bilhões e R$40,5 bilhões.

SETOR EXTERNO

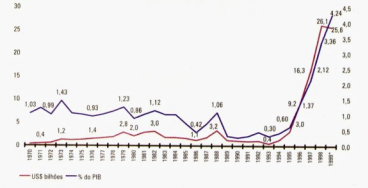
- *A balança comercial em setembro foi deficitária em apenas R$67 milhões, sendo o déficit acumulado no ano inferior em 79% ao observado no mesmo período de 1998. A remessa de lucros de subsidiárias brasileiras em atividade no exterior totalizou US$358 milhões, enquanto as subsidiárias estrangeiras que aqui operam enviaram para o exterior US$299 milhões, o que gerou um resultado de lucros e dividendos líquidos de US$59 milhões.*
- *O resultado final foi uma redução de US$731 milhões no déficit em transações correntes entre agosto e setembro.*

Balanço de pagamentos: transações correntes



- *Analisando o período de 1970 a 1999, torna-se evidente a disparada do ingresso dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil a partir do início dos anos 90.*
- *O resultado do acumulado em 12 meses até setembro gerou uma necessidade de financiamento externo de US$2,7 bilhões, ou 0,45% do PIB. Em julho, esse resultado havia sido positivo pela primeira vez desde dezembro de 1994, em 0,07% do PIB.*

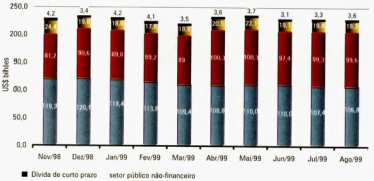
Evolução do investimento direto estrangeiro bruto — 1970-1999



Fonte: Banco Central do Brasil
(*) Posição do acumulado em 12 meses até setembro

- *A dívida externa sofreu queda de US$586 milhões entre julho e agosto, totalizando US$206,4 bilhões. Pouco mais de 17% da dívida de médio e longo prazos do setor público não-financeiro em agosto, ou US$ 17,7 bilhões, referiram-se ao programa de assistência financeira ao país.*
- *O perfil da dívida pouco foi alterado: a de médio e longo prazos dos setores privados e público não-financeiro manteve-se em 90% da dívida externa total (47% e 43% cada um, respectivamente, entre agosto e setembro). A dívida de curto prazo do setor privado sofreu queda de 1%, passando para 8% da dívida total.*

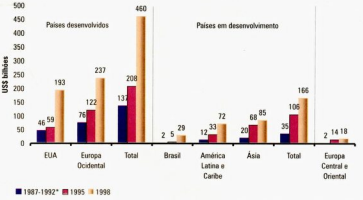
Dívida externa total por prazos e devedores



Em setembro, o saldo de transações correntes apresentou o melhor desempenho desde maio de 1997, com déficit de US$28,3 bilhões, ou 4,69% do PIB. Também pela primeira vez desde o início dos anos 90, a conta lucros e dividendos foi positiva, como decorrência da repatriação de lucros auferidos por subsidiárias de empresa brasileiras operando no exterior. A *performance* dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos contribuiu decisivamente para o resultado positivo de US$2,7 bilhões da necessidade de financiamento externo.

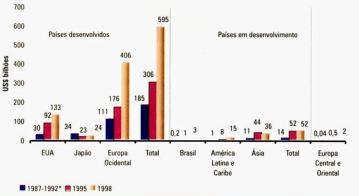
- *Os investimentos diretos estrangeiros ingressos no mundo alcançaram US$643,8 bilhões em 1998. Um acréscimo de 38,7% em relação a 1997, quando os investimentos atingiram US$464,3 bilhões. As fusões e aquisições em 1998 nos mais diferentes países explicam, em grande parte, tal acréscimo.*
- *Os países desenvolvidos foram os maiores receptores. Eles ficaram com 71,4% do fluxo total em 1998, enquanto os países em desenvolvimento e os classificados pela Unctad como os da "Europa Central e Oriental" ficaram com o restante (28,6%).*

Evolução do ingresso de investimentos diretos estrangeiros, por regiões de destino



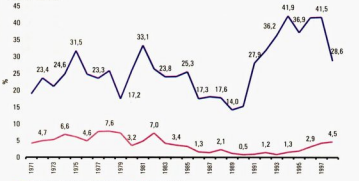
- *O fluxo de saída de investimentos diretos estrangeiros no mundo registrou US$648,9 bilhões em 1998, em relação aos US$475,1 bilhões em 1997. Os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos foram os responsáveis por mais de 83% dessa movimentação.*
- *Ou seja, os investimentos das transnacionais européias e norte-americanas são os que predominam. O aumento mais expressivo em termos relativos, nos últimos três anos, se deu nos países da Europa Ocidental, onde o montante passou de US$176 bilhões em 1995 para US$406 bilhões em 1998.*

Evolução da saída de investimentos diretos estrangeiros, por regiões de origem

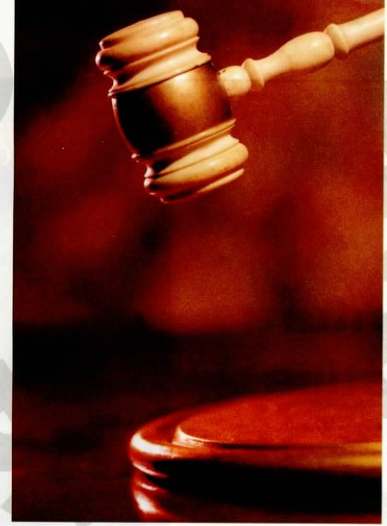


- *A crescente participação dos países em desenvolvimento, em geral, e do Brasil, em particular, nos fluxos mundiais de investimentos diretos estrangeiros tem sido registrada desde o início dos anos 90.*
- *O incremento no montante desse tipo de capital estrangeiro se deve às reformas estruturais implementadas, sobretudo pelos países latino-americanos, a partir do início da década de 90. O Brasil, em 1998, ficou com 4,5% do total dos investimentos diretos estrangeiros em âmbito mundial.*

Participação dos países em desenvolvimento e do Brasil nos fluxos mundiais de investimento direto absorvido: 1971-1998



A evolução dos investimentos diretos estrangeiros no mundo demonstra o interesse que uma empresa transnacional tem em participar de uma determinada atividade econômica local. O Brasil, em 1998, ficou em segundo lugar no *ranking* dos países em desenvolvimento receptores desse capital e em quinto no *ranking* mundial. A predominância dos fluxos de entrada e saída de investimentos diretos está nos países desenvolvidos, em especial os da Europa Ocidental e os Estados Unidos.



Antes de fechar negócios ou liberar crédito para empresas ou pessoas, consulte a SCI/Equifax, para não correr o risco de fechar o seu negócio.

Com a mais moderna tecnologia de comunicação e informática, a SCI/Equifax fornece informações sobre o comportamento comercial de empresas e pessoas do Brasil e do Exterior, para você realizar negócios com maior rapidez e segurança.

SCI

EQUIFAX

236-9292 · Grande SP
0800 118854 · Demais localidades
www.equifax.com.br